

**Cadernos de Seminários de Pesquisa**  
*Cultura e Políticas nas Américas.*  
*Volume I*

Carlos Alberto Sampaio Barbosa e  
Tânia da Costa Garcia (orgs.).

Assis: FCL-Assis-Unesp Publicações, 2009.

ISBN 978-85-88463-55-4

## SUMÁRIO

Introdução	3
J. G. A. Pocock e a reavaliação do discurso político moderno Modesto Florenzano	6
Los mitos conspirativos en la Argentina en el siglo XX: miedos y fantasmas Ernesto Bohoslavsky	20
Identidade e alteridade: a representação do <i>outro</i> e as narrativas de viagem nas reflexões de François Hartog Kátia Gerab Baggio	32
Notas metodológicas e trajetória de pesquisa: um estudo sobre o epistolário bolivariano (1799-1830) Fabiana de Souza Fredrigo	44
Uma introdução ao conceito de identidade Maria Ligia Coelho Prado	66
História Visual: um balanço introdutório Carlos Alberto Sampaio Barbosa	72
Vertentes da História Intelectual José Luis Bendicho Beired	86
Reconfigurações identitárias, meios de comunicação de massa e cultura jovem na América Latina na segunda metade do século XX Tânia da Costa Garcia	99

## **Introdução**

*Cadernos de Seminários de Pesquisa - Cultura e Políticas nas Américas*, volume I, inaugura a iniciativa dos integrantes do projeto temático “*Cultura e Políticas nas Américas: Circulação de Idéias e Configurações de Identidades (séculos XIX e XX)*” de divulgar para um público mais amplo os trabalhos apresentados em nossos seminários internos, durante os anos de 2007 e 2008. Este primeiro número é composto por nove textos escritos pelos pesquisadores principais do projeto e também por convidados. Os temas tratados são diversos, porém todos estão integrados à temática central de nossa proposta.

Neste primeiro número, nossos colaboradores externos são Modesto Florenzano, da Universidade de São Paulo; Ernesto Bohoslavsky, da Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina; Katia Gerab, da Universidade Federal de Minas Gerais e Fabiana Fredrigo, da Universidade Federal de Goiás.

Dentre os pesquisadores do projeto que contribuíram para este Caderno estão Maria Ligia Coelho Prado, do Departamento de História da Universidade de São Paulo e coordenadora do projeto; José Luis Beired e Carlos Alberto Barbosa, da Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis e Tânia da Costa Garcia, da Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca.

Abrindo esta coletânea, Modesto Florenzano, em *J. G. A. Pocock e a reavaliação do discurso político moderno*, analisa, a partir do livro do mesmo autor, *O Momento Maquiaveliano*, a renovação do estudo do discurso político, introduzida pela chamada abordagem contextualista. A importância deste trabalho de Pocock para historiografia, segundo Florenzano, está nas reflexões que tece o autor sobre o republicanismo ao estabelecer conexões entre o discurso político elaborado pelos humanistas florentinos do Renascimento – com destaque para Maquiavel – o discurso político do republicanismo inglês do século XVII – mormente o de James Harrington – e o discurso político dos colonos ingleses da América do Norte, durante a Independência, enfatizando os, assim chamados por Pocock, neo-harringtonianos.

Em *Los mitos conspirativos en la Argentina en el siglo XX: miedos y fantasmas*, Ernesto Bohoslavsky expõe algumas ideias e conclusões resultantes dos desdobramentos de uma investigação em curso, centrada no estudo da criação,

reprodução, uso e recepção de mitologias conspiratórias. Para tanto, toma como estudo de caso os relatos conspiratórios produzidos por grupos de extrema direita na Argentina e no Chile, na primeira metade do século XX.

Sobre as representações acerca do *outro*, Katia Gerab Baggio, em *Identidade e alteridade: a representação do outro e as narrativas de viagem nas reflexões de François Hartog*, parte de breves considerações a respeito do par antitético identidade/alteridade e, sem resistir à “obsessão pelas origens”, inspira-se nas reflexões do historiador francês François Hartog sobre o tema da alteridade na Grécia arcaica e clássica, presentes em seus livros *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro* e *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*.

Em *Notas metodológicas e trajetória de pesquisa: um estudo sobre o epistolário bolivariano*, Fabiana de Souza Fredrigo reflete sobre o caminho teórico-metodológico percorrido na elaboração de sua tese de doutorado, *História e memória no epistolário de Simón Bolívar (1799-1830)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Unesp, Campus de Franca em 2005. A autora, ao adentrar o universo do epistolário do general das independências, tece considerações a respeito da correspondência como fonte histórica, destacado a importância da linguagem e do tempo internos e externos a esse gênero de texto. Fabiana Fredrigo ainda estabelece relações entre a história, a memória e a historiografia.

O texto de Maria Ligia Prado, *Uma introdução ao conceito de identidade*, centra sua abordagem na origem do conceito e nas dificuldades de se apreender a sua operacionalidade. Não foge ao diálogo com diferentes intelectuais que tratam do assunto, desde Bronislaw Baczko, para quem as identidades integram o jogo conflituoso dos imaginários e das representações, até o indiano Homi Bhabha, que ataca de forma contundente o conceito de identidade. Estão em foco nesta reflexão não só a construção das identidades nacionais na América Latina, mas também a própria concepção de uma identidade latino-americana.

Em *História Visual: um balanço introdutório*, Carlos Alberto Barbosa apresenta algumas problemáticas que envolvem a escolha da imagem como fonte e objeto da história. Embora seu alvo seja a fotografia, não deixa de comentar brevemente sobre outros suportes imagéticos. O autor situa ainda o lugar da imagem nos estudos históricos, enfocando desde a resistência dos positivistas em acatar essa imagem como

documento, até a posição de destaque assumida por este tipo de fonte nos estudos históricos culturais no Brasil.

José Luis Beired faz um balanço sintético das recentes *Vertentes da história intelectual*. Fixa, nesta sua reflexão, o final da década de 1970 como o início de um período de maior prestígio desta categoria social, graças às novas abordagens e conceitos introduzidos por autores franceses como Jean-François Sirinelli, Pierre Bourdieu, Roger Chartier, Pierre Rosanvallon e Cristophe Charle; acompanhados por nomes do mundo anglo-saxão como Quentin Skinner, J. G. A. Pocock e Robert Darnton. Como bem lembra o autor, parafraseando o próprio Darton, “a história intelectual não tem nenhuma problemática norteadora e seus praticantes não compartilham nenhum sentimento de possuírem temas, métodos e estratégias conceituais em comum. Enquanto num extremo, os historiadores estudam os sistemas filosóficos, num outro examinam os rituais dos iletrados.”<sup>1</sup>

A partir da análise dos usos e apropriações da denominada cultura popular por diferentes setores sociais e de sua veiculação pelos meios de comunicação de massa, Tânia da Costa Garcia, em *Identidade nacional e cultura de massa na América Latina*, aborda as reconfigurações das identidades nacionais na região, durante a segunda metade do século XX. O surgimento de uma nova categoria social, a juventude, e a difusão de seus valores e produtos, enfim, de sua cultura pelos meios de comunicação de massa, também estão em pauta neste trabalho.

Por fim, vale lembrar que a reunião destes pesquisadores e seus esforços de análise e de reflexão em torno das diferentes fontes e objetos eleitos por este projeto de pesquisa não seria possível sem o auxílio financeiro da FAPESP.

A todos, uma boa leitura.

*Os Organizadores*

---

<sup>1</sup> DARNTON, Robert. “História Intelectual e Cultural”, in: *O beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 188.

## J. G. A. Pocock e a reavaliação do discurso político moderno

Modesto Florenzano

Departamento História/USP

Por ser o humanismo cívico, ou republicanismo clássico, a um só tempo, história e historiografia, isto é, um discurso político, que ocupou um lugar mais ou menos importante no Ocidente ao longo da primeira modernidade, e um paradigma interpretativo desse mesmo discurso; e por ser o nome de J. Pocock crucial na construção deste paradigma – podemos até mesmo começar esta exposição com a pergunta: seria possível estarmos aqui, hoje, a falar de republicanismo sem a contribuição decisiva deste historiador e de seu livro *The Machiavellian Moment* com o qual o autor e o paradigma se consagraram?

Exagero a parte, não se quer, com esta afirmação, subestimar o papel dos diversos autores que foram fundamentais para a formação do paradigma em tela, bem como, fundamentais, para o aparecimento, em 1975, de *O Momento Maquiaveliano*, como, aliás, o próprio Pocock reconheceu. Com efeito, na longa introdução que escreveu à edição italiana do livro, em 1980, ao responder, uma a uma, às várias críticas feitas ao seu livro, ele acaba por explicitar todos os seus pressupostos e posições, bem como a sua dívida para com os trabalhos de três historiadores, o alemão Hans Baron, o inglês John Plumb e norte-americano Bernard Bailyn, cada um dos quais especialista em um dos três espaços/tempos por ele explorados e tratados em *O Momento Maquiaveliano*, ou seja, Florença nos séculos XIV a XVI, Inglaterra nos séculos XVII e XVIII, e América do Norte inglesa na época da independência.

Hans Baron, em livro seminal de 1955, *The Crisis of the Early Italian Renaissance: Civic Humanism and Republican Liberty in an Age of Classicism and Tyranny*, foi o primeiro a interpretar o pensamento político dominante em Florença daquela época com base no conceito de humanismo cívico, por ele mesmo formulado anteriormente (em 1928, na introdução que fizera aos escritos de Leonardo Bruni), e que acabou por se tornar obra de referência obrigatória na historiografia, tendo dado lugar a muita aceitação, mas também refutação, entre os especialistas do Renascimento. Foi mérito de Baron ter sido o primeiro a explorar, com base no seu conceito, o fato de

o pensamento humanista florentino do *quattrocento* ter sido dominado pela preocupação com a participação dos cidadãos na vida política da cidade e o destino da República, oferecendo a explicação de que isso se deveu ao perigo mortal que Florença passou a correr, com a expansão do Estado milanês sob o comando de Giangaleazzo Visconti, a partir dos primeiros anos do século XV.

Bernard Bailyn, por sua vez, em livro igualmente seminal de 1967, *As Origens Ideológicas da Revolução Americana*, viria a renovar de tal maneira a interpretação da independência norte-americana que, na feliz formulação da historiadora Joyce Appleby, “o estudo da Revolução Norte-Americana foi ele próprio revolucionado”.<sup>2</sup> Bailyn, que definia o seu próprio trabalho como “uma abordagem profundamente contextualista da História”, não só conhecia a obra de Hans Baron, como seguia atentamente os trabalhos dos autores que, precisamente àquela altura, estavam constituindo o chamado grupo de Cambridge, entre os quais, claro, figuravam os nomes de Skinner e Pocock, ambos por ele, Bailyn, citados.

Como quer que seja, o livro de Bailyn foi o primeiro a demonstrar que, na época da Independência, o pensamento e o discurso dominante entre os colonos ingleses da América do Norte não foi, como até então se acreditava

“o puritano (do covenant) e o do direito consuetudinário (common law ou ancient constitution), nem o do contratualismo lockeano e o dos direitos naturais do Iluminismo, nem finalmente, o dos autores clássicos greco-romanos. Embora todos estes discursos estivessem presentes e fossem relevantes, eles não se comparam, em termos de importância, ao discurso dos escritores e políticos ingleses que, em fins do século XVII e na primeira metade do XVIII, formavam a oposição ao Establishment na Metrópole (Coroa, Parlamento e Igreja oficial)”<sup>3</sup>;

escritores estes que em sua maioria, e já no seu próprio tempo, considerados menores, não demoraram a cair no esquecimento.

---

<sup>2</sup> BAILY, Bernard. *Liberalism and Republicanism in the Historical Imagination*. Harvard University Press, 1992, p. 280.

<sup>3</sup> FLORENZANO, M. Apresentação à edição brasileira de *As Origens Ideológicas da Revolução Americana* de B. Bailyn, Bauru: Edusc., 2003, p. ii.

Quanto à J. Plumb, embora sua obra como um todo nada tenha a ver nem com o humanismo cívico, nem com a abordagem contextualista, seu livro *The Growth of Political Stability in England 1675-1725*, também publicado em 1967, contribuiu decisivamente para corrigir a visão equivocada, mas até então dominante, na historiografia inglesa a respeito da vida política na Inglaterra da época. Por causa do sucesso e da hegemonia, a partir da década de 1930, da interpretação proposta pelo historiador Lewis Namier, sobre a política inglesa do século XVIII, que avaliava idéias e ideologia sempre como máscara de interesses, e reduzia os partidos e a política a uma mera luta pelo poder, entre os que estavam dentro e os que estavam fora do governo, seus seguidores – esquecendo-se que Namier excluía da sua interpretação as turbulentas duas primeiras décadas do século e tudo que não dissesse respeito à alta política – interpretaram também as primeiras décadas do século XVIII na mesma ótica, como se nelas já fossem dominantes as mesmas características do regime político aristocrático-oligárquico criado pelos whigs sob a liderança de Walpole, isto é, estabilidade política, obtida à custa de eleições realizadas somente a cada sete anos, corrupção e manipulação do sistema eleitoral reduzido a um número restrito de eleitores, e consenso político no Parlamento, entre os representantes dos dois partidos, reduzindo-se a luta política quase que tão somente a uma mera luta pelo poder.

Foi graças ao livro de Plumb, que a rica e agitada vida política inglesa, entre o último quartel do século XVII e o primeiro do XVIII, recebeu a devida e merecida importância, com suas acirradas disputas político-eleitorais, realizadas a cada três anos, e acirrados conflitos partidário-ideológicos conforme expressos nas *paperwars*, nas guerras de imprensa da época.

Se a contribuição de Plumb ainda está ausente nos artigos que formam *Politics, Language, and Time*, livro de Pocock publicado em 1971, e que, como o próprio autor informa, constitui uma espécie de preparação para *O Momento Maquiaveliano*, neste último, tal contribuição já é visível, bem como e mais ainda nos artigos que formam *Virtue, Commerce and History*, publicado em 1985, e que constitui uma espécie de desdobramento de *O Momento Maquiaveliano*. Se pensarmos esses três livros e mais alguns escritos de Pocock desse mesmo período, que vai dos últimos anos da década de 1960 aos primeiros da de 1980, como formando um todo único, dentro do qual *O Momento Maquiaveliano* desponta como uma espécie de ápice, aí temos o paradigma



em toda sua completude, em todos os seus principais resultados, principais implicações, e em toda a sua justificação.

Por tudo isso, não é exagero afirmar que com *O Momento Maquiaveliano*, vinha à luz, finalmente, o que a história, como realidade, já vivenciara, e que a historiografia ou desconhecerá ou subestimara, ou seja, a conexão existente entre o discurso político elaborado pelos humanistas florentinos do Renascimento, mormente o de Maquiavel, que era uma re-atualização do discurso aristotélico-polibiano do homem como *zoon-politikon* (daí também o nome de republicanismo clássico para o paradigma), o discurso político do republicanismo inglês do século XVII, mormente o de James Harrington, que constituía, por sua vez, uma re-atualização do discurso republicano da Renascença italiana, sobretudo o maquiaveliano, e, por último, o discurso político dos colonos ingleses da América do Norte, durante a Independência que representava também, embora não apenas, uma re-atualização dos anteriores, com lugar de destaque para o discurso dos, assim chamados por Pocock, neo-harringtonianos.

O impacto provocado pelo livro de Pocock, não foi menos que espetacular. Como afirma Eloy García, na Introdução à edição castelhana de *O Momento Maquiaveliano*, o livro de Pocock, muito mais do que uma mera reconstrução do discurso do pensamento republicano cívico, é

“uma investigação original sobre a maneira pela qual este paradigma toma corpo na política inglesa e em conflito com outras alternativas, inicia sua própria trajetória em direção à conformação de uma concepção capaz de desafiar o paradigma liberal da modernidade. Aqui se manifesta com absoluta nitidez a genialidade de Pocock, sua qualidade científica e sua excepcional condição de investigador, capaz de iluminar além de um novo método, uma temática que antes dele e seus pioneiros trabalhos sobre a obra de Harrington, dormia uma existência insuspeitada. A Pocock corresponde, em suma, o mérito de ter escrito a gênese – Foucault falaria de genealogia – conceitual de uma antiguidade que reagindo diante dos desafios da modernidade resiste em perecer e a se passar com armas e bagagens ao *comercio* e ao mercado”.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> GARCÍA, Eloy. Introdução à edição castelhana de *El Momento Maquiavélico*. Madrid: Tecnos, 2002, p.25.

Isto no que concerne à Inglaterra. No que diz respeito à América do Norte, como bem resumiu a historiadora J. Appleby, o nascimento dos Estados Unidos, graças ao livro de Pocock, aparece agora, “menos como o primeiro ato político do Iluminismo revolucionário e mais como o ‘último grande ato do Renascimento’”<sup>5</sup>

\* \* \*

A esta altura, e antes de prosseguir, que fique bem claro que a obra de Pocock não se reduz ao paradigma do humanismo cívico, bem como, e mais ainda, ocorre com a obra de todos os muitos autores que propiciaram uma vigorosa e fecunda renovação do estudo do discurso político, aplicando a chamada abordagem contextualista – formem, ou não, estes muitos autores o chamado grupo ou escola de Cambridge, como é o caso de Pocock. Em outros termos, assim como há historiadores que não são contextualistas, que foram importantes na construção do humanismo cívico, mas que aqui não serão sequer mencionados, igualmente há historiadores contextualistas que, embora importantes para a formação e consagração dessa abordagem, aqui, a eles também não se fará menção. Por outro lado, *il va sans dire*, que nem todos os contextualistas compartilham as mesmas concepções e pressupostos teórico-metodológicos, nem tampouco as mesmas posições político-ideológicas que o nosso autor ostenta.

Ora, não é difícil saber sobre uma e outra, pois, sobre teoria e método, ele muito refletiu e escreveu. Lembremos, nesse sentido que, na única edição brasileira de alguns de seus escritos, os dois primeiros capítulos são dessa natureza. Mas, por sua concisão e abrangência, reproduzo aqui, para tratar, ainda que sumariamente, da abordagem contextualista de Pocock, uma passagem extraída da já mencionada Introdução à edição italiana de *O Momento Maquiaveliano* (Il Mulino, Bologna, 1980, p.17-18):

“Tanto Skinner quanto eu próprio, participamos durante alguns anos de um grupo ou movimento de estudiosos (com origem em Cambridge), visando remodelar a história do pensamento político, apresentando-a como uma história da linguagem e do discurso político. Com efeito, é nossa opinião que a história do pensamento político pode ser escrita com maior exatidão e

---

<sup>5</sup> *ibidem*, p. 323.

lucidez quando a atenção se concentra sobre os atos concretos de formulação e de conceituação realizados pelos pensadores que se movem como sujeitos ativos no âmbito do discurso humano e quando se dá primazia às matrizes das ‘linguagens à disposição’ às quais os pensadores são obrigados a recorrer, ainda que a seguir eles as modifiquem justamente com os seus atos ou suas intervenções particulares. É assim que a ‘história das idéias’ cede lugar a uma história das linguagens, dos léxicos, das ideologias, dos paradigmas (no sentido sugerido por Thomas Kuhn)”.<sup>6</sup>

No que concerne à posição político-ideológica de Pocock, se, apesar de suas próprias revelações nesse sentido, mesmo assim ainda sobrassem dúvidas, os seus críticos, que não são poucos, logo se apressaram a esclarecê-las, ao taxá-lo de conservador. Como quer que seja, sobre sua obra, vista em conjunto, entre muitas considerações possíveis de ser feitas, nos limitaremos aqui às seguintes. Em primeiro lugar, destaque-se o volume e a extensão no tempo e no espaço da obra: são milhares e milhares de páginas sobre o pensamento político ocidental, e sobre a historiografia que dele se ocupou, na época moderna em geral, e no mundo britânico em particular.

Em segundo lugar, a sua unidade e continuidade extraordinárias: no transcurso de meio século de produção, Pocock nunca deixou de praticar sempre o mesmo gênero de história, sempre com o mesmo método e sempre com o mesmo padrão e estilo. Sempre o mesmo Pocock, do primeiro livro, publicado há exatos cinquenta anos, *The Ancient Constitution and the Feudal Law* (sua tese de doutorado), ao último, os vários volumes de *Barbarism and Religion*, saídos a partir de 1999, sobre Edward Gibbon, passando por todos os numerosos artigos e demais livros (sendo que os principais, sem dúvida, são, juntamente com estes que acabamos de citar, os três anteriormente mencionados, que deram fundamento ao paradigma do humanismo cívico).

Entre outras características de seu estilo, aqui no sentido também de sua personalidade, ressalta-se sua habilidade para criar rótulos ou fórmulas felizes, ou melhor dizendo, para em uma única frase de efeito definir um problema, um tema, ou um autor, seja da época que está examinando, seja um seu contemporâneo, com o qual está polemizando (diga-se, de passagem, que, se Pocock não gosta, também não desgosta de polemizar, não desgosta de, como afirmou uma vez: “empunhar minha

---

<sup>6</sup> Introdução à edição italiana de *O Momento Maquiaveliano*. Bologna: Il Mulino, 1980, p.17-18.

navalha iconoclasta”<sup>7</sup>; assim, por exemplo, em um escrito em que está tratando do discurso da oligarquia whig, da Inglaterra do século XVIII, e dos discursos que a ela se opõem, e tratando, simultaneamente, das interpretações dos historiadores ingleses hodiernos sobre aqueles discursos, eis que afirma, em nota de pé de página: “C.B.Macpherson é um radical filosófico e E.P.Thompson é um Tory radical, mas Perry Anderson é um Scientific Whig e Christopher Hill é por suposto um Seeker”<sup>8</sup>. De nossa parte, como resistir à seguinte indagação: e ele Pocock, como poderia, ou melhor, como gostaria de ser classificado, como um humeano ou um gibboneano?

Em terceiro lugar, há na obra de Pocock uma presença fortíssima, muito especial, com o espaço e o tempo. Como muito bem observou o já mencionado Eloy Garcia, em *O Momento Maquiaveliano*, o próprio título do livro

“atende tanto à necessidade de inserir, de contextualizar o discurso de Maquiavel no tempo e no espaço históricos em que viveu (Tempo histórico), como o propósito de conceituar a própria categoria de tempo (Tempo conceitual) que conhecemos como tempo laico ou mundano (secular); nisso consiste a releitura proposta por Pocock, em introduzir o fato tempo nas formas verbais em que se expressa a história do pensamento, e isto, na medida em que até a data não se fez, é revolucionário”<sup>9</sup>

Em Pocock, a perspectiva é transoceânica, posto que proveniente de um espaço, nas suas palavras, carente de história, a Nova Zelândia é que está nas antípodas do Ocidente.

Vejamos três formulações suas, nesse sentido. Uma, de 1987:

“Quando digo ‘antípoda’, tenho em mente a Nova Zelândia e a Austrália, as duas nações de língua inglesa do Pacífico Sul, de culturas em muitos aspectos não similares, mas possuindo certas experiências históricas comuns. Suas experiências e consciências são governadas por um fato material mais do que por qualquer outro: ‘a tirania da distância’, do espaço planetário que faz da geografia a precondição da sociologia. As distâncias são oceânicas... e dão origem a um sentido da sociedade humana

---

<sup>7</sup> GARCÍA, Eloy. Op.cit. s.p.

<sup>8</sup> "Críticas radicales del orden whig en el período entre revoluciones", in: POCOCK, J.G.A. *História e Ilustración*. Doce estudios. Madrid: Marcial Pons, 2002, p.171.

<sup>9</sup> GARCIA, Eloy. op. cit, p. XX.

e da história como coisas frágeis em si mesmas... Somente um império trouxe ‘história’ aos Mares do Sul, e por consequência a história é vista como tendo algo da fragilidade do império”.<sup>10</sup>

Outra, recentíssima, de 2005:

“Por razões vinculadas à minha própria formação histórica estou interessado em migrações e translações, no movimento das culturas através do espaço e no movimento dos textos através do tempo. O Momento Maquiaveliano oferece uma avaliação de como certos textos, estilos retóricos e padrões de pensamento nele codificado tomaram forma em um contexto florentino e foram transladados subseqüentemente primeiro para um contexto inglês e depois norte-americano”.<sup>11</sup>

E uma terceira, a mais antiga, de meados dos anos 1970, em um depoimento publicado em espanhol sob o título de *El Trabajo sobre las Ideas em el Tiempo*:

“Durante mais de vinte anos tenho estado sempre mais interessado nas formas pelas quais os homens nas sociedades políticas, inventam e exploram linguagens para conceituar suas vidas em tais estruturas, e nos modos pelos quais estas linguagens expressam pautas de pensamento sobre a continuidade da sociedade e da política no tempo e na história.”<sup>12</sup>

E acrescenta, poucas linhas depois, nesse sentido, “localizo a outros no tempo social: isto é história; estudo como outros se localizam a si mesmos no tempo (o estudo da historiografia); isto se relaciona com o modo pelo qual eu me localizo no tempo: o elemento do historicismo”<sup>13</sup>; este último, como esclarece na sequência, nada tem a ver com o historicismo romântico “de uma identidade no fluxo histórico”.

Nesse depoimento, Pocock também fez revelações sobre sua trajetória acadêmica, lembrando que, ao se inscrever no doutorado em Cambridge, chegou a

---

<sup>10</sup> **POCOCK. J. “Between Gog and Magog: The Republican Thesis and the Ideologia Americana”, *Journal of the History of Ideas*, 1987.**

<sup>11</sup> **POCOCK, J. “The politics as historiography”, *Historical Research*, vol.78, 199, 2005, p.2.**

<sup>12</sup> CURTIS Jr., L.P. *El Taller del Historiador*. México: Fondo de Cultura, 1975, p.172.

<sup>13</sup> Idem, *ibidem.*, p. 172

cogitar, nas suas palavras, “estudar o mito na filosofia de Marx” e a seguir, com mais determinação, em estudar o caráter antinormando no pensamento dos Niveladores ingleses do século XVII, e que, finalmente, convencido por seu orientador, Herbert Butterfield, o autor de *A Interpretação Whig da História*, acabou por estudar o pensamento conservador e monarquista inglês do período moderno. Também revela algumas das influências que recebeu para desenvolver seu próprio método, como a de, entre outros autores, K. Popper, Th. Kuhn, R.G.Collingwood.

Some-se a quanto foi dito seu esforço deliberado para escapar do materialismo e do idealismo, bem como para escapar, no caso do liberalismo, seja da interpretação dos que o admiram, seja da interpretação dos que o criticam, como, à direita, é o caso dos conservadores antimodernos, representados por autores como Leo Strauss, e à esquerda, dos marxistas, representados por autores como C.B.Macpherson – e eis um quadro referencial dos pressupostos constitutivos da abordagem pocockeana.

Que, por seu método, Pocock vincula-se ao campo do empirismo e do liberalismo ingleses, parece óbvio. O problema é saber se por sua ideologia, que pretende escapar deliberadamente do liberalismo e encontrar uma terceira posição, nem liberal, nem socialista, ao invés de representar uma terceira margem, sua obra não expressa uma modalidade ou variante de conservadorismo de fundo liberal e revisionista.

Sobre o primeiro ponto, isto é, se sua interpretação representa uma terceira margem, continuo com dúvidas sobre se isso é possível; quanto ao revisionismo, estou convencido que tanto se pode negar, quanto afirmar, que Pocock é um revisionista. Negar porque sua obra não teve como ponto de partida a revisão de uma interpretação dominante ou hegemônica, como ocorreu, para dar um exemplo conspícuo, com o revisionismo na historiografia da Revolução Francesa; em outros termos, a obra de Pocock não se construiu como negação, mas como (re)descoberta de outros discursos, senão esquecidos, vistos como residuais pela historiografia do século XIX e boa parte do XX. Contudo, como ponto de chegada, isto é, por seus achados e implicações, levou, necessária e inevitavelmente a uma reavaliação, seja por ele mesmo, seja por outros autores, do lugar ocupado e do papel representado pelo discurso liberal na época moderna. Nesse sentido, não há como negar o caráter revisionista da obra.

\* \* \*

Retornemos, agora, nesta última parte de nossa exposição, os três discursos históricos que se desenvolveram no Ocidente na época moderna, entre os séculos XV-XVIII, vale dizer, o discurso republicano clássico, ou humanista cívico, o discurso monárquico absolutista e o discurso liberal. Qual era, antes dos trabalhos de Pocock, a visão dominante, quase consensual, sobre esses discursos? (Discursos que, é óbvio, são tomados, aqui, não apenas como pensamento e texto, mas, também, como realidade e ação).

Podemos, assim, resumir, nas suas grandes linhas, a visão dominante sobre eles. Dos três, o primeiro a surgir foi o republicano clássico, nas cidades italianas, ainda na Baixa Idade Média; este discurso, tendo sido o mais precoce, foi também o mais restrito, em termos de espaço e duração, pois, praticamente submergiu com o fim da independência política da maioria das cidades e da própria Península italiana, nas primeiras décadas do século XVI.

Quando ainda estava vivo, nas cidades italianas, o discurso republicano clássico, eis que começa a aparecer o discurso monárquico absolutista (que, obviamente, é diferente do monárquico antigo e medieval), em vários lugares, mas, sobretudo, nos países com monarquias mais vigorosas, ou seja, na Espanha, França e Inglaterra. Aí, atinge, no plano da prática e no teórico, com Jean Bodin, no século XVI e, com Thomas Hobbes, no XVII, sua mais alta realização.

Já o discurso liberal, foi o último a surgir, com Locke na Inglaterra, nas últimas décadas do XVII, e o mais lento a se completar, a se difundir e se tornar dominante; mas, quando isto aconteceu, com os grandes pensadores iluministas, com as Revoluções norte-americana e francesa e com os grandes autores, do final do Setecentos e início do Oitocentos, eis que o discurso liberal, e o seu filho predileto, o liberalismo, tornaram-se irresistíveis e – dir-se-ia – dotados senão do dom da indestrutibilidade, de uma longevidade excepcional.

Dado que o discurso absolutista foi vencedor sobre o republicano clássico e, por algum tempo hegemônico, e que, a seguir, a mesma coisa ocorreu com o discurso liberal com relação ao absolutista, seguiu-se daí, naturalmente, que, para a historiografia, seja a liberal, seja a marxista, tornou-se irresistível interpretar a luta entre

estes dois discursos e a superação do mais antigo deles, como a vitória da liberdade sobre a tirania, do Estado constitucional sobre o despótico, da burguesia sobre a aristocracia, da modernidade sobre a tradição, da razão sobre a superstição, do capitalismo sobre o feudalismo.

Mas, ainda mais importante do que isso, para o que nos interessa, foi a teorização deixada pelo próprio discurso liberal sobre sua maneira de ver e conceber o homem e a sociedade, o indivíduo e o poder, e que foram incorporados e adotados pelo liberalismo e negados pelo marxismo, apesar de constituírem seu ponto de partida.

Na feliz descrição de Jean-Fabien Spitz, o núcleo duro do discurso liberal, é constituído pelos seguintes elementos:

“individualismo, teoria dos direitos naturais, tema da origem contratual da sociedade civil, ficção do estado de natureza, recusa da função da existência política na realização da humanidade do homem, indiferença pela virtude coletiva, privatização e reorientação da definição da excelência humana no sentido da polidez nas relações privadas e honestidade nas trocas; enfim, pela redução do político ao jurídico e pela redefinição do Estado como instância neutra de arbitragem entre os interesses. Em uma tal filosofia, a existência política do homem está subordinada à sua existência social e lhe serve de meio, ao passo que a liberdade se define menos pela participação igual dos cidadãos à instauração e à preservação de uma ordem justa que pela proteção que uma lei estável e consentida oferece aos direitos individuais vinculados à pessoa humana, direitos cuja ficção do estado de natureza serviu para mostrar conjuntamente que eram obra da natureza, e que era necessário aliená-los em proveito da autoridade contratualmente instituída”.<sup>14</sup>

Foi com base nesse paradigma, ou modelo, jurídico-político, criado e desenvolvido pelos filósofos e pensadores contratualistas, ou jusnaturalistas, do século XVII, que o liberalismo se constituiu, desenvolveu e se tornou hegemônico. E tudo isso levou, inevitavelmente, à redefinição do homem, agora pensado como um animal econômico, mercantil e produtor, e não como um animal político, como na Antiguidade clássica, nem como um animal religioso, como na Idade Média. Em outros termos, em latim, como gosta de escrever Pocock, o homem liberal é pensado como um homo

---

<sup>14</sup> SPITZ, Jean-Fabien. Introdução para a edição francesa de *O Momento Maquiaveliano*. Paris: P.U.F., 1997, p.vii-viii.



economicus, homo mercator e homo faber, e não como homo politicus, nem como homo credens.

Esse paradigma, como lembrou em mais de um escrito Pocock, embora rejeitado à esquerda pelos socialistas e à direita pelos conservadores clássicos ou antiliberais, foi, por ambos, corroborado e reforçado, resultando daí que, paradoxalmente, esses três discursos, o liberal, o marxista e o conservador, cada um a sua maneira, contribuíram para a formação de uma espécie de consenso, bem como de uma visão empobrecida e reducionista, de que no Ocidente moderno, em termos de pensamento político e de concepção de indivíduo, de sociedade e de Estado, o pensamento liberal reinou absoluto até a chegada do pensamento socialista no século XIX. O discurso liberal teria reinado absoluto, sempre de acordo com essa visão convencional, de um lado porque, já a própria defesa do absolutismo, como a realizada por Hobbes, era liberal nos seus pressupostos e fundamentos, de outro porque, o discurso republicano clássico das cidades italianas do Renascimento, bem como o da Inglaterra do século XVII (os quais Pocock foi o primeiro a conectar), não passaram de experiências efêmeras, sem perspectiva de futuro e, por isso, historicamente irrelevantes.

A partir da segunda metade do século passado, graças ao paradigma do humanismo cívico, essa interpretação tornou-se, no mínimo, datada, limitada e insatisfatória. E Pocock não se guardou em seus escritos de criticá-la, atacando-a sem nenhuma complacência.

Vejamos, pois, para terminar, qual seria o núcleo duro do discurso do humanismo cívico, qual a sua concepção do homem, da sociedade e da política. Valhame, outra vez da descrição de Spitz:

“As palavras de ordem dessa ‘outra linguagem’ da política moderna são pois: republica, autonomia, espírito cívico, recusa do luxo, e dos exércitos mercenários, repúdio da especialização das funções e da representação, elogio da participação ativa de todos os cidadãos na defesa e no exercício do poder, graças à renovação freqüente das assembleias eletivas, à rotação das funções, à recusa dos exércitos permanentes, e às precauções multiplicadas para evitar que os governantes cedessem à corrupção ao utilizar suas funções políticas para fins privados”.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> SPITZ, Jean-Fabien, op. cit., p. XIX

Haveria muito mais a dizer sobre a contribuição de Pocock, sobretudo com relação à Inglaterra moderna e aos Estados Unidos na virada do século XVIII para o XIX, mas, por mais de uma razão, aqui me deterei. Concluo, com uma reiteração e com uma citação. A primeira: o paradigma do republicanismo como história é autônomo com relação ao liberalismo, embora com este coexista, compita, e, às vezes, se confunda; e, como historiografia, pelo menos no caso de Pocock, é, ou melhor, pretende ser, uma terceira posição, alternativa ao campo liberal/marxista. Como paradigma interpretativo, devemos, ao republicanismo, todo esse novo olhar sobre o passado, que permitiu recuperar tradições e correntes de pensamento e de ação, senão esquecidas, mal compreendidas e redimensionar autores e hegemonias consagradas, como são os casos mais conspícuos de Locke e do próprio liberalismo.

Graças a Pocock e, neste caso, também a outros autores contextualistas, toda a história do pensamento político inglês do final do século XVII e do século XVIII foi revolucionada, pois Locke e o liberalismo, até então considerados dominantes, dão lugar à corrente ou tradição intelectual que Pocock chama de “humanismo comercial,” a qual abarca todo um conjunto de autores, sobretudo escoceses, incluindo David Hume e Adam Smith. O fato de esse “humanismo comercial” (elaborado sobretudo pelo chamado iluminismo escocês) procurar superar o ideal clássico do homem como animal político, como cidadão-guerreiro-proprietário, considerando que a civilização moderna está assentada no comércio e no crédito, pouco tem a ver com Locke e o discurso do liberalismo, os quais não constituíam, ao contrário do que afirma o senso-comum, o discurso dominante na Inglaterra do século XVIII. Em suma, Pocock procurou desmentir e superar os dois grandes paradigmas interpretativos, hegemônicos desde o século XIX, o *whig* (liberal) e o marxista, os quais embora opostos, encontram-se presentes e levados às últimas consequências, na consagrada formulação do livro do historiador marxista C.B. Macpherson *A Teoria Política do Individualismo Possessivo*, de 1962.

A segunda, mais uma citação da historiadora Joyce Appleby, que, com muita agudeza, afirmou o seguinte sobre o republicanismo:

[ele o republicanismo] aparece nesse final do século XX a homens e mulheres como uma alternativa atrativa ao liberalismo

e ao socialismo.... permanecendo fora da imaginação do campo liberal, tornou-se um ponto vantajoso para aceder a tal campo. Como uma agulha magnética o republicanismo atraiu a si as limalhas do descontentamento contemporâneo em face da política e da cultura norte-americanas. Diferentemente do marxismo, fez isso ao estabelecer suas origens antes da Independência e, conseqüentemente, estabelecendo autênticas raízes norte-americanas”.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> *Liberalism and Republicanism in the Historical Imagination*. Harvard University Press, 1992, p.260.

## **Los mitos conspirativos en la Argentina en el siglo XX: miedos y fantasmas**

Ernesto Bohoslavsky

Universidad Nacional de General Sarmiento/CONICET, Argentina

Quisiera exponer en este texto algunas ideas y conclusiones a las que he arribado con el desarrollo de una investigación centrada en el estudio de la creación, reproducción, uso y recepción de mitologías conspirativas. Específicamente, tomé como estudio de caso los relatos conspirativos producidos por grupos de extrema derecha de Argentina y de Chile en la primera mitad del siglo XX. Las primeras secciones de este trabajo intentan mostrar y justificar las elecciones teóricas y metodológicas asumidas, mientras que la última sección se concentra en señalar cuáles han sido los resultados producidos por esta investigación, que parecen ir en el sentido de señalar la intensidad de las preocupaciones territoriales en Argentina, especialmente en lo referido a la Patagonia.

### **Definiciones**

Ha habido muchos intentos de comprender al conspiracionismo desde la historiografía, la psicología cognitiva, la antropología y la ciencia política. Prefiero la definición que dio Geoffrey Cubitt,<sup>17</sup> para quien el “mito conspirativo” es la propensión a considerar que la política está dominada por maquinaciones malintencionadas y secretas de un grupo con intereses y valores enfrentados a los del grueso de la sociedad. Este mito señala que el verdadero significado de las cosas se esconde detrás de las apariencias y que lo relevante de la política en realidad ocurre tras bambalinas. En la lógica del complot no hay lugar para el azar ni para los resultados involuntarios sino que

---

<sup>17</sup> CUBITT, Geoffrey. *The Jesuit myth: conspiracy theory and politics in nineteenth-century France*; Oxford; New York: Clarendon Press; Oxford University Press, 1993.

los hechos son presentados siempre como la consecuencia buscada de una intención secreta.<sup>18</sup> Todos los sucesos, aun los más nimios, son ordenados como parte del accionar de un complot de extranjeros destinado a socavar a la nación, su religión, su cultura y, en algunos casos, su territorio. Los promotores de estos mitos trazan entre hechos aparentemente inconexos una vinculación conspirativa, que era invisible para los ojos no entrenados. En definitiva, lo que el conspiracionismo propone es una nueva relación (o superposición) entre política y secreto. Según Ricardo Piglia<sup>19</sup>, la peligrosidad asignada al complot reside en su clandestinidad: asimilado a una trama, la conspiración es una “ficción potencial” y subterránea que se debe descubrir entre datos aparentemente desvinculados. Por ello, la “paranoia, antes de volverse clínica, es una salida a la crisis del sentido”.

En el relato del complot los enemigos son extremadamente inteligentes, secretos y poderosos y conforman una organización clandestina y jerárquica que tiene propósitos grandilocuentes: el control de las finanzas internacionales, el sometimiento de la Iglesia Católica, el fin del libre pensamiento, etc.<sup>20</sup> Las imágenes a las que suele ligarse el relato conspirativo se refieren a lo nocturno y lo subterráneo -con las referencias diabólicas que ello conlleva-, así como a los animales que agazapan, reptan, o deslizan. Este bestiario también reúne,

todo lo que es ondulante y viscoso, todo lo presuntamente portador de suciedad e infección: la serpiente, la rata, la sanguijuela, el octópodo, el pulpo... En el centro de ese hormiguelo repulsivo, ágil, negra, voraz y velluda, la araña constituye al parecer la imagen simbólica privilegiada.<sup>21</sup>

Los grupos pequeños y autoritarios recurren y difunden con más asiduidad a estas ideas que las organizaciones políticas de masas, en las cuales circula una profusión

---

<sup>18</sup> Idi. Ibidi, p. 2; FURET, François. *Pensar la Revolución*; Barcelona: Petrel, 1980[1978], p. 75; GIRARDET, Raoul, *Mitos y mitologías políticas*; Buenos Aires: Nueva Visión, 1999, p. 49; GONZÁLEZ, Horacio, *Filosofía de la conspiración. Marxistas, peronistas y carbonarios*; Buenos Aires: Colihue, 2004; Popper, Karl R. *Conjeturas y refutaciones. El desarrollo del conocimiento científico*; Barcelona: Paidós, 1989, p. 409.

<sup>19</sup> PIGLIA, Ricardo. "Teoría del complot", *Casa de las Américas*, XLVI-245, La Habana, 2006, p. 2.

<sup>20</sup> ÁLVAREZ JUNCO, José. "El nacionalismo español como mito movilizador. Cuatro guerras", en Cruz, Rafael y Manuel Pérez Ledesma (eds.), *Cultura y movilización en la España contemporánea* (Madrid: Alianza), 1997, p. 61.

<sup>21</sup> GIRARDET, R. *Mitos y mitologías políticas*; Buenos Aires: Nueva Visión. 1999, p. 42.

mayor de discursos. Por el peso del diagnóstico decadentista, el desdén por las mayorías, la extrema moralización del análisis político y la densidad de la voluntad restauradora, el relato del complot parece encontrar buen cobijo entre los que añoran el pasado, los mesiánicos y los revolucionarios. Ellos se consideran simultáneamente los miembros de una Cruzada, un “partido de los puros” que combate a través de una conjura antidecadentista el veneno a que los conspiradores han venido extendiendo.<sup>22</sup> Quienes adoptan creencias conspirativas se suelen organizar como un “partido de los puros”, una Cruzada o un contra-complot, esto es, una organización doctrinariamente rígida, reacia a los acuerdos políticos y convencida de que la mayoría de la sociedad está contaminada, idiotizada o sobornada.<sup>23</sup> En definitiva, el partido de los puros es el partido del contradiablo.

Un rasgo de todo conspirador es denunciar permanentemente la existencia de un complot. Sin esa impugnación de una conjura amenazante en las sombras, no hay justificación posible para la organización del contra-complot. Despotricar contra la conspiración y el mal que genera es el primer paso para constituir un grupo desligado de compromisos con el actual estado de las cosas y con la misión de restaurar el orden. La denuncia conspirativa y decadentista debe ser entendida como auto-imagen antes que como descripción del enemigo.<sup>24</sup> Es decir, quienes lanzan estos discursos acusan a terceros de cometer lo que son sus propios pecados.

El análisis de los relatos usados por los grupos de extrema derecha en Argentina y Chile en la primera mitad del siglo XX parece avalar esa idea. Cuando el teniente coronel Varela denunció en 1921 que los huelguistas rurales de la austral provincia de Santa Cruz habían desarrollado una acción devastadora -“la libertad individual, la garantía del domicilio, de la vida y haciendas que nuestra Constitución establece, era obra muerta”<sup>25</sup> - en realidad describía mucho mejor lo que había sido el accionar represivo que él había dirigido, que consistió en la aplicación de la ley marcial sobre los huelguistas detenidos.<sup>26</sup> La sociedad caótica que el maximalismo y el oro peruano

---

<sup>22</sup> BOHOSLAVSKY, Ernesto. "El monstruo y el cruzado: las dos caras de la mitología del complot", en Barrancos, Dora y otros (ed.), *Criaturas y saberes de lo monstruoso* (Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires), 2008, pp. 33-47.

<sup>23</sup> FLORIA, Carlos. *El nacionalismo como cuestión transnacional. Análisis político del nacionalismo en la Argentina contemporánea*, vol. Working Paper Series 210; Washington: Woodrow Wilson International Center, 1994.

<sup>24</sup> CUBITT, Geoffrey. op. cit., p. 12.

<sup>25</sup> LAFUENTE, Horacio Raúl. *Una sociedad en crisis. Las huelgas de 1920 y 1921 en Santa Cruz*; Río Gallegos, 2002, p. 298.

<sup>26</sup> BAYER, Osvaldo. *Los vengadores de la Patagonia trágica*; Buenos Aires: Galerna, 1972.

deseaban crear a través de asesinatos orientados por criterios clasistas en Chile en 1920 fue el resultado de la ola represiva ordenada por el gobierno y sus partidarios.<sup>27</sup> Hay otros ejemplos de juegos especulares. Los diarios nacionalistas argentinos acusaban en las décadas de 1930 a la gran prensa de estar sobornada por gobiernos extranjeros pero ésa era su propia situación, dado que recibían dinero de las embajadas alemana e italiana<sup>28</sup>; el diario *Crisol* impugnaba a “los judíos” de la provincia Neuquén por desacreditar a las instituciones públicas y por hablar bien del gobierno de Chile, cuando era lo que este periódico hacía; la forma en la que virulentos nacionalistas como Enrique P. Osés caracterizaban a La Moneda (celosa de sus derechos, expansionista, militarista, preocupada por afianzar la soberanía en Patagonia) en realidad, reflejaba mucho más la forma en que deseaban que fuera Argentina; el imperialismo que le criticaban a Chile era el que exigían que la Casa Rosada impusiera a los países vecinos. Las imprecaciones conspirativas que nazis y corporativistas chilenos lanzaban a la opinión pública en la entreguerra decían mucho más sobre la forma en que ellos se imaginaban a sí mismos que sobre sus enemigos. La denuncia del Movimiento Nacional Socialista chileno de que la Komintern complotaba en la oscuridad contra el presidente Arturo Alessandri describía sus intenciones golpistas, puestas en ejecución en septiembre de 1938. Cuando nacionalistas chilenos como Guillermo Izquierdo Araya impugnaban al comunismo por atentar contra el orden republicano escondían su coqueteo con las fuerzas armadas para fomentar levantamientos como los de 1938, 1939 y 1949.

Esto no significa que esos discursos se compongan sólo de fantasías e ilusiones. Los productores de esos relatos parten de algunas percepciones, saberes y creencias previas, a las que rápidamente dejan de lado y deforman. No había un *pool* de opulentos estancieros judíos que se dedicaran a perseguir a indígenas y peones argentinos como postulaba *El Pampero*, diario pagado por la embajada nazi, pero Mauricio Braun había

---

<sup>27</sup> En precisas palabras de Harambour (HARAMBOUR Ross, Alberto. 'El movimiento obrero y la violencia política en el Territorio de Magallanes, 1918-1925', Tesis de licenciatura (Santiago, Pontificia Universidad Católica de Chile), 1999, pp. 219-220) “la organización obrera operó como espejo, el terror como reflejo; el Poder resultó ser quien se miraba y temía con justa y equivocada razón: su acción represiva rebotaba como un fantasma terrible, descrito en aterradas crónicas en los medios oficialistas y los debates parlamentarios” (BOHOSLAVSKY, Ernesto (2006), 'Los mitos conspirativos y la Patagonia en Argentina y Chile durante la primera mitad del siglo XX: orígenes, difusión y supervivencias', Tesis doctoral (Madrid, Universidad Complutense de Madrid), 2006, cap. 2.

<sup>28</sup> BUCHRUCKER, Cristián. *Nacionalismo y peronismo: la Argentina en la crisis ideológica mundial (1927-1955)*; Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1987; LVOVICH, Daniel. *Nacionalismo y antisemitismo en la Argentina*; Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 2003.

sido uno de los más importantes latifundistas de la Patagonia austral.<sup>29</sup> Los ingleses no tenían el monopolio de la tierra en el sur, pero muchas estancias eran propiedad de capitales provenientes del Reino Unido.<sup>30</sup> Los chilenos que vivían en territorio argentino no eran una reserva estratégica a usar como quintacolumna, pero sumaban varias miles de personas. Por ello, para comprender por qué algunos relatos conspirativos tuvieron verosimilitud y otros no, hay que conocer las condiciones sociales, políticas y culturales en que emergieron y en que fueron recibidos.

De allí que esta investigación partiera de una idea muy sencilla: la recepción de las creencias, sensibilidades e imágenes conspirativas depende de las redes simbólicas en que están inmersos sus productores y destinatarios. Es crucial que la audiencia le ofrezca una feliz recepción a estos relatos para que se sostengan en el tiempo y provean de capacidad de agitación y movilización. Una buena circulación de esas ideas, creadores y receptores requiere que hablen el mismo idioma, compartan un código político-simbólico, una *lingua franca*. Para obtener verosimilitud los relatos conspirativos deben inscribirse en un pentagrama legible colectivamente y que suene a música ya escuchada. Esto implica considerar a la cultura como un conjunto amplio y polisémico (pero finito) de posibilidades de acción e interpretación, que está en permanente tensión por el intento de imposición de sentidos que hacen los actores.

Vistos así, los relatos conspirativos se encuentran tensionados entre la tentación de deformar selectiva y malintencionadamente los hechos para incrementar su utilidad política y, por el otro lado el esfuerzo por retener capacidad explicativa, de convencimiento y de verosimilitud. La función movilizadora procura identificar al enemigo, motivar y justificar una intervención social –por lo general la cruzada de una minoría “pura” y auto-seleccionada-. Esa función es la que Georges Sorel apreciaba por su utilidad política.<sup>31</sup> La segunda función de estos relatos es explicar la realidad, tornarla, inteligible y coherente, reconociendo como causa única a un complot, lo cual excluye el principio de multicausalidad, el peso del azar y el reconocimiento de la pluralidad y complejidad de los intereses sociales y de los procesos cognitivos. Estos

---

<sup>29</sup> BARBERIA, Elsa Mabel. *Los dueños de la tierra en la Patagonia austral, 1880-1920*; Buenos Aires: Universidad Federal de la Patagonia Austral, 1995.

<sup>30</sup> MÍGUEZ, Eduardo. *Las tierras de los ingleses en la Argentina 1870-1914*; Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1985.

<sup>31</sup> BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales. Memorias y esperanzas sociales*; Buenos Aires: Nueva Visión, 1999, p. 34; CRUZ, Rafael. "La cultura regresa al primer plano", en CRUZ, Rafael y Manuel Pérez Ledesma (eds.), *Cultura y movilización en la España contemporánea* (Madrid: Alianza), 1997, p. 22.



discursos actúan como un programa de percepción de la realidad política para muchos de sus productores y propagadores, como Jorge González von Marées, jefe del nacionalsocialismo chileno en la década de 1930. La elite argentina que, al iniciar la primera posguerra, avaló y estimuló la brutal represión policial y para-policial en la “Semana trágica” de 1919 y en la “Patagonia trágica” de 1921, vivió una sensación de intimidación, independientemente del hecho de que hoy se sabe que esa percepción era desmedida e infundada. No es ocioso recordar que una “amenaza” no es objetiva y universalmente vivida como tal por los hostiles y por los hostilizados sino que debe ser entendida en un sentido relacional: tiene que ver tanto con quién se siente en riesgo como con quién intimida. No hay amenaza sino hay quien la perciba como tal.

### **Verosimilitud, recepción, sentido común, representaciones**

Uno de los problemas que guió nuestra investigación fue la cuestión de la verosimilitud de las creencias conspirativas: ¿por qué algunas de las denuncias de complot obtuvieron viabilidad política y otras no?, ¿qué situaciones y elementos del imaginario político argentino y chileno permitieron (o inhibieron) su recepción y difusión?, ¿quiénes y qué instituciones se encargaron de promoverlas? De allí que sea necesario prestarle atención a los procesos de difusión y recepción de los relatos conspirativos para entender la verosimilitud atribuida.

Utilicé simultáneamente dos enfoques complementarios para ver el problema de la creación y circulación de los relatos conspirativos. Uno es más cercano a la historia política y apunta a tener en cuenta cómo estos discursos fueron utilizados y generados - al igual que otros recursos- y cuán fértiles resultaron para cosechar apoyos y modificar las interpretaciones. Esta perspectiva se concentra en los creadores y promotores de estas creencias, destacando los fines que persiguen (y los que dicen perseguir). Estudiar a estos sujetos nos recuerda que no alcanza con que una sociedad esté atravesando un momento conflictivo para que se difundan las ideas conspirativas: una situación angustiosa constituye una tierra fértil, no un campo listo para cosechar. En el medio deben estar los sembradores de esas ideas cuyos propósitos por lo general son dos: aglutinar a la nación supuestamente amenazada por el complot de los “extranjeros de adentro”, y por el otro lado, medir fuerzas y radicalidad con aquellos que ocupaban el

mismo espacio ideológico. Las denuncias conspirativas obedecen a deseos de alterar la realidad y su interpretación: de ahí que algunos sectores sean beneficiados por la difusión y reproducción de esos discursos, mientras que otros resultan perjudicados. La acusación de la gran prensa chilena de que la agitación anarquista en la región de Magallanes en 1919 era la responsable de los problemas socio-económicos de la región obedecía a motivaciones políticas evidentes como la de reducir el poder social de la Federación obrera local...

Pero resultaría excesivamente racionalista explicar la aparición de estos discursos atendiendo sólo a la calculada utilidad política que le reportó a sus difusores. Por ello el segundo enfoque guarda más afinidad con la antropología y la historia cultural y trata de ver a los destinatarios de los relatos y a las razones por las cuales éstos tomaron o descartaron las propuestas políticas e interpretativas promovidas por grupos ubicados, por lo general, a la de derecha del arco político. Analizar la producción y difusión de imágenes y discursos es tan ineludible como atender a su recepción.<sup>32</sup> Propagar una idea no equivale a imponerla: para que una noción se encarne debe tener cierta recepción, lo cual implica alteraciones, circulaciones y reformulaciones no contempladas ni planificadas inicialmente por el emisor, que son parte de “un proceso dinámico y creador”.<sup>33</sup> Las palabras y las representaciones son internalizadas con diferentes intensidades y velocidades, dependiendo –entre otras cosas- de las herramientas culturales disponibles para “leer” y valorar a esas representaciones. Algunos imaginarios del complot han tenido nidos más cálidos que otros: la idea de una conjura peruana destinado a alterar la vida política chilena en 1920 parece haber gozado de una buena recepción dado que se vinculaba a nociones que habían circulado con anterioridad entre ámbitos elitistas de Santiago. La existencia de una conspiración judeo-comunista para sabotear al gobierno de Chile, idea difundida por el nazismo local en 1942, en cambio, no tuvo el mismo arraigo entre la población, según hemos podido ver.

---

<sup>32</sup> CHARTIER, Roger. *El mundo como representación. Estudios sobre historia cultural*; Barcelona: Gedisa. 1995b.

<sup>33</sup> CHARTIER, Roger. *Espacio público, crítica y desacralización en el siglo XVIII. Los orígenes culturales de la Revolución Francesa*; Barcelona: Gedisa, 1995a, p. 32.

## Sobre complot y territorio en Argentina y Chile

Christian Buchrucker<sup>34</sup> ha indicado que uno de los aspectos originales del conspiracionismo argentino del siglo XX es la “curiosa síntesis” entre la tradicional denuncia del complot judío y el anti-imperialismo de tintes izquierdistas. Lvovich<sup>35</sup> le ha reconocido la capacidad para adaptarse a los temas locales, retomando estratégicamente imágenes y preocupaciones coyunturales. Pero fuera de esos rasgos, la mayor parte de la literatura ha encontrado los mismos elementos que en el escenario europeo: antisemitismo, antimodernismo, clericalismo, etc.<sup>36</sup> Sin embargo, es posible considerar que este consenso historiográfico ha pasado por alto un aspecto relevante: la frecuencia de las connotaciones territoriales geográficas en los discursos nacionalistas. Está claro que han existido obsesiones nacionalistas que no eran amenazas territoriales, pero éstas no eran asumidas por todos los nacionalistas (o al menos no de la misma manera). En cambio, todos parecían estar de acuerdo en que Argentina sufrió e iba a sufrir cercenamientos territoriales a causa de conjuras de los enemigos de adentro y de afuera. Esta obsesión se expresaba en sensibilización de las cuestiones limítrofes, belicismo y expansionismo cartográfico.<sup>37</sup>

¿Por qué esa relación tan estrecha entre nacionalismo y territorio que hizo que recayera en éste la definición de lo nacional? Considero al nacionalismo territorial el resultado de las dificultades del complejo proceso de construcción de la nación a fines del siglo XIX. Desatados los procesos de independencia, los países de la América hispana se enfrentaron a la tarea de construir naciones distintas partiendo de una historia

---

<sup>34</sup> BUCHRUCKER, Cristián. *Nacionalismo y peronismo: la Argentina en la crisis ideológica mundial (1927-1955)*; Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1997.

<sup>35</sup> LVOVICH, Daniel. op. cit.

<sup>36</sup> KLEIN, Marcus. “A comparative analysis of fascist movements in Argentina, Brazil, and Chile between the great depression and the second world war”, PhD Thesis University of London, 2000; McGEE DEUTSCH, Sandra. *Las Derechas: the extreme right in Argentina, Brazil, and Chile, 1890-1939*; Stanford: Stanford University Press, 1999; ROCK, David. *Authoritarian Argentina. The Nationalist movement, its history and its impact*; Berkeley: University of California Press, 1993.

<sup>37</sup> BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina, 1914-1945*; São Paulo: Edições Loyola, 1999; CAVALERI, Paulo. *La restauración del Virreinato: orígenes del nacionalismo territorial argentino*; Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004; ESCUDÉ, Carlos. *Patología del nacionalismo: el caso argentino*; Buenos Aires: Editorial Tesis; Instituto Torcuato Di Tella, 1997; LACOSTE, Pablo. *La imagen del otro en las relaciones de la Argentina y Chile: 1534-2000*; Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica y Universidad de Santiago de Chile, 2003.

compartida.<sup>38</sup> A la hora de “individualizarse” y estimular su autoafirmación, cada una de las repúblicas latinoamericanas recurrió a la historia (rescatando e inventando un pasado desde entonces llamado “nacional”), a elementos culturales reales o imaginados, a la delimitación territorial y a la contraposición con identidades extranjeras. En algunas repúblicas se intentó establecer líneas de continuidad entre el proceso de emancipación y las “antiguas naciones indígenas” sometidas por la conquista. Sin embargo, la sociedad argentina de fines del siglo XIX no tenía a mano varios de esos recursos:

a) no podía invocarse la “tradicional fe argentina” como sustento de la nacionalidad. El país no tuvo un perfil marcadamente católico a fines del XIX ni hasta muy entrado el siglo XX. El proyecto de re-evangelización desatado entre 1930 y 1955 daba cuenta, precisamente, de lo cuan apartados de Dios se encontraban sus habitantes<sup>39</sup>;

b) no había posibilidades de convertir a la lengua en la heráldica legitimadora de la nación: el castellano se hablaba de Tierra del Fuego al río Bravo. Las lenguas indígenas presentes en algunas provincias argentinas no tenían una difusión geográfica tan importante como para ser ensalzadas, “despertadas” o convertidas en atributos de identidad nacional: no fue hasta la década de 1950 que se “descubrió” que se hablaba el quechua en el país<sup>40</sup>;

c) la historiografía e imágenes sobre el período precolombino no ofrecían demasiado material para recrear la idea de que los argentinos descendían de tal o cual “nación indígena” anterior a la llegada de Solís al Río de la Plata. La arqueología tampoco encontró evidencias físicas que permitieran la invención de una gran cultura de la cual proclamarse heredero;

d) Argentina tampoco tuvo la suerte de otras naciones latinoamericanas que pudieron hacer una transición simbólica relativamente sencilla de la institucionalidad colonial a la republicana. La república de Chile, por ejemplo, no tenía problemas en presentarse como descendiente “obvia” de la Capitanía de Chile y de su territorio. La

---

<sup>38</sup> QUIJADA, Mónica. "Imaginando la homogeneidad. La alquimia de la tierra", en QUIJADA, Mónica, Carmen Bernard, y Arnd Schneider (eds.), *Homogeneidad y nación con un estudio de caso: Argentina, siglos XIX y XX* (Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas), 2000, p. 186.

<sup>39</sup> DI STEFANO, Roberto y ZANATTA, Loris. *Historia de la iglesia argentina : desde la Conquista hasta fines del siglo XX*; Buenos Aires: Grijalbo Mondadori, 2000.

<sup>40</sup> OCAMPO, Beatriz. "Discursos y narrativas culturalistas. Canal Feijóo y la construcción de la nación", en Soprano, Germán y Sabina Frederic (eds.), *Cultura y política en etnografías sobre la Argentina* (Bernal: Universidad Nacional de Quilmes), 2005.

República Argentina tenía inconvenientes más serios para ofrecer un relato sencillo de cómo llegó a ser lo que era, proviniendo del Virreinato del Río de la Plata o de las audiencias existentes en el siglo XVIII. La unidad e identidad política que emergió en el Plata después de la ruptura del lazo con la Corona española fue la provincia y no la nación.<sup>41</sup>

Si ninguno de los elementos utilizados para idear a una nación podía ser politizado como criterio identitario, la nacionalidad creada carecía de cualquier sentido de pertenencia *völkisch*. Esta idea de nación encajaba mucho mejor con una sociedad más preocupada por su futuro que por preservar un linaje nacional-cultural. Para la generación de intelectuales y políticos argentinos de 1837, según Devoto<sup>42</sup>, el pasado no servía de anclaje identitario y era necesario inventar una tradición con la que se identificaran los habitantes presentes y futuros. La inmigración europea, la modernización y la educación serían las claves, según la elite gobernante, para ir creando una nación de individuos sin ligazón cultural previa entre ellos. Ese proyecto nacional era más cívico que étnico: todo aquello que implicara una definición demasiado estrecha o exclusivista de lo que los argentinos eran (o deseaban ser) corría el riesgo de caer en un vacío de significado.

Esta modernización era un proyecto disponible para quienes habitaban dentro de cierto territorio y no necesariamente dentro de cierta cultura. A esta confianza plena en que el territorio cumpliría la tarea de argentinizar e integrar a la población a través de alguna operación mágica Quijada<sup>43</sup> la llamó la “alquimia de la tierra”. Esto significó asumir de manera casi exclusiva que el territorio era una “condición básica de integración de los elementos heterogéneos” y que debía imponerse por encima de cualquier otra forma de articulación social.<sup>44</sup> Al igual que otros países que no lograban individualizarse por medio de su religión, etnicidad o lengua, en Argentina el territorio compartido se convirtió en un elemento crucial de la identidad nacional.<sup>45</sup> La evidente inexistencia cultural de una nación -contemporánea con los discursos que sostenían

---

<sup>41</sup> CHIARAMONTE, José Carlos. "Formas de identidad en el Río de la Plata luego de 1810", *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"*, 1, Buenos Aires, 1989a, p. 91; \_\_\_\_\_, "La cuestión regional en el proceso de gestación del Estado nacional argentino. Algunos problemas de interpretación", en Ansaldo, Waldo y José Luis Moreno (eds.), *Estado y sociedad en el pensamiento nacional* (Buenos Aires: Cántaro), 1989b, p. 165.

<sup>42</sup> DEVOTO, Fernando. *Nacionalismo, fascismo y tradicionalismo en la Argentina moderna: una historia*; Buenos Aires: Siglo XXI de Argentina Editores, 2002, p. 3.

<sup>43</sup> QUIJADA, Mónica. Op. cit., p. 179.

<sup>44</sup> Idi. *Ibidi.*, p. 217.

<sup>45</sup> CAVALERI, Paulo. Op. cit., p. 12.

enfáticamente lo contrario- exacerbaba las preocupaciones por “nuestra tierra”. Si la nación aceptaba como hipótesis de mínima el territorio compartido hasta tanto se obtuviera la definitiva homogeneidad étnica, no extraña la robustez de las preocupaciones geográficas de los nacionalistas a finales del siglo XIX y a lo largo del posterior. Equiparada nación a territorio, cualquier reducción o variación en el tamaño de éste aparece, fatalmente, como una amenaza directa a la primera. Esta percepción contribuyó a crear en Argentina la idea de que los países vecinos la amenazan. Especialmente intensa fue la preocupación por la argentinización del territorio en las últimas décadas del siglo XIX, cuando el fenómeno inmigratorio alarmó a las elites estatales.<sup>46</sup>

Está claro que la cuestión de la vinculación entre territorio y nacionalismo excede con creces a la historia argentina. La construcción del Estado nacional en Occidente asociaba en general de manera ineludible los conceptos de nación y soberanía territorial: ocupar e integrar espacios era la mejor manera de demostrar la existencia de un Estado y de su derecho sobre la población y recursos allí existentes.<sup>47</sup> El poder de una nación se medía por la extensión de sus territorios y por su capacidad para ocuparlos (y representarlos cartográficamente). Charles Maier<sup>48</sup> ha sugerido que en el último tercio del 1800 las instituciones centrales de gobierno incrementaron su poder administrativo-militar a expensas de los poderes regionales. En ese período, los territorios fueron reconfigurados con la aplicación de nuevos recursos tecnológicos (ferrocarril) y energías políticas (centralización, nacionalismo). Con todo, si bien el fenómeno de “territorialización” de la nación estuvo lejos de ser una exclusividad argentina, hay que destacar la fuerza de esa connotación en el caso rioplatense. Allí los territorios fueron tapizados de oficinas públicas, correos, vías férreas, caminos, prensa, telégrafos, cables y escuelas, destinadas a “llenar” un espacio desde entonces nacional.<sup>49</sup>

Ningún espacio fue tan celosamente escudriñado por las élites estatales de los últimos 150 años como la amplísima llanura que se extiende desde el sur de Buenos Aires a los Andes, las tierras pampeano-patagónicas que excitaron la imaginación de tantísimos viajeros. El espacio austral, más allá de su estrechez demográfica y las

---

<sup>46</sup> BERTONI, Lilia Ana. *Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas: la construcción de la nacionalidad argentina a fines del siglo XIX*; México; Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001, p. 307.

<sup>47</sup> HOBBSAWM, Eric. *Naciones y nacionalismo desde 1780*; Barcelona: Crítica, 1991; SMITH, Anthony. *National identity*; Londres: Penguin Books, 1991.

<sup>48</sup> MAIER, Charles S. "Consigning the Twentieth century to History: Alternative narratives for the Modern Era", *The American Historical Review*, 2000, p. 87.

<sup>49</sup> CAVALERI, Paulo. Op. cit., p. 13.

desatenciones del Estado nacional, guardó una significación muy especial en la sensibilidad geopolítica argentina. Las representaciones más difundidas de la Patagonia le brindaron credibilidad a las posteriores denuncias conspirativas del nacionalismo (referidas a intentos de sublevación comunista o de colonización judía e inglesa), así como a las sospechas socialistas sobre la presencia nazi en la región.

En Chile, en cambio la Patagonia no constituyó una preocupación central de los grupos nacionalistas en el segundo tercio de siglo XX. Una de las razones de esta situación era que el sur debía “competir” en el imaginario conspirativo de la extrema derecha con la riquísima área minera norteña, bajo soberanía chilena tras la guerra iniciada en 1879. A la elite y las autoridades militares el norte les resultaba un área más “caliente” y sensible que la Patagonia y hasta la década de 1960 sobre ella depositaban más preocupaciones: temor a una revancha militar peruano-boliviana, desconfianza sobre las poblaciones de ese origen allí instaladas y sobre los trabajadores. Éstos se organizaron desde principios de siglo en las mancomunales y el Partido Demócrata, y luego en el Comunista y el Socialista.<sup>50</sup> Frente a este escenario de radicalización y movilización política de los mineros, la Patagonia ofrecía menor utilidad para la agitación nacionalista y derechista dado que tenía notoriamente menos población extranjera, valor estratégico y concentración de trabajadores radicalizados.

---

<sup>50</sup> GONZÁLEZ MIRANDA, Sergio; MALDONADO PRIETO, Carlos y McGEE DEUTSCH, Sandra. "Ligas Patrióticas", *Revista de investigaciones científicas y tecnológicas*, 2, Universidad Arturo Prat, 1993, p. 38.

## **Identidade e alteridade: a representação do *outro* e as narrativas de viagem nas reflexões de François Hartog<sup>51</sup>**

Kátia Gerab Baggio

Departamento de História – FAFICH/ UFMG

Como se sabe, identidade e alteridade formam um par frequentemente inseparável. Pretendo fazer breves considerações, como já exposto no título, sobre as representações acerca do *outro* e levantar algumas questões a partir de um retorno às raízes da tematização da alteridade na tradição ocidental, ou seja, à Grécia antiga. E já me desculpo por ceder à tentação de que fala Marc Bloch em seu clássico *Apologia da História*, ou seja, a “obsessão pelas origens”.<sup>52</sup> E essa volta às origens deve-se às instigantes reflexões do historiador francês François Hartog sobre o tema da alteridade na Grécia arcaica e clássica, presentes em seus livros *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro* e *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*.<sup>53</sup>

Também não é novidade a percepção de que, com frequência, as visões sobre o *outro* informam mais sobre aqueles que enunciam os julgamentos do que sobre aqueles que são julgados. E a afirmação da identidade deve se pautar pela recusa da semelhança e pelo realce da diferença. O estrangeiro deve aparecer como pior ou melhor do que o pátrio, mas é necessário “evitar fazê-lo aparecer como igual”.<sup>54</sup> Vale lembrar que, conforme sustenta a psicologia, sem o reconhecimento do *outro* é impossível a

---

<sup>51</sup> Texto originalmente apresentado em reunião do Grupo Temático realizada em 14 de dezembro de 2007.

<sup>52</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

<sup>53</sup> HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999 (original francês de 1980) e HARTOG, François. *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004 (original francês de 1996). Deixo claro que não tenho nenhuma familiaridade particular com a história grega antiga. Apenas tomo aqui as reflexões de François Hartog sobre identidade e alteridade, a partir dos textos gregos antigos, com o objetivo de refletir sobre o que Hartog denomina “retórica da alteridade”. Nesse sentido, não voltei diretamente às fontes antigas, mas tomei as reflexões de Hartog como ponto de partida.

<sup>54</sup> ÁVILA, Myriam. “Peripatografias: o motivo da viagem na literatura latino-americana”. In.: *O retrato na rua: memórias e modernidade na cidade planejada*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 83.



construção do sujeito como ser humano. O *eu* só se constrói na *presença* (mesmo que ausente) e em relação ao *outro*.

Nas *Histórias* de Heródoto<sup>55</sup> – reconhecido como o “pai da História”<sup>56</sup> –, Hartog busca compreender como o narrador desenvolve sua argumentação de modo a “traduzir” o *outro* para seu destinatário, ouvinte ou leitor. Ou, como afirma o próprio Hartog: “a questão é então perceber como [a narrativa] ‘traduz’ o outro e como faz com que o destinatário creia no outro que ela constrói”. O que ele pretende é “reunir as regras através das quais se opera a fabricação do outro”. Hartog pretende analisar o que ele denomina “retórica da alteridade”. Nessa “retórica da alteridade”, construída por Heródoto, “tudo se passa”, segundo o autor francês, “antes de tudo, entre estas quatro marcas ou estas quatro operações: *eu vi, eu ouvi* – mas também *eu digo, eu escrevo*”.<sup>57</sup> Heródoto, para Hartog, “é este pai que é preciso sempre evocar ou invocar, o fantasma que é preciso conjurar, o espectro de que é preciso desembaraçar-se”.<sup>58</sup>

Também Ulisses, na *Odisséia*, é aquele que *viu*, que sabe e que pode narrar porque *viu*, indicando o lugar privilegiado, na cultura grega, da visão, como o sentido mais adequado para adquirir conhecimentos.<sup>59</sup>

Inicialmente, é preciso enunciar o *outro* como diferente: existem gregos e não-gregos, ou ainda, existem gregos e bárbaros. Bárbaros (a partir da sequência *barbar*, de forma onomatopaica) são aqueles que gaguejam, balbuciam, ou melhor, os que não falam grego. Mas a diferença entre gregos e bárbaros só tem interesse quando eles interagem de algum modo. Caso contrário, a questão da alteridade nem se colocaria, como é evidente. No mundo contemporâneo, em que sujeitos de praticamente todas as formações culturais interagem, a questão da identidade/alteridade se apresenta permanentemente. Hartog identifica essa “retórica da alteridade” como própria das narrativas que falam do *outro*, particularmente os relatos de viagem, tomados num sentido amplo.

Heródoto nasceu em Halicarnasso, cidade dórica, na Ásia Menor (atualmente na Turquia), por volta de 480 a.C., mas escreveu as *Histórias* em jônico, língua de Atenas

---

<sup>55</sup> As *Histórias* de Heródoto foram escritas por volta de 430 a.C.. Conforme o costume do tempo, a obra não tinha título.

<sup>56</sup> Denominação dada por Cícero.

<sup>57</sup> HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*, op. cit., p. 228 (grifos no original).

<sup>58</sup> Idi. *Ibidi.*, p. 31.

<sup>59</sup> HARTOG, François. *Memória de Ulisses*, op. cit., p. 14.

e de toda a Ática. Viajou muito e longamente por quase todo o mundo conhecido pelos gregos à época, mas permaneceu a maior parte da vida em Atenas. Viajou pela Grécia continental e pelas ilhas do mar Egeu; pelo Oriente Médio, principalmente Egito; em torno do Mar Negro, em direção ao norte; e pelo sul da Itália, onde morreu, por volta de 425 a.C., na cidade de Túrios. Para muitos, foi, antes de tudo, um viajante.<sup>60</sup>

As *Histórias* são divididas em nove livros, dos quais os quatro primeiros são “extensamente ocupados” pelas narrativas sobre os outros, os não-gregos (lídios, persas, babilônios, massagetas, egípcios, citas, líbios etc.), a partir dos relatos das viagens, enquanto os últimos cinco são reservados às Guerras Médicas. Há uma longa discussão, desde a Antiguidade, sobre a veracidade das narrativas de Heródoto. Principalmente, no caso dos livros que narram as viagens e que são, por muitos comentadores, considerados fabulosos. Essa condenação já aparece em Tucídides.<sup>61</sup> No século XVIII, fortaleceu-se a ideia da existência de “dois Heródotos”: de um lado, o viajante e “contador de histórias” sobre os não-gregos e, de outro, o “historiador das Guerras Médicas” (entre outras, essa dualidade aparece nas interpretações de Voltaire). Hartog mostra como essa visão que dividiu Heródoto se manteve ao longo do tempo e, inclusive, apareceu revigorada, no início do século XX, “no próprio domínio dos estudos clássicos”. Apenas em fins dos anos 1960, essa partilha, segundo o historiador francês, foi mais claramente questionada, por vários especialistas, passando-se a tratar a obra como uma unidade.<sup>62</sup>

Dentre as narrativas de Heródoto, Hartog escolheu os citas como *o outro grego* por excelência: povo “nômade que não tem nem casa, nem cidade, nem campo lavrado”, segundo o próprio Heródoto. Nas *Histórias*, os citas estão entre aqueles a quem Heródoto dedica mais espaço, apenas superados pelos egípcios. Contudo, ao contrário do Egito, detentor de incontáveis “maravilhas”, na Cítia não há nada digno de ser contado, segundo o viajante/narrador. Os citas, nômades, têm costumes, segundo Heródoto, inversos aos dos gregos, homens da *polis*. Na Cítia, o clima é particular; o regime das chuvas, invertido; etc., etc. Era lugar de “solidão, selvageria e distanciamento”, que pertencia aos “confins do mundo”. O narrador grego, a fim de

---

<sup>60</sup> HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*, op. cit., p. 32. As viagens de Heródoto foram colocadas em dúvida, sendo que historiadores acreditam que ele simulou viagens que não fez ou que fez apenas parcialmente.

<sup>61</sup> Tucídides viveu aproximadamente entre 471 a.C. e 395 a.C..

<sup>62</sup> HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*, op. cit., p. 32-37.

persuadir seus destinatários, passa da exaltação da diferença ao uso da oposição e, desta, à inversão.<sup>63</sup>

As *Histórias* são, para Hartog, “este espelho no qual o historiador não cessou jamais de olhar, de interrogar-se sobre sua própria identidade”. O espelho de Heródoto também é aquele que, ao criar imagens dos não-gregos, é levantado para os gregos (sem se esquecer que, no espelho, a imagem aparece invertida). Assim como é o olho do *hístora* que, “percorrendo e contando o mundo, o põe em ordem num espaço grego do saber”, além de construir para os gregos “uma representação de seu passado próximo”. Ademais, ultrapassando seu próprio tempo, é também o espelho através do qual muitos outros, posteriormente, tenderam a ver o mundo.<sup>64</sup>

Nesse ponto, retorno à “retórica da alteridade”, entendendo retórica como a “arte de persuadir: como fazer-crer?” Esse “fazer-crer”, como se sabe, é uma necessidade tanto do relato de viagem como do discurso historiográfico, ambos atravessados pela “necessidade de verdade” e pela questão da alteridade, pois os narradores, nos dois casos, buscam se distanciar do *outro* sobre o qual se fala a fim de marcar a pretensa imparcialidade do discurso.<sup>65</sup>

Hartog afirma tratar o texto de Heródoto como uma “narrativa de viagem, isto é, como uma narrativa que tem a preocupação de traduzir o outro em termos do saber compartilhado pelos gregos e que, para fazer crer no outro que constrói, elabora toda uma retórica da alteridade”.<sup>66</sup> Como já mencionado, para Hartog, essa retórica utiliza-se, basicamente, de “quatro operações: *eu vi, eu ouvi, eu digo, eu escrevo*”. Lembrando que ela é uma retórica própria das narrativas que falam do *outro*, particularmente os relatos de viagem. Esse viajante/narrador precisa persuadir as pessoas de “seu mundo” sobre “um outro”, tendo que se enfrentar com o problema da *tradução*. “Dizer o *outro* é enunciá-lo como diferente” e uma das maneiras de traduzir a diferença é através da inversão, da construção de um “antipróprio”. Nos relatos de viagem e nas utopias, a inversão é um dos elementos mais frequentes do discurso. Heródoto, ao tratar dos costumes dos bárbaros, usa abundantemente da inversão. Ao falar dos egípcios, comenta: “Entre eles, são as mulheres que vão ao mercado e fazem negócios; os homens ficam em casa e tecem. [...] As mulheres urinam de pé, os homens agachados...”.

---

<sup>63</sup> Idi. Ibidi., p. 38, 53, 67, 68.

<sup>64</sup> HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*, op. cit., p. 38.

<sup>65</sup> Idi. Ibidi., p. 315-316.

<sup>66</sup> Idi. Ibidi., p. 38-39.

Evidentemente, inversos em relação aos gregos, mas Heródoto diz: “... adotaram *também*, em quase todas as coisas, modos e costumes que são o *inverso* dos de todos os outros homens”.<sup>67</sup> Passa-se da diferença à inversão, como uma estratégia de inteligibilidade, de tradução. Mas a inversão não é o único elemento discursivo. Utiliza-se também da comparação, com o estabelecimento de semelhanças e diferenças, como mais um mecanismo de tradução. Também se compara a partir da aproximação, do paralelo e da analogia, utilizando-se a fórmula: *a* é para *b* como *c* é para *d*. Para traduzir o *outro*, o narrador necessita criar mecanismos de inteligibilidade que, em grande medida, reduzem o *outro* ao já conhecido. A comparação, operada dessa maneira, como mecanismo de tradução a partir do olhar sobre o *outro*, “filtra o outro no mesmo”, transformando a diferença em algo passível de ser assinalado, mensurado e dominado.<sup>68</sup>

As narrativas de viagem também dedicam, via de regra, um espaço às maravilhas e curiosidades (*thôma*). Esse procedimento é parte, também, da “retórica da alteridade”. Exalta-se a beleza, a raridade, a grandeza, o extraordinário, o notável. Ou, por outro lado, a ausência de maravilhas. O narrador pretende classificar e ordenar os fenômenos, auxiliando o destinatário a apreender o desconhecido. Ele avalia, mede e conta, com o objetivo de revelar o que vê para o leitor ou ouvinte, buscando um “efeito de realidade” (como nas expressões: *eu vi*, *eu percorri*, etc.).<sup>69</sup>

Hartog, ao explicar a “retórica da alteridade” como uma operação de tradução, faz, vale registrar, referência à *História de uma viagem à terra do Brasil*, de Jean de Léry (publicada em 1578 em Genebra). Em Léry, Hartog ressalta o cuidado, literalmente, com a tradução; a vontade de tornar o mundo tupinambá apreensível ao leitor francês, inclusive com a elaboração de uma espécie de dicionário tupi-francês, criado a partir de um diálogo entre um tupinambá e um francês.<sup>70</sup>

Heródoto, entretanto, muito provavelmente só conhecia a língua grega. Como afirmam os especialistas, os gregos, de um modo geral, só falavam grego. Os intérpretes que aparecem nas *Histórias* de Heródoto são, via de regra, estrangeiros que falam o grego, e não o inverso.

---

<sup>67</sup> Heródoto *apud* HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*, op. cit., p. 230 (grifos no original).

<sup>68</sup> HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*, op. cit., p. 245.

<sup>69</sup> Idi. *Ibidi.*, p. 245-251.

<sup>70</sup> LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 271-303.

Hartog faz referência, ainda, ao que ele denomina de “terceiro excluído”. Na “retórica da alteridade” há uma certa incapacidade de abordar mais do que dois termos de cada vez. Na impossibilidade de sustentar, de forma convincente, uma alteridade com três pólos, o narrador assimila um dos termos a outro, transformando-a em uma dualidade, evidenciando a alteridade de dois dos elementos presentes. E dá exemplo: ao tratar de citas, persas e gregos, para realçar a diferença entre citas e gregos, aproxima os persas dos últimos. Ou seja, a “retórica da alteridade” tende a ser dual: um e outro.<sup>71</sup>

Mas, apesar de etnocêntrico – pois “eles”, bárbaros, são sempre vistos em relação a “nós”, gregos; e, além disso, o mundo sobre o qual se conta sempre é traduzido para o mundo no qual se conta –, Heródoto não é, para Hartog, “deliberadamente, nem sistematicamente helenocêntrico”, pois “não crê, como Tucídides, que os bárbaros de hoje vivam como os gregos de outrora”. Não vê, no mundo grego, o futuro inescapável de todos os bárbaros. Também não toma os bárbaros como modelo para os gregos. Entretanto, se coloca na posição do narrador que é o “único sujeito da enunciação, único sujeito que sabe e diz”.<sup>72</sup>

Vale a pena, neste momento, registrar as primeiras palavras das *Histórias*:

“Heródoto de Halicarnasso apresenta aqui sua história, para impedir que o que fizeram os homens, com o tempo, se apague da memória e para que grandes e maravilhosas obras [érga], produzidas tanto pelos bárbaros, quanto pelos gregos, não cessem de ser renomadas; em particular, aquilo que foi a causa de eles entrarem em guerra uns contra os outros”.<sup>73</sup>

O que são esses *érga*? Muito já se discutiu sobre o seu significado: poderiam ser os “monumentos”, as “façanhas”, as “maravilhas da natureza”, segundo as diferentes interpretações. Para Hartog, o importante é que são feitos ou coisas dignas de memória.<sup>74</sup> Não há dúvida de que Heródoto considerava que se deveria preservar na memória não só os “grandes feitos” dos gregos, como também os *érga* dos bárbaros, ainda que sempre, como já ressaltamos, a partir das referências e do olhar gregos.

<sup>71</sup> HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*, op. cit., p. 270-271.

<sup>72</sup> HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*, op. cit., p. 366-367.

<sup>73</sup> Heródoto *apud* HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*, op. cit., p. 17 (trecho citado também na p. 32, com uma tradução aproximada). Segundo Hartog, houve um gramático (do tempo de Nero) que chegou a sustentar que o prólogo não era de Heródoto, mas de seu amigo, o poeta Plesíroo (cf. Introdução, nota 8, p. 383).

<sup>74</sup> HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*, op. cit. p. 246.

Ulisses, em suas viagens, nas narrativas homéricas, também “traça os contornos de uma identidade grega”. Nas palavras de Hartog, “um homem-fronteira e um homem-memória”, um desses “viajantes inaugurais” que “são eles próprios marcos de fronteira, embora móveis”, seres “intermediários, barqueiros, tradutores”.<sup>75</sup>

Duas declarações, tomadas de dois filósofos contemporâneos, apontam, segundo Hartog, para distintos caminhos de interpretação sobre o tema da alteridade entre os gregos. Uma aparece em breve passagem de Emmanuel Levinas, que, ao referir-se à filosofia ocidental, afirma:

“A filosofia produz-se como uma forma sob a qual se manifesta a recusa de engajamento no Outro, a expectativa preferida à ação, a indiferença em relação aos outros, a alergia universal da primeira infância dos filósofos. O itinerário da filosofia permanece sendo de Ulisses cuja aventura pelo mundo nada mais foi que um retorno a sua ilha natal – uma complacência no Mesmo, um desconhecimento do Outro”.<sup>76</sup>

A viagem de Ulisses, em Levinas, é tomada como a própria imagem da filosofia ocidental. A aventura do herói grego pelo mundo (como também a da filosofia ocidental) seria apenas uma maneira de regressar ao seu lugar de origem. A viagem de Ulisses teria como resultado final apenas o encontro com o familiar, o retorno desse “viajante a contragosto”.<sup>77</sup>

Mesmo reconhecendo a existência de “sabedorias estrangeiras” – dos egípcios, caldeus, fenícios, persas, hebreus... , ou seja, do Oriente –, os gregos, de um modo geral, segundo Hartog,

“jamais se “interessaram” verdadeiramente por elas: em si mesmas, em seu contexto e, antes de tudo, na língua em que se exprimiam. [...] Eram e permaneceram, mesmo na época helenística (com poucas exceções), “altivamente monolíngües”, como revelou Momigliano. “Conversar com indígenas, na língua dos indígenas, não era coisa para eles.” Não menos que traduzir livros estrangeiros em grego. [...] se, apesar de tudo, houve

---

<sup>75</sup> HARTOG, François. *Memória de Ulisses*, op. cit., p. 14-15.

<sup>76</sup> LÉVINAS, Emmanuel. *Humanismo do outro homem*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993, p. 43-44 (original francês de 1972).

<sup>77</sup> HARTOG, François. *Memória de Ulisses*, op. cit., p. 18-19.

diálogo entre os gregos, os romanos e os judeus, isso se deve aos romanos e aos judeus – não, em princípio, aos gregos”.<sup>78</sup>

Numa outra perspectiva, o filósofo greco-francês Cornelius Castoriadis acentua a “abertura grega ao outro” – segundo ele, inédita até então – e a relaciona ao “olhar crítico e interrogativo” que os gregos lançavam às suas próprias instituições. O olhar dos gregos sobre os outros é comandado, segundo Castoriadis, pelo que lançam sobre si. Em seu ensaio “A *polis* grega e a criação da democracia”, ele afirma:

“Antes da Grécia, e fora da tradição greco-ocidental, as sociedades são instituídas segundo um princípio de completa clausura [...]. Como observava Hannah Arendt, a imparcialidade veio ao mundo com Homero, e essa imparcialidade não é simplesmente “afetiva” mas diz respeito ao conhecimento e à compreensão. O verdadeiro interesse pelos outros nasceu com os gregos, e não passa de um dos aspectos da atitude crítica e interrogadora que eles mantinham ante suas próprias instituições. Em outras palavras, ele se inscreve no movimento democrático e filosófico criado pelos gregos.

Foi apenas no quadro desta tradição histórica particular – a tradição greco-ocidental – que o etnólogo, o historiador ou o filósofo pôde ter condições de refletir sobre sociedades diferentes da sua, ou mesmo sobre sua própria sociedade”.<sup>79</sup>

E acrescenta: a “atividade e a própria idéia de julgar e escolher são greco-ocidentais, foram criadas deste lado do mundo e em nenhum outro lugar”. E a “abertura” ao outro, segundo ele, é própria da tradição greco-ocidental, e “*apenas*” dela (grifo do próprio autor). Para ele, quando representantes de outras tradições culturais se abrem para as demais, isso se dá porque foram “ocidentalizados”, não tanto no sentido de assimilação de valores e gostos ocidentais, “mas sim no sentido de que aceitaram essa abertura”.<sup>80</sup> Mais adiante, em seu ensaio, reafirma que a “imparcialidade veio ao mundo por intermédio dos gregos”. E, para confirmar sua posição, declara que, nos poemas homéricos não há

---

<sup>78</sup> Idi. *Ibidi.*, p. 22. Hartog ressalta a convergência entre a visão do filósofo franco-lituano Emmanuel Levinas e a do historiador italiano Arnaldo Momigliano acerca do olhar dos gregos antigos sobre os “outros”. Nesta passagem, as citações são de Momigliano.

<sup>79</sup> CASTORIADIS, Cornelius. “A *polis* grega e a criação da democracia”. In: CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do labirinto II: os domínios do homem*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 278-279 (original francês de 1986). Ver, também, ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972 (original de 1961).

<sup>80</sup> Idi. *Ibidi.*, p. 284, 291.

“a menor expressão de desdém pelo “inimigo” – os troianos [...]. O mesmo sucede com Os Persas de Ésquilo [...]. Esta tragédia não contém uma só palavra de repulsa ou menosprezo pelos persas; [...] a derrota e ruína dos persas é imputada exclusivamente à hubris [presunção, arrogância] de Xerxes. E, em suas Troianas, Eurípides apresenta os gregos sob a forma de brutos que não poderiam ser mais cruéis e monstruosos”.<sup>81</sup>

Não há dúvida de que Castoriadis pensa a relação dos “gregos” com os “bárbaros” a partir do mundo greco-ocidental, de suas premissas e de seus valores.

Sem negar a “incompatibilidade” das duas teses acima esboçadas – fechamento e desconhecimento do *outro* para Levinas (e Momigliano), abertura e reconhecimento para Castoriadis –, que veem os gregos a partir de “fora” e de “dentro”, respectivamente, Hartog sustenta que esses viajantes, esses “homens-fronteira”, revelam uma inquietação, dão lugar ao *outro*, lhe designam um lugar, mas sempre a partir do mundo grego, “falando” pelo outro. Para o historiador francês, a fronteira se encontra nesse “espaço em movimento”, “de fechamento e abertura”, “espaço entre dois”. Nas palavras de Hartog, “os gregos puderam, dizendo o outro, pensar a si mesmos: interrogar-se, afirmar-se, atribuir-se os bons papéis e os primeiros lugares – até duvidar de si mesmos, mas sempre mantendo a posição de mestres do jogo”.<sup>82</sup> Ou seja, é evidente que Hartog não compartilha a idéia, presente em Castoriadis, de que essa “abertura do grego ao outro” era, efetivamente, imparcial e fruto de um autêntico interesse pelos não-gregos – ainda que, em seu ensaio, Castoriadis reconheça que o olhar grego parte, antes de tudo, do olhar sobre si.

Mas, quem eram os bárbaros? Na época clássica, os espartanos fecharam sua cidade aos estrangeiros. Para eles, como observa Heródoto, todos os não espartanos, gregos e não-gregos, eram enquadrados na categoria de *xénos* (estrangeiro). O binômio gregos/bárbaros não fazia parte da visão de mundo de Esparta.<sup>83</sup>

A diversidade grega só poderia ganhar alguma unidade e identidade frente ao “efetivamente outro”. Gregos, de um lado, e todos os outros, bárbaros. Classificação binária que só poderia ser operada, evidentemente, pelos próprios gregos. Mas o

---

<sup>81</sup> Idi. *Ibidi.*, p. 316, 317.

<sup>82</sup> HARTOG, François. *Memória de Ulisses*, op. cit., p. 17, 23.

<sup>83</sup> Idi., *Ibidi.*, p. 17.



antônimo do grego ganhou um rosto preciso apenas depois das Guerras Médicas, o persa. Nos poemas homéricos, como reconhece Tucídides, os bárbaros não são mencionados, porque, segundo ele, “os gregos ainda não se tinham separado sob um nome único, opondo-se àqueles”.<sup>84</sup> A “unidade grega” dependia da “unidade bárbara”. E, como diz Hartog, “o bárbaro é, antes de tudo, mais que todos e por muito tempo, o persa. E o bárbaro por excelência será o Grande Rei”, encarnação do despotismo. “Assim é Xerxes, que, na sua desrazão, creu poder lançar cadeias sobre o Helesponto”, como na peça de Ésquilo, *Os persas*. As Guerras Médicas e suas representações também territorializaram o bárbaro, cujo domínio é a Ásia, espaço submetido ao despotismo. E passaram a simbolizar – a partir de certa leitura de Heródoto – a “vitória da liberdade sobre a Ásia escrava”. Como sabemos, a contraposição entre Europa e Ásia praticamente irá se sobrepor ao binômio grego/bárbaro ou civilização/barbárie. Essa dualidade será projetada, inclusive, retroativamente, sobre a Guerra de Tróia, “fazendo com que os troianos apareçam como asiáticos e bárbaros”.<sup>85</sup>

As representações das Guerras Médicas também criaram uma clivagem “política” entre gregos e bárbaros: uns, vivendo na *polis*, exercendo a política na *agorá*, no espaço público; outros, submetidos à tirania, ao despotismo, em uma palavra, à barbárie. É a visão *política* da alteridade, presente, não só em Heródoto, como também em Aristóteles.<sup>86</sup>

Textos de Hegel também ilustram com clareza a retomada da contraposição hierárquica gregos/asiáticos (liberdade/despotismo), através dos séculos, e localizam essa dualidade já nos textos homéricos:

“A *Ilíada* [...] nos mostra os gregos partindo em campanha contra os asiáticos, para as primeiras lutas legendárias provocadas pela formidável oposição entre duas civilizações, cuja conclusão devia constituir uma reviravolta decisiva na história da Grécia [...] vemos levantarem-se, uns contra os outros, povos que diferem uns dos outros pelos costumes, pela religião e pela língua, [...] e não nos tranqüilizamos senão vendo o princípio superior, por ter sua justificação na história universal, triunfar sobre o inferior”.<sup>87</sup>

<sup>84</sup> Tucídides *apud* HARTOG, François. *Memória de Ulisses*, op. cit., p. 93-94.

<sup>85</sup> HARTOG, François. *Memória de Ulisses*, op. cit., p. 96.

<sup>86</sup> Idi. *Ibidi.*, p. 98-102.

<sup>87</sup> HEGEL, G. W. F. *Esthétique*, III (2<sup>e</sup> partie). Paris: Aubier, 1944, p. 114, *apud* HARTOG, F. *Memória de Ulisses*, op. cit., p. 96.

Em suas *Lições sobre a filosofia da história universal*, ao tratar das Guerras Médicas, Hegel conclui que seu desfecho significou a vitória da “força espiritual” contra o “despotismo oriental”: “são vitórias que pertencem à história universal; salvaram a cultura e o poder espiritual; arrebataram todas as forças ao princípio asiático”.<sup>88</sup> O “princípio asiático” é o despotismo, uma *marca* inscrita na *experiência histórica*.

O argentino Sarmiento teve muitos antecessores na vinculação que fez entre o Oriente e o despotismo. Na verdade, uma longa e consolidada visão dualista, inspirada, inicialmente, nas *Histórias* de Heródoto. Como se sabe, em seu *Facundo: civilização e barbárie*, Sarmiento considera a América, tal como representada por Rosas, “bárbara como a Ásia, despótica e sanguinária como a Turquia”.<sup>89</sup> São várias as passagens de *Facundo* nas quais Sarmiento explicita essa vinculação. Carlos Altamirano analisa, em Sarmiento, essa relação entre orientalismo – no sentido dado por Edward Said, ou seja, o conjunto de representações ocidentais, hegemônicas, sobre o Oriente – e despotismo.<sup>90</sup> Em seu ensaio, Altamirano enfatiza a presença da vinculação entre o Oriente e o despotismo na obra de Montesquieu – não só em *O Espírito das Leis*, como também em seu livro anterior, *Cartas persas* –, assim como, muito antes dele, em Maquiavel, e até anteriormente à Renascença. Sobre essa questão em particular, a importância da obra de Montesquieu reside na inserção do despotismo em um quadro geral das formas de governo. Mas, como nos mostra Hartog (e não apenas ele), a vinculação entre o despotismo e a Ásia já aparece, com clareza, nos próprios gregos antigos, repercutindo ao longo dos séculos, através de inúmeras releituras e novos significados, em diferentes contextos.

Na atualidade, a classificação binária que divide o Ocidente e “o resto” ainda está presente, conforme certas interpretações que, embora se apresentem como pretensamente plurais, reconstróem a dualidade que está nos gregos antigos. Estou me

---

<sup>88</sup> HEGEL, G. W. F. *Lecciones sobre la filosofía de la historia universal*. Buenos Aires: Revista de Occidente Argentina, 1946, tomo II, p. 137-138 (tradução minha).

<sup>89</sup> SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilização e barbárie*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, p. 309.

<sup>90</sup> ALTAMIRANO, Carlos. El orientalismo y la idea del despotismo en el *Facundo*. In: ALTAMIRANO, Carlos & SARLO, Beatriz. *Ensayos argentinos: de Sarmiento a la vanguardia*. Buenos Aires: Ariel, 1997, p. 83-102; SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

referindo, evidentemente, a Samuel Huntington e à sua concepção do mundo pós Guerra Fria como sendo dominado por um “choque de civilizações”.<sup>91</sup>

E aqui abro parênteses para registrar que episódios das chamadas Guerras Médicas foram recentemente representados no filme intitulado *300*, superprodução hollywoodiana de 2006, dirigida por Zack Snyder e baseada nos quadrinhos de Frank Miller e Lynn Varley, sobre a Batalha das Termópilas, entre espartanos e persas. As histórias em quadrinhos de Miller e Varley foram, por sua vez, inspiradas no filme *Os 300 de Esparta*, de 1962, inspirado, por seu turno, numa releitura das *Histórias* de Heródoto. O filme mais recente, de conteúdo evidentemente belicista, foi realizado – nem é preciso que se diga – num momento particularmente tenso nas relações entre o “Ocidente” e o “Oriente”. Sem esquecermos que a Média, território dos antigos medos e persas, situa-se onde hoje está o Irã.<sup>92</sup> Ou seja, releituras e mais releituras das Guerras Médicas a partir das concepções de Heródoto, o “pai da História”.

Voltando às reflexões de François Hartog, podemos dizer que certas formas de enunciação e representação do *outro*, que constituem o que o historiador francês denomina “retórica da alteridade”, aproximam, de certa maneira – evidentemente sem a intenção de desistoricizar a análise –, textos e autores muito distantes no tempo, como, por exemplo, as *Histórias* de Heródoto e a *História de uma viagem à terra do Brasil*, de Jean de Léry, separados por 20 séculos.

Os relatos de viagem – discurso privilegiado de enunciação sobre o *outro* – são permeados, constantemente, dessa retórica, em um esforço de tradução e, ao mesmo tempo, de busca e compreensão do próprio e, em certa medida, do *outro*.

---

<sup>91</sup> HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

<sup>92</sup> Na produção norte-americana de 2006, o bárbaro por excelência, a encarnação do despotismo – ou seja, Xerxes – foi encarnado, curiosamente, pelo ator brasileiro Rodrigo Santoro.

## Notas metodológicas e trajetória de pesquisa: um estudo sobre o epistolário bolivariano (1799-1830)

Fabiana de Souza Fredrigo

Faculdade de História da UFG.

Mas ele se comove ao ver o rebanho no pasto, como se estivesse lembrando de um paraíso perdido, ou melhor, de algo mais próximo e familiar, da criança que não tem ainda um passado para negar e que brinca, na sua feliz cegueira, entre as balizas do passado e do futuro. Um dia, porém, sua brincadeira foi perturbada e sobreveio logo ser ela arrancada de sua inconsciência. Ela aprenderá então a compreender a palavra ‘foi’ (*es war*), a fórmula que leva o homem aos combates, ao sofrimento e ao desprezo, e o faz lembrar que no fundo toda existência é tão-somente uma eterna incompletude. Quando, enfim, a morte trazer o esquecimento desejado, ela suprimirá também o presente e a existência, selando assim esta verdade, de que ‘ser’ (*Dasein*) não é senão um ininterrupto ‘ter sido’, uma coisa que vive de se negar e de se consumir, de se contradizer a si própria.<sup>93</sup>

### Introdução

De imediato, gostaria de agradecer à Professora Maria Ligia Prado, que gentilmente me fez o convite para falar sobre a minha experiência de pesquisa. É importante dizer imediatamente que, tal como indica o título, minha exposição pretende explicitar uma trajetória de pesquisa e, portanto, está marcada por idas e vindas, uma vez que vai do projeto à defesa, com considerações, inclusive, posteriores à própria defesa. Espero, sinceramente, que seja proveitoso para vocês acompanhar esse relato, assim como é para mim prazeroso estar aqui hoje.

---

<sup>93</sup> NIETZSCHE, Friedrich. “II Consideração intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida”. In: *Escritos sobre História*. (trad. Noéli Correia de Melo Sobrinho) SP: Edições Loyola, RJ: Editora da PUC, 2005, p.71.

A minha investigação no Doutorado centrou-se nas cartas de Simon Bolívar, redigidas entre 1799 e 1830. Adentrar no universo do epistolário do general das independências, que conta com cerca de duas mil oitocentas e quinze cartas, permitiu-me refletir sobre a escrita de cartas, considerando a linguagem e o tempo internos e externos ao texto e, portanto, lidando, no decorrer da pesquisa, com os necessários deslocamentos metodológicos, cabíveis aos interessados em tomar a correspondência como fonte. Nesse percurso, ainda foi possível traçar as relações entre a história, a memória e a historiografia e, sobretudo, apreender os projetos de Bolívar para a América. Tantas possibilidades, associadas ao tema e ao tratamento das fontes, apontaram-me que o diálogo entre a historiografia e o projeto de memória, exposto nas correspondências, reativa uma importante discussão para a historiografia latino-americana: a construção dos heróis, gerenciada pelo acordo entre atores históricos e a historiografia, ordena a imagem que a América produz de si, que extrapola os limites da historiografia para alcançar sustentação numa cultura política hegemônica na América Latina.<sup>94</sup>

---

<sup>94</sup> Nascida no campo das Ciências Sociais, a definição tradicional de “cultura política”, utilizada recorrentemente nos anos sessenta (advinda das reflexões de Almond e Verba), assentava-se na interpretação de que um condicionamento ambiental e psicológico moldaria crenças, valores e opiniões em torno da política. Com base nessa interpretação, o funcionamento dos sistemas políticos poderia ser explicado a partir da socialização política. Em outras palavras, um “meio”, constituído historicamente, contribuía para produzir e adequar um modo de se relacionar com os fatos da política. Esse modo de se relacionar era traduzido numa tipologia, indicativa de uma cultura política tríplice: a paroquial (a forma de relação tradicional com a política, com papéis determinados, sem a inserção de grupos novos em virtude da própria vigília do sistema), a de sujeição (peculiar dos estados autoritários, com sujeição cidadã frente à incapacidade e impossibilidade de intervenção de grupos sociais com projetos distintos dos autoritários) e a cultura cívica (própria de um sistema liberal-democrático, em que a participação individual estaria garantida por direito). Note-se que, a partir dessa reflexão, há culturas políticas diversas, mas isso por si só não consegue dar força ao conceito, pois duas críticas lhe foram dirigidas pelos historiadores: 1) o engessamento provocado pelas tipologias (não pode haver tensão e convivência entre tipos distintos de cultura política num determinado espaço e circunstância?); 2) a dúvida quanto ao fato de ser possível enquadrar previamente indivíduos e cidadãos a uma cultura política (aquí muitas são as dúvidas: a cultura política tem uma existência prévia e independente do comportamento dos indivíduos? A cultura política socializa e, quando socializa, adéqua os indivíduos ou os indivíduos, num constante processo de socialização, transformam a cultura política?). Dessa discussão, deve se guardar duas importantes variáveis: 1) a complexidade das formas de socialização em relação à política (complexidade que a teoria à disposição não consegue dar conta) e 2) a necessidade de avaliar essas variáveis, constituintes da cultura política, na longa duração. Portanto, para este texto, apesar da utilização do termo “cultura política”, é fundamental ter em vista que são várias as “culturas políticas”. O uso da palavra “hegemônica” marca a pluralidade, reforçando a busca por qualificar *uma* dentre *outras* culturas políticas que podem ser detectadas no interior do espaço nacional eleito (para o caso desta pesquisa, esse espaço é a Venezuela, especialmente quando se faz alusões à historiografia). Por fim, após as reflexões propostas por Bernstein sobre cultura política, as qualidades de sua singularidade (unicidade) e longevidade foram abandonadas em nome do bem das regras metodológicas. Como sugerido, a cultura política passou a ser vista em convívio com múltiplas “culturas políticas”, acossadas por transformações cotidianas que arremetiam contra a impossibilidade de mudança histórica. Melhor ainda: não se encara mais a cultura política como um conjunto de sensibilidades, direcionada ao campo do político, que se herda de geração a geração imutavelmente. Para uma discussão em torno do conceito, sua genealogia e

Para melhor explorar as questões que me interessam, dividi minha exposição em três momentos: 1) como sugerido, inicio com o relato sobre os caminhos que me levaram a esse tema. As perguntas que importam seriam: como descobri tal tema, como o adequiei aos meus interesses, como me aproximei dele. Enfim, essas perguntas devem servir a um objetivo maior, qual seja: o de expor como da escrita de um projeto à redação do trabalho final, as hipóteses, inicialmente necessárias e confiáveis, podem sofrer alterações bruscas, capazes de modificar completa e irreversivelmente a rota da pesquisa; 2) os esclarecimentos sobre a metodologia de trabalho com as cartas constarão neste texto. Caberá explicitar como manuseei a fonte; quais perguntas lhe fiz, como intervim com o objetivo de repor a crítica que não se encontrava na historiografia; 3) por fim, em alguns momentos desse texto, tratarei de indicar como as cartas foram incorporadas à redação final de minha tese.

À moda introdutória, uma observação sobre este texto é fundamental: ele é um texto que preserva, em boa medida, o caráter testemunhal. Sendo assim, meu objetivo não é o de apresentar a fórmula mágica e correta de fazer pesquisa, ele é bem mais modesto. Simplesmente, pretendo expor o aprendizado retirado da minha experiência de pesquisa, aprendizado que incorporei por meio de métodos e técnicas que penso contribuir com as perguntas feitas por alguns outros pesquisadores. Corro risco de repetir regras metodológicas há muito conhecidas, mas amparo-me no fato de que a repetição é benéfica à incorporação dos procedimentos.

### **O tema: do projeto à pesquisa**

Todo pesquisador guarda imensa curiosidade em torno dos bastidores de uma pesquisa não só porque o percurso de cada um pode significar aprendizado para si e para os outros, mas porque (e mais importante) é o percurso que expõe e explica a operação historiográfica.<sup>95</sup> O que quero dizer é que da escolha de um tema, da organização das fontes à escrita sobre esse mesmo tema muitos são os deslocamentos e as arestas com as quais temos de lidar. Nesse sentido, como outros já anunciaram, o

---

seus usos ver: DUTRA, Eliana Freitas. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. In.: *Varia História*: Revista da Pós-Graduação em História da UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, n. 28, dez. 2002, p. 13-28.

<sup>95</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

projeto é como uma peça de ficção e chegar ao fim da pesquisa, tendo alcançado todos os objetivos e hipóteses propostas inicialmente, ao contrário do que se possa imaginar como uma vitória, é sinal de que algo na trajetória da pesquisa falhou ou esteve ausente. Na realidade, um projeto nasce para ser modificado, embora ele represente a primeira escrita da pesquisa, devendo ser considerado importantíssimo para a sua realização. Além de nascer para ser modificado, pese o desespero de todo orientador, os projetos, em seu início, sempre são audaciosos. Audácia que, aos poucos, vai sendo controlada pelo tempo exíguo e pela dor da escrita.

Desde muito cedo, minha área de interesse foi América e a pergunta que me assombrava – que não é nova e, portanto, não é minha – é se era possível encontrar um momento específico que permitisse a avaliação da denegação e do desconhecimento entre as Américas, no caso, Portuguesa e Hispânica.<sup>96</sup> As leituras historiográficas iniciais colocaram-me um problema: os processos de independência da América Portuguesa e Hispânica, ocorridos numa conjuntura internacional próxima, eram caracterizados não apenas como processos distintos, mas como processos opostos. Meu primeiro interesse foi o de saber como os contemporâneos relataram e compreenderam esses processos. Indagava-me sobre como o império brasileiro apareceria para os hispano-americanos e como as repúblicas hispânicas apareceriam para os luso-brasileiros.

Àquela época, tinha muitas hipóteses e sugestões “prontas”. Compreendia que a historiografia, de modo eficaz, indicava e reforçava a negação e o desconhecimento, que, mesmo sendo fruto dos embates políticos da época, apareciam, na escrita histórica, depurados desses mesmos embates que lhe concediam a razão de sua existência. Com

---

<sup>96</sup> Para o projeto de Doutorado, foi decisiva a leitura de um pequeno artigo de Leandro Karnal. Embora também ali as dúvidas não fossem novidade, instigante era a apresentação do desconhecimento entre as Américas como fruto da denegação (KARNAL, Leandro. “O Brasil e a América Latina denegada”. *Ciências e Letras*. Porto Alegre, n. 28, julh/dez. 2000, pp. 99-110). O que poderia sugerir tão somente “negação” assumia nova perspectiva a partir do uso dessa chave de interpretação. Para aquela etapa da pesquisa, em que a comparação (entre a América Portuguesa e a América Hispânica) constituía-se como ponto fulcral para a investigação, pensar na denegação me auxiliava a compreender, inclusive, o “silêncio” entre os atores desses espaços histórico-geográficos. Ao considerar que denegar também podia significar *desmentir*, *contradizer*, eu concluía que, tal como num jogo de espelhos, as Américas não só se recusavam, mas se contradiziam, se desmentiam, usando da imagem do outro para construir a sua própria imagem e definir identitariamente o que não queriam ser. Nesse processo, assumiam a importância do outro, mesmo quando o silêncio a seu respeito fazia-se presente. Dessas reflexões adveio o objetivo de “filtrar”, na correspondência, como se conhecia o que era diferente; ou seja, propus-me a entender quais estratégias foram colocadas em andamento para afirmar um conhecimento carregado de “pré-conceitos”, uma vez que se abstinha, em muitas ocasiões, de “conhecer empiricamente”, ou melhor, de “experimentar a aventura de abrir-se ao conhecimento”.

uma problemática formulada e temporalmente localizada, faltavam-me as fontes. Soube da existência do epistolário de Simón Bolívar numa ida à biblioteca da UnB. Também em Brasília, na Biblioteca do Senado Federal, encontrei publicações sobre o que se denominou de “Arquivo Diplomático da Independência”. Ainda, tinha conhecimento da existência de cartas de José Bonifácio na Biblioteca Nacional, no Rio Janeiro. Animeime, diga-se de passagem, em demasia, com a existência de tais fontes. Por meio das cartas pessoais e da correspondência diplomática, propunha um olhar cruzado, tendo a certeza de que encontraria as respostas para a minha hipótese nas fontes eleitas.

Foi com essas perguntas que iniciei uma leitura mais pontual e detalhada das fontes. Como a correspondência diplomática me pareceu hermética, decidi começar pelas cartas de Simón Bolívar. Como eram muitas as cartas, preocupei-me em fazer anotações a respeito de cada uma delas. Evidente que não era possível fazer um fichamento do conteúdo das missivas, interessava-me muito mais anotar dados que entendia serem importantes para a futura confecção de uma tabela: a data da carta, o lugar no qual fora escrita, o destinatário e os assuntos principais ali contidos. No decorrer da leitura do primeiro tomo, mantive-me calma, no segundo, encontrava-me desesperada, no terceiro, já imaginava ter de abandonar o doutorado. O Brasil simplesmente não aparecia nas cartas de Simón Bolívar. Pouco parecia importar ao missivista o império brasileiro. Começava a intuir que, talvez, isso se reproduzisse, inversamente, na correspondência privada de José Bonifácio e nas fontes diplomáticas. Será que as repúblicas americanas eram mesmo uma preocupação do império luso-brasileiro? Comecei a duvidar de minhas hipóteses e a pensar, seriamente, em reformular meus objetivos.

Segui adiante na leitura da correspondência e percebi que o Brasil apareceria no epistolário bolivariano em apenas duas conjunturas específicas: direta ou indiretamente, em 2.815 cartas lidas, assuntos que envolvessem a monarquia americana não alcançavam nem 10% das missivas. Primeiro, o Império apareceu quando da invasão em Chiquitos, no Alto Peru (Bolívia),<sup>97</sup> em 1825; segundo, quando a luta territorial com

---

<sup>97</sup> O Alto Peru (Bolívia) só foi submetido às tropas patrióticas em abril de 1825 pelo Comandante Antonio de Sucre. Nesse momento convulsionado e indefinido, deu-se a invasão da província de Chiquitos por tropas portuguesas. Diante dessa invasão, não esteve distante uma aliança continental para enfrentar o Império brasileiro. Sucre, em uma de suas cartas, sugerira a invasão do Rio de Janeiro (esse comentário pode ser filtrado da correspondência entre Simón Bolívar e Francisco de Paula Santander). O conflito resolveu-se assim que o Imperador D. Pedro I soube da invasão, que não partiu de uma ordem direta sua. Ao Império brasileiro não interessava um conflito com Simón Bolívar; a preocupação àquela época estava



Buenos Aires (pelo domínio no Prata) forçou as lideranças argentinas a buscarem em Bolívar um possível aliado para uma guerra com o Brasil.<sup>98</sup>

Tentei ainda uma saída que não mudasse a rota completamente, fiquei intrigada com o silêncio, entendia que ele podia ser uma pista importante. Por que não se comentava sobre o Império do Brasil? Por que não se discutia, com mais frequência, sua postura e ação políticas? Esse parece ser um dado corriqueiro, mas não é. Bolívar pensava em uma América unida e estrategicamente vigorosa para defender-se da força europeia, sendo assim, o Império brasileiro deveria ser colocado como importante peça nesse jogo político. Evidente que a América confederada que Bolívar sonhava contava com a participação mais efetiva de Colômbia, Venezuela, Bolívia, Equador e Peru.<sup>99</sup> Todavia, a pergunta é: se era importante avaliar como se colocariam outros países frente a esse ideal unitário, por que não se incluía a avaliação em torno da interpretação brasileira? Um “homem de guerra” como Simon Bolívar não poderia desprezar uma questão estratégica como a das fronteiras. A despeito de minha curiosidade e de minha estratégia “b” para acertar o caminho da tese, fato é que essa pergunta e as considerações de Bolívar sobre o Império brasileiro renderam um único artigo,

---

concentrada nas Províncias do Prata – como já vimos, também para Simón Bolívar não interessava um conflito com o Império Brasileiro.

<sup>98</sup> A primeira intervenção portuguesa na Banda Oriental realizou-se em 1816. De imediato, essa intervenção colocou em xeque os interesses de Buenos Aires, cuja pretensão era dominar o local. O território da Banda Oriental pertencera ao *Vice-Reinado do Prata* e os portenhos acreditavam que o domínio de Buenos Aires sobre a região justificava-se historicamente. Qualquer atitude contrária a esse “direito histórico” era malvista, sendo a anexação da Banda Oriental considerada pelos “argentinos” uma atitude desrespeitosa dos luso-brasileiros. Em 1821, o Império do Brasil incorporava a Banda Oriental e nomeava-lhe Província Cisplatina. A Guerra da Cisplatina (conhecida na historiografia argentina como a *Guerra Del Brasil*), ocorrida entre 1825 e 1828, terminou com a intervenção inglesa e a independência da Banda Oriental, desde 1830, nomeada por Uruguai.

<sup>99</sup> A confederação, tal como a pensava Bolívar, contava, sobretudo, com os territórios da América Espanhola. Seus planos de unidade, como a Grã-Colômbia e a Confederação dos Andes, deviam cuidar dos territórios nos quais o general tinha se movimentado no decorrer das lutas de independência. A esse respeito, Madariaga, o biógrafo espanhol de Simon Bolívar, sentenciou: “Mais, em sua política federativa, Bolívar não pensava no continente, nem sequer no ibero-americano, como hoje se diz, ele pensava na América antes espanhola. Não fazia mais do que procurar restabelecer com cimento republicano e estilo federativo o antigo edifício espanhol cuja empresa demolira com suas políticas explosivas” (MADARIAGA, Salvador.. *Bolívar: victoria y desengano*. México: Editorial Hermes, Tomo II. 1954, p. 290). A concepção e a organização do Congresso do Panamá representam uma emblemática iniciativa da unidade americana no século XIX. Foram convidados para a Assembléia os governos da Colômbia, México, América Central, Províncias Unidas do Rio da Prata, Chile e Brasil. Ainda, observadores da Inglaterra e da Holanda teriam assento no Congresso que se realizou em 1826. Todavia, por motivos diferentes, os representantes de Brasil, do Chile e das Províncias Unidas do Rio da Prata não compareceram ao evento (SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo* (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2004, pp. 78-85).

publicado na Revista do Departamento de História da UFG.<sup>100</sup> Nem toda eloquência do mundo permitiria escrever mais do que vinte páginas sobre o tema. Minha persistência me deixou insatisfeita com isso até o final da tese; tive de arrumar meios para me conformar com o fato de não haver, na tese, uma só palavra sobre as relações da América com o Brasil no século XIX.

Voltei à leitura das cartas e, com o objetivo de captar novas hipóteses e objetivos, reiniciei a leitura do tomo I. Minha preocupação deixou de centrar-se no que Simón Bolívar escrevera sobre Brasil, passando a me interessar o que o general escrevera. O que lhe importava? Quais seus assuntos preferidos? Como falava de si e dos outros? Como descrevia seu mundo? Como aparecia a guerra nas cartas? Como era o seu contato com os distintos homens que o rodeavam? Essas novas perguntas abriram-me um universo original. Constatada a amplitude e a importância do epistolário bolivariano, foi uma grata surpresa o cuidado com o qual o general relacionava-se com a correspondência. Sua obsessão com as cartas não o abandonou nem mesmo com a proximidade da morte. A escolha do que escrever, de como escrever e a constância com a qual escrevia indicavam que a escrita de cartas subsidiava um projeto de memória cultivado de uma missiva a outra. Essa foi a hipótese que passou a guiar meu trabalho. Dessa maneira, me impus a tarefa de explicitar esse projeto narrativo e, para fazer isso, precisei captar, compreender e apresentar os sinais internos ao epistolário. Esses sinais epistolares apontaram para a história que o missivista legou à posteridade, história essa que contribuiu para a conformação de um culto em torno do ator histórico – culto que, emergente no século XIX, domina a cultura política contemporânea, no caso da Venezuela.

### **A metodologia: a organização das cartas e o projeto de memória**

O primeiro contato com o epistolário de Simón Bolívar não permitiu definir imediatamente como lidar com a hipótese que guiava a leitura. A experiência de lidar com cartas obriga o pesquisador a se dar conta de que, enquanto gênero, a

---

<sup>100</sup> FREDRIGO, Fabiana de Souza. O Brasil no epistolário de Simón Bolívar: uma análise sobre o desconhecimento entre as Américas. *História Revista: Revista do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História, Goiânia*, v. 8, n. 1/2, p. 89-115, jan./dez. 2003.

correspondência “se caracteriza pela interrupção, pela exigência de continuidade, pela pausa entre uma e outra carta, pela obsessão pelas cartas extraviadas e pela angústia do corte”.<sup>101</sup> A interrupção vem demarcada por duas fontes de intriga: se interrompe uma carta porque não se quer dizer mais nada sobre o referido assunto ou se interrompe para que o assunto vire o “ponto alto” da próxima missiva. Num e noutro exemplo, o pesquisador é sempre visitante indesejado, pois não era ele o interlocutor ou leitor ideal imaginado pelo missivista.<sup>102</sup> Azar de um lado, sorte de outro, pois o pesquisador não tem de esperar semanas pela próxima missiva, ela está ao alcance das mãos e dos olhos, logo na página seguinte.

Enfim, diante dessas dificuldades, foram necessárias três etapas distintas para a organização das missivas. A extensão do epistolário causou grande impressão. Antes mesmo da leitura das cartas, a matemática impressionou: eram 2.815 cartas, divididas em sete tomos, com aproximadamente 400 a 500 páginas cada um. Essas missivas eram apenas parte de um acervo maior, mas que se perdeu. Simón Bolívar, um homem da ação e que passara mais de doze anos em guerra (contabilizando-se as desavenças domésticas), era um cuidadoso missivista. Se a escrita de cartas era um meio de comunicação importante, apenas esse dado não podia explicar a dedicada tarefa de cuidar do epistolário.

O que imediatamente se depreende da leitura do epistolário é que a escrita tornou-se uma arma equitativamente tão importante quanto aquelas usadas na guerra. Mais do que para efeito de comunicação, as cartas serviram, assim como as condecorações pelos atos de bravura, para demarcar o espaço que o general e seus homens ocupariam na posteridade. As cartas seriam o testamento da importância desses homens. A história era recontada por meio da narrativa esquadrihada e adequada pelo missivista. Delicadamente tecida, a memória apresentava-se, por meio da escrita de cartas, em seu caráter prospectivo e projetivo, permitindo desvendar um tempo próprio e

---

<sup>101</sup> PIGLIA, Ricardo. “Uma narrativa sobre Kafka”. In.: *O último leitor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. pp. 38-73.

<sup>102</sup> O leitor ideal seria aquele que transforma um texto em outro texto, dando asas à imaginação. O leitor ideal é aquele que, com obsessão, faz anotações em margens, risca o texto, aprende e desaprende com ele para, em seguida, mudar a vida a partir do que lê. Para ler, é preciso abertura à experiência transformadora que advém do ato da leitura. Num belo texto sobre a correspondência entre Kafka e Felice Bauer, Ricardo Piglia anota: “A escrita daquelas cartas permite que se analisem os procedimentos de escrita de Kafka em todo o seu registro, mas também está em jogo uma estratégia de leitura. Kafka transforma Felice Bauer na leitora em sentido puro. A leitora presa aos textos, que muda a vida a partir do que lê (essa é a ilusão de Kafka). Trata-se ao mesmo tempo de um aprendizado e de uma iniciação. Felice é quase uma desconhecida, em muitos sentidos um personagem inventado pelas próprias cartas.” (PIGLIA, op. cit., p. 39).

peculiar às missivas. Quando Bolívar escreve, se lembra. E não se lembra apenas a partir de reminiscências, mas utiliza-se das projeções. Suas lembranças, que viraram narração presentificada na carta, estabeleciam uma nova cena histórica, cuja sequência dos eventos via-se inundada pelo inesperado da rememoração. Sem dúvida, esse venezuelano tinha projetos urgentes num presente concreto, mas sempre apontava para o futuro – um futuro que deveria guardar e respeitar a sua imagem. A certeza de que o tempo lhe renderia razão foi motivo de algumas reflexões nas missivas de Simon Bolívar. Numa delas, em que o general escreve para Francisco de Paula Santander, o missivista, com muita ironia, faz sua “remissão” cotidiana. É importante saber que, nessa circunstância, Simon Bolívar exigia ajuda da Colômbia para a guerra no Peru:

“Há um bom comércio entre nós: o Senhor me manda espécies e eu lhe mando esperanças. Em uma balança ordinária se diria que o senhor é mais liberal do que eu, mas isso seria um erro. O presente já passou, o futuro é de propriedade do homem, porque este sempre vive lançado na região das ilusões, dos apetites e dos desejos fictícios. Pesemos um pouco o que você me dá e o que eu lhe envio. Crê o Senhor que a paz se pode comprar com sessenta mil pesos? Crê o Senhor que a glória da liberdade se pode comprar com as minas da Cundinamarca? Pois esta é a minha remissão de hoje. Veja se tenho bom humor”.<sup>103</sup>

Em outra carta, escrita em 1816 e dirigida a Juan Bautista Pardo, comandante das tropas espanholas em Pampatar, Simón Bolívar, publicamente questionado sobre a adoção da *guerra de morte*,<sup>104</sup> se pronuncia:

“Sentirei que a posteridade atribua-me o sangue que se vai derramar na Venezuela e em Nova Granada; mas me consolarei

---

<sup>103</sup> Carta para Francisco de Paula Santander. El Rosário de Cúcuta, 19/06/1820. Tomo II, R. 594, p. 362. Original).

<sup>104</sup> Tática adotada por Bolívar, mas, com antecedência, utilizada pelos espanhóis. Consistia no extermínio total do inimigo. Nesse contexto, os prisioneiros de guerra não eram poupados para uma possível troca. O decreto da guerra de morte foi assinado em Trujillo, em 15/07/1813 por Simón Bolívar e seu secretário, Pedro Briceño Méndez. Ainda mais do que as cartas pessoais, os decretos e outros documentos públicos cuidaram da tarefa de emprestar visibilidade ao verdadeiro inimigo, o espanhol. Para tanto, os elementos de uma antiga lenda espanhola reincorporaram-se ao discurso no decorrer das lutas de independência. Desse modo, os espanhóis assumiram o signo da barbárie ao passo que aqueles que lutavam pela causa da independência eram magnânimos por exercitar o perdão aos delitos cometidos pelos peninsulares. No decreto da guerra de morte, a caracterização de espanhóis e de americanos (a despeito de esses serem ou não patriotas) é conclusiva. Os primeiros eram os responsáveis pelo infortúnio da América enquanto os segundos, munidos de uma justa causa, dignavam-se a perdoar os espanhóis que adotassem como seu interesse a independência da América.

em deixar os documentos autênticos de minha filantropia; e espero que ela seja bastante justa para imputar a execração universal aos únicos culpados, os espanhóis europeus.<sup>105</sup>

Não se possui o número exato de cartas escritas pelos companheiros de Bolívar, mas, sem dúvida, nenhum outro hispano-americano, à época das lutas pela independência, escreveu tanto como esse general venezuelano – a escrita e a guerra definem suas atividades. Então, o primeiro desafio era saber por que ele escrevia para depois apontar minuciosamente como escrevia. Dessa maneira, organizar o epistolário foi um problema a ser equacionado. Era necessário um método particular para alcançar esse objetivo.

A coletânea utilizada durante a pesquisa foi organizada por Vicente Lecuna.<sup>106</sup> Tive acesso à segunda edição das *Cartas Del Libertador*, publicadas entre os anos de 1964 e 1969. Depois de garimpar a documentação, o organizador da coletânea optou por ordená-la segundo o critério cronológico, o que possibilitou pouca intervenção. Lecuna escreveu uma introdução às cartas para explicar, entre outros pontos, como chegou à documentação e como missivas que pareciam perdidas foram recobradas. Poucos foram seus comentários quando da exposição das cartas e, se resolvia fazê-los, os fazia em nota de rodapé. Trechos das missivas em que o escrito encontrava-se ilegível foram deixados em branco, sem transcrição.

Ao deduzir que um epistolário de tamanha amplitude deveria ceder pistas que levassem a uma racionalidade interna (marcada também por contradições, pois é sabido que a racionalidade é incapaz de inviabilizá-las), a ordem cronológica pouco ou nada dizia para a hipótese na qual o trabalho se sustentava. Ainda assim, a avaliação cronológica foi um primeiro ponto a ser considerado. Se as cartas eram apenas um meio

---

<sup>105</sup> (Carta para Juan Bautista Pardo. Quartel General de Margarita, 17/05/1816. Tomo I, R. 171, p. 226-227. Cópia).

<sup>106</sup> Segundo dados biográficos, Vicente Lecuna Salboch descendia, do lado paterno, de Vicente Lecuna Párraga, comissário do Exército Libertador, e Margarita Sucre Alcalá, irmã de Antonio José de Sucre, o “Marechal de Ayacucho”. Em 1914, o Ministro da Instrução Pública da Venezuela, Felipe Guevara Rojas, confiou-lhe a organização e a conservação dos documentos originais que compunham o arquivo de Bolívar, Vicente Lecuna (1870-1954) dedicou-se a cumprir tais tarefas e, para tanto, contou com a colaboração de outros pesquisadores. Em 1916, recebeu a incumbência de dirigir a restauração da casa natal de Bolívar, obra concluída em 1919. Banqueiro por profissão e pesquisador por gosto, em 1918, Lecuna tomou assento na *Academia Nacional de História*, apresentando um trabalho monográfico sobre uma das campanhas de Bolívar, cujo título era: *Marcha de 1817 y combate de Clarines*. Transferiu e organizou o acervo documental de Simón Bolívar para a *Casa Natal do Libertador* e adicionou a esse acervo a documentação de António Sucre e Rafael Revenga. (*Diccionario de Historia de Venezuela*. Disponível em: <<http://www.bolivar.ula.ve>>. Acesso em: 30 nov. 2004, 11:00).

de comunicação imprescindível no ambiente da guerra, finda a luta pela independência, a correspondência bolivariana deveria sofrer decréscimo, o que não ocorreu. O cruzamento entre o número de missivas e o período de sua escritura indicou que, ao contrário de decrescer, a correspondência sofreu um acréscimo. Nesse sentido, a primeira matemática do epistolário dependeu da cronologia e indicou um epistolário que assumia vigor com a passagem dos anos.

É certo que, nessa matemática, eu devia considerar a ausência das cartas definitivamente perdidas, fosse pelo fato de que não havia cópias delas na Secretaria de Estado, fosse porque nem todos os pesquisadores ou famílias caraquenhos foram consultados. Essa ausência, caso fosse contabilizada (o que não era o caso), poderia equiparar o número de cartas escritas por período. Todavia, sem sequer saber o número exato de cartas escritas por Bolívar, foi preciso trabalhar com os números palpáveis, anotando-os conforme indicava o epistolário com o qual se teve contato. A partir dessa constatação, os dados numéricos levaram à feitura de uma primeira planilha, na qual foram dispostos o período coberto por cada tomo e o número de cartas relativas aos períodos.

O acréscimo no número de cartas evidencia-se no exame dos dados, especialmente quando se observa os tomos V, VI e VII. A perda da legitimidade, a doença e a proximidade da morte poderiam indicar a necessidade confessional do missivista. Todavia, duas anotações sobre o desejo confessional devem ser feitas: 1) a construção da memória no epistolário privilegiou o perfil público de Simón Bolívar; 2) como se sabe, a subjetividade contemporânea, na mesma medida em que permite a ampliação de um espaço para a exploração da intimidade, cria regras de censura para definir aquilo que é admissível socialmente, haja vista a importância dos manuais para a escrita de cartas, abundantes no decorrer do século XIX.<sup>107</sup> Nessa mesma toada, considere-se, ainda, a autocensura. Assim sendo, há, na correspondência, um enorme espaço para o “não-dito” e para o “silêncio”.

Sobre a autocensura, consideremos uma circunstância que, à primeira vista, soa paradoxal. Em seu testamento, Simon Bolívar deixou ordem para que sua correspondência fosse queimada. Esse desejo já fora expresso antes, em 1825, numa carta para Francisco de Paula Santander. Àquela ocasião, o general escrevera: “Não

---

<sup>107</sup> GAY, Peter. “O traço comum”. In: *O coração desvelado: a experiência da Rainha Vitória a Freud*. V. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. pp. 337-375.

mande publicar minhas cartas, nem vivo e nem morto, porque elas estão escritas com muita liberdade e desordem” (Potosí, 21/10/1825. Tomo IV, R. 1.309, p. 483-489. Original). Primeiro, atenhamo-nos à data, era então o ano de 1825. Segundo os biógrafos de Bolívar, sua decadência física inicia-se cinco anos antes de sua morte (dezembro de 1830). Diante de tal fragilidade, é compreensível que Bolívar, um homem que sempre demonstrara ter ciência da importância das cartas, refletisse sobre o destino de sua correspondência. Do mesmo modo, o ano de 1825 representa o momento em que o reconhecimento das independências na América avizinhava-se. A partir de então, o cenário seria tomado por outra batalha: a que se daria entre os distintos representantes da elite *criolla* por conta de seus respectivos projetos de poder. Conservar a imagem e a legitimidade durante os “tempos de paz” seria muito mais complicado. A coesão interna não era mais necessária com a ausência de um inimigo externo.

Dadas essas pistas, o pedido da não publicação de suas cartas e a qualificação do tipo de escrita presente nelas, “livre e desordenada”, de imediato, chama a atenção. Não haveria motivo para o pedido, mais colocado como uma advertência, se Bolívar não soubesse do interesse que causaria a obtenção e publicação de seu arquivo pessoal. Além disso, é preciso anotar que, embora algumas cartas possam sim ser escritas desordenadamente, o anterior não é sinônimo de “extrema liberdade”. Esse argumento é retórico, especialmente para um homem vigilante como o general. Assim, mais do que indicar um culto à liberdade de escrita, o pedido de Bolívar indica a importância de sua correspondência e o temor de que as palavras escritas em noites insones e febris manchassem sua glória pública. Mesmo que cuidadosamente controlada, a escritura epistolar convivia com a incapacidade do missivista em ser onisciente – ciência do que escrever não é sinônimo de onisciência. Por fim, as ações acabam por comprovar o apego do general à sua correspondência: embora tenha feito o pedido para que os amigos a queimassem, ele mesmo não o fez. Ao contrário disso, seus baús com a correspondência seguiam com sua comitiva, sendo vigiados de perto.

O anterior fica ainda mais evidente quando se constata que o general não era dado a confissões e nem se permitia escrever deliberadamente sobre sua doença ou suas angústias e ressentimentos. Embora aparecesse, esse tipo de narrativa era acessória. O grupo de Simón Bolívar era composto por oficiais e, entre esses homens, era pouco usual um discurso intimista, no qual a doença, o ressentimento, a angústia e o desespero aparecessem. Ainda assim, o interessante é que o aparecimento desse tipo de relato

permitia, imediatamente, estabelecer o grau de confiança, respeitabilidade e amizade entre o missivista e seu interlocutor. Desse modo, a percepção não só do que escrevia, mas de como escrevia era fundamental para traçar as relações do general. Ao partir desse mesmo raciocínio, foi preciso atentar às formas de tratamento e despedida, isso também diferenciava os interlocutores, mesmo considerando que, no que se referia às despedidas, Simón Bolívar era econômico.

Grosso modo, uma escrita sobre a vida privada constituiu-se do que, à primeira vista, poder-se-ia caracterizar como comentários despreziosos, assim esses comentários queriam ser apreendidos. Para tanto, surgiam amparados por uma narrativa subalterna se comparada à narrativa cuidadosa em torno do perfil que se pretendia legar à posteridade: o do homem público. Para significar o que identifiquei como “narrativa acessória e/ou subalterna” e “narrativa substantiva e/ou cuidadosa”, considerei apropriado incorporar as reflexões de Jacy Alves Seixas<sup>108</sup> sobre o que ela denomina de “memória voluntária” e “memória involuntária”, sendo a primeira uma alusão ao “desejo e o dever de lembrar” e a segunda uma alusão à “lembrança evocada” por um acontecimento casual, capaz de ativar a chave da reminiscência.

Ao buscar material para refletir sobre a memória na literatura, especialmente, nos escritos de Proust, Jacy Alves<sup>109</sup> explica como a lembrança pode ser evocada por um cheiro, uma música, um gesto ínfimo.<sup>110</sup> A dificuldade de adequar a “memória voluntária e involuntária” ao projeto de memória bolivariano me fez reforçar, por outro

---

<sup>108</sup> Cf. SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. pp. 37-58.

<sup>109</sup> SEIXAS, op.cit, p. 37-58.

<sup>110</sup> Refletir sobre a memória voluntária e involuntária a partir da Literatura parece mais viável e realizável do que fazer o mesmo tendo como amparo a escrita demarcada como é a do epistolário do general das independências. Mais particularmente, buscar em Proust e em seu *Em busca do tempo perdido* as ferramentas para identificar quais seriam as “faces da memória” torna ainda mais lógica a possibilidade de apreensão e qualificação dos conceitos, tal como os apresenta Jacy Alves. Essa chance de apreensão se dá não apenas por conta da maior liberdade da escrita literária, mas, seguindo Auerbach, pela qualidade do romance proustiano como “uma crônica da rememoração, na qual em vez de sequências temporais empíricas, entra em cena uma conexão secreta e negligenciada de acontecimentos – justamente aquela que, olhando para trás e para dentro de si, esse biógrafo da alma considera autêntica. Os acontecimentos passados já não detem qualquer poder sobre ele – que jamais trata o seu passado remoto como se não tivesse acontecido, nem o já consumado como se ainda estivesse em aberto. Por isso, não há tensão, nenhum clímax dramático, nenhuma conflagração ou intensificação seguidos de resolução e apaziguamento. A crônica da vida interior flui com equilíbrio épico, feita que é apenas de rememoração e auto-observação. Essa é a verdadeira epopéia da alma, na qual a própria verdade envolve o leitor num sonho longo e doce, cheio de um sofrimento que também liberta e tranquiliza; esse é o verdadeiro *pathos* da existência terrena, que nunca cessa e sempre flui, que sempre nos oprime e sempre nos impele” (AUERBACH, Erich. “Marcel Proust: o romance do tempo perdido”. In: *Ensaio de Literatura Ocidental*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2007. p. 340).



lado, a *convivência tensa* entre o voluntarismo do missivista em permanecer vivo para a posteridade e a impossibilidade humana de controlar não só a escrita e a memória, mas a própria negociação futura, que se daria entre os guardiões da memória. Dito isso, é preciso anotar que, se, na escrita da tese, separei “memória voluntária” e “memória involuntária”, foi apenas para facilitar a apresentação do projeto narrativo epistolar. No que se refere à experiência do missivista, voluntarismo e involuntarismo imbricam-se, assim como também estão imbricados o universo público e privado, a memória individual e a coletiva. Como já sugeri, as cartas escritas durante as noites insones e febris associadas às que aparecem nas manhãs sempre lúcidas são bons exemplos para se compreender a relação tensa entre voluntarismo e involuntarismo.<sup>111</sup>

As discussões acerca dos cruzamentos e tensões entre os universos público e privado ou, ainda, entre memórias individuais e coletivas foram fundamentais durante a sessão pública de defesa da tese e, portanto, cabe registrar mais algumas curtas considerações a esse respeito. O voluntarismo e a hipótese da configuração de um projeto de memória são pontos que afirmam a existência de um desejo de ordenamento, que é interno ao epistolário. Conforme se lê e se apreende a narrativa epistolar, descobre-se que o epistolário tem uma lógica interna de escritura, que, em muitas ocasiões, independe do que lhe é exterior. Encontrar o fio narrativo capaz de expor o ordenamento e a racionalidade é encontrar-se com o projeto de memória. Todavia, essa é apenas uma parte da história contada pelas missivas. Numa história paralela, estão a memória e a escrita que escapam ao enquadramento do missivista. Nesse caso, a fragmentação (o corte, nas palavras de Piglia) torna-se regra. Por isso, particularmente sobre Simon Bolívar, há sobreposição de imagens, quando das construções de memória: ele tanto é o “homem da guerra” como o homem “derrotado e ressentido” ou, ainda, o “general em um labirinto.”

Do mesmo modo que as fronteiras da memória se tocam, o público e o privado não podem ser facilmente separados. Mesmo para o caso dessa pesquisa, a carta é um documento pessoal de um homem público. Isso nos leva a outra importante discussão: a ciência que tinham os homens do século XIX quanto à relevância e o significado da

---

<sup>111</sup> Depois da defesa de tese, a releitura dos textos de Michel Pollak e de Jeanne-Marie Gagnebin, assim como a leitura de Paul Ricoeur, gradualmente, ajudam a reorientar a discussão em torno da questão da memória. Embora a saída metodológica apontada por Jacy Alves Seixas tenha sido muito importante para a compreensão do projeto narrativo das cartas e para a escrita do doutorado, senti a necessidade de avaliar outras possibilidades de reflexão, que me permitissem colocar em foco a tensão entre o voluntarismo e o involuntarismo.

escrita de cartas.<sup>112</sup> Mais ainda: a ciência que Simón Bolívar e os generais de seu círculo tinham do fato de ocuparem um lugar na História e, portanto, terem de, no presente, velar pela imagem concernente à ocupação de tal lugar. A escrita era arma para se lutar nessa instância. Não valia apenas ganhar as batalhas, era imprescindível saber recontá-las, com igual brilho. A despeito de considerarem a carta uma documentação particular que devia ser protegida, eles bem sabiam que as missivas eram documento comprobatório de sua honra.

Aqui faço um rápido parêntese: gostaria de me remeter a uma pesquisa atual, que trata das cartas e da autobiografia de um general do ciclo de Simón Bolívar. Refiro-me a Francisco de Paula Santander, que anexa a correspondência que trocou com Bolívar ao seu escrito biográfico. Esse general explica a sua atitude anotando que a correspondência seria fundamental para demonstrar a sua defesa acertada dos princípios liberais, quando lhe coubera opor-se a Simón Bolívar, a partir dos anos de 1826. Assim, nas palavras de Santander:

“Em seu tempo, virá à luz a correspondência que mantive com o general Bolívar sobre esses projetos [referência ao golpe bolivarista de 1828 e a instalação da “ditadura”] e o mundo liberal verá com que firmeza os desaprovei e os anúncios que lhe fiz de que ia perder-se e nos fazer perdidos. Os documentos que esses apontamentos podem conter bastarão, por hora, para alcançar o objetivo a que me propus. Julguem-me por eles (Francisco de Paula Santander. Conclusão de “Santander diante da História, ou seja, apontamentos para as memórias sobre a Colômbia e a Nova Granada”. Escrito em 1829 e publicado em 1869, em Paris).

Pelas especificidades do documento em questão, o cruzamento e os limites entre a memória individual e a memória coletiva aparecem tão claramente e, também por isso,

---

<sup>112</sup> Parece-me evidente essa percepção da importância das cartas, nos trechos que seguem, escritos por Simón Bolívar para o general Heres: “Não me pareceu direito que o Senhor tenha aberto as minhas cartas a Santander e Peñalver. As cartas confidenciais são sagradas para todos, porque contam segredos de outros que não se deve confiar. Assim, espero que de hoje em diante o Senhor não abra nada além das comunicações oficiais, que cuidam das questões do Chile, do Ministro da Guerra, do Panamá, de Castillo e Salom, as demais devem vir fechadas para mim. [...] Pérez não tem recebido comunicação oficial do Senhor, e eu quero que o serviço se faça oficialmente e não por cartas, pois as cartas não são documentos públicos que devem sempre aparecer. Eu detesto esse instrumento de compreensão, pois não há meio de contestar oficialmente uma carta senão por irregularidades chocantes, sem restar documentos sobre os quais recaiam as resoluções. As cartas são muito boas, mas os ofícios também.” (Carta para Tomás de Heres. Santiago, 19/04/1824. Tomo IV, R. 1.087, p. 127-130. Cópia.).

o ordenamento e a fragmentação da escrita convivem lado a lado. Essas reflexões em torno da escrita e do projeto de memória assumiram corpo na medida em que eu encontrava técnicas para organizar as epístolas. Todavia, apenas ao final dessa organização, quando já conhecia a minha fonte e tinha a certeza das possibilidades de seu uso, pude ampliar as reflexões teóricas. Então, retornemos ao método.

A pergunta sobre o acréscimo no número de cartas com a passagem dos anos permanecia em aberto. A leitura da fonte, as fichas padrão e o elenco de assuntos de cada carta levaram à criação de chaves para a organização das mesmas. Entre as principais chaves estiveram: “História e Memória”, “Brasil e América”, “Questões do Rio da Prata”, “Invasão em Chiquitos”, “Política e organização do poder”, “Congresso do Panamá”. Embora os assuntos fossem apresentados de maneira diversa nas cartas e, às vezes, se sobrepusessem, a identificação dos mesmos e sua inserção em chaves específicas permitiram, em uma segunda análise, não só afirmar a existência de um projeto de memória como perceber a presença de outros dois, o projeto de poder e o de conhecimento. O general, ao rememorar, hierarquizava a representação de si e dos homens que o cercavam, expunha o que conhecia e o que desejava conhecer e, ainda, garantia seu poder e legitimidade frente aos seus destinatários do presente e à posteridade.

Com as 2815 fichas de catalogação prontas, foi possível ampliar os dados sobre as cartas para uma segunda planilha, muito mais completa porque informava quais os principais assuntos abordados, de acordo com o tomo e o período. À segunda planilha seguiu-se uma terceira, que indicava o número de cartas selecionadas. Apenas nesse momento da pesquisa foi possível aproximar-me do universo numérico das cartas com as quais trabalharia: até aquele momento, estavam selecionadas 353 epístolas. Uma releitura das cartas selecionadas exigiu a pesquisa de algumas missivas antecedentes e procedentes, mais particularmente quando defini as temáticas de cada capítulo. O fio do epistolário foi descoberto aos poucos, assim como se descobre paulatinamente como se encaixam as peças de um quebra-cabeça.

No momento em que selecionei o tema de cada capítulo, percebi que a matemática era um bom começo, mas, para realmente captar a racionalidade interna às missivas, assim como a fragmentação discursiva também presente no epistolário, seria preciso digitá-las em arquivos separados conforme as temáticas (e viva a existência do computador!). Esses arquivos deveriam dar conta de temas que perpassassem todo o

epistolário, do primeiro ao sétimo tomo. Por esse motivo, dois arquivos maiores tomaram corpo: o primeiro cuidou do discurso associado à guerra, à honra e à glória; delineou-se aí o que, depois, denominei como “código da elite *criolla*” (tema do segundo capítulo da tese). Nesse ponto, interessava o cotidiano da guerra, a existência de um conjunto de valores próprio aos correspondentes, a relação entre os generais e as tropas e as dificuldades daí decorrentes (conflitos étnicos, deserções, rebeliões). O segundo arquivo tratou de todos os trechos epistolares em que o missivista anotou seu desejo de renunciar, o que me levou a compor o que chamei de “memória da indispensabilidade” (tema do terceiro capítulo da tese). Em um e outro arquivo, os argumentos eram longos e as cartas extensas, foi preciso também recortar as passagens mais explícitas sobre tais temas.

No processo de digitação, optei pela tradução das missivas, pois considerei que a tradução daria ao texto final mais fluência. Somente depois de toda essa organização, foi possível perceber a lógica interna aos discursos construídos no epistolário. O projeto narrativo se desvelava: de um lado, as convicções, as repetições, os desvios e desavisos denunciavam a memória involuntária e a impossibilidade do escritor em preencher todas as lacunas ao falar de si e dos que lhe cercavam. Do outro, a narrativa sobre os deveres com a pátria, sobre a relação com as tropas, sobre a organização do estado, sobre a posteridade e sobre as batalhas recontadas, entre outras, revelavam a construção de si patrocinadas pelo missivista. Esses elementos expuseram as particularidades da fonte e seus meandros, fazendo-me decidir o fio condutor de minha investigação: o vínculo entre a história e a memória.

Depois de conhecer a fonte, pude compreender como Simón Bolívar indicou à elite *criolla* os caminhos a serem seguidos quando chegasse o tempo de escrever as respectivas histórias nacionais das nascentes repúblicas. Sem muita dificuldade, constata-se a vitória desse projeto de memória, uma vez que elementos presentes no epistolário alimentam o culto a Simón Bolívar. Sobre a comprovada existência de um culto há consenso, ele se encontra estabelecido e é de difícil superação até mesmo entre os historiadores.

Nesse ponto, talvez seja importante destacar que Simón Bolívar e outros homens de sua estatura promovem ativamente a sua construção heróica, isso não deve causar espanto. Feito isso, não há como a historiografia escapar aos esforços empreendidos por esses homens; antes, ela tem de conviver e dialogar com essas construções. Nesse

sentido, não cabe crítica à historiografia, ela, sem dúvida, deve estabelecer uma *relação de tensão* com a memória produzida pelo ator histórico. Ainda assim, o que merece ser ressaltado é que os processos de construção de uma memória heróica não ocorrem à revelia do ator ou dos contemporâneos, às vezes, sequer é preciso aguardar a morte desses homens. A crítica que cabe refere-se a um tipo de escrita da história que é rendida pela memória, esse é o caso da historiografia venezuelana. Das sínteses escritas entre 1969 e 2003, a conclusão permanece: assim como o general, a historiografia encontra-se num labirinto.<sup>113</sup> A força testemunhal de Bolívar ainda prevalece nas análises, seja para fortalecer o mito ou para detrá-lo.

A despeito da importância do mito e de seus significados, fundamental é perguntar-se porque ele permanece<sup>114</sup>. Para essa pergunta, duas são as possíveis respostas: 1) a memória de Simón Bolívar, tal como ele a engendrou, permanece porque um grupo a sustenta, evidência relativamente fácil de ser encontrada no governo chavista<sup>115</sup> e na historiografia venezuelana<sup>116</sup>; 2) não muito distante da resposta anterior,

---

<sup>113</sup> HARWICH, Nikita. “Un héroe para todas las causas: Bolívar em la historiografia”. In: *Iberoamericana*, [S.I.], v. 3, n. 10, 2003, pp. 7-22.

<sup>114</sup> Carrera-Damas (CARRERA-DAMAS, Germán. *Cuestiones de historiografía venezolana*. Venezuela: Universidad Central de Caracas, 1964) e Nikita Harwich (op. cit), escrevendo em tempos distintos, respectivamente a década de sessenta do século XX e o início do século XXI, constatam que o culto permanece e, embora a historiografia o adense, ela não é a única responsável por ele. Muito rapidamente, alguns exemplos podem reforçar essa argumentação. Em 1842, Paez, então presidente da Venezuela, reivindica o traslado dos restos mortais de Bolívar para Caracas como forma de fazê-lo representar a necessária “unidade nacional”. Anote-se que António Paez foi quem expulsou Simon Bolívar da Venezuela, ameaçando-o com a desintegração da Grã-Colômbia, por isso os restos mortais de Bolívar se encontravam em Santa Marta, Colômbia. Em 1846, Marx escreveria um verbete sobre Bolívar, que, embora em nada fosse elogioso, demonstrava como a figura desse latino-americano atravessara as fronteiras do Novo Mundo. Para Marx, Bolívar possuía tendências ao despotismo e a Constituição Boliviana era comparável ao Código Napoleônico por sua excessiva censura às liberdades. Em 18 de novembro de 1872, por um decreto do presidente António Guzman Blanco, outorgou-se que as praças principais das cidades venezuelanas deveriam levar o nome de *Plaza Bolívar* e as repartições públicas deveriam ter sempre um retrato do *Libertador* (HARWICH, Nikita, op. cit.). Em 1940, podemos encontrar as “raízes” de uma associação que aparece também no governo de Hugo Chávez: Bolívar, em meados do século XX, é caracterizado como uma liderança em luta contra o imperialismo norte-americano: Em 1940, o historiador russo V.M. Miroschevski, ao analisar a parte relativa à América Latina na obra coletiva *La historia moderna de los países colonialies y dependientes*, ainda que mantivesse que Bolívar “nunca foi um democrata” e “se propunha a utilizar as massas populares para elevar politicamente os *teratenentes criollos*, reconheceu, entretanto, que, ao fazer todo o possível para a separação da Hispano-América da metrópole, “teve, nesse sentido, atuação progressista” que confirmou seu empenho para evitar a desintegração dos territórios liberados contra os interesses de governos estrangeiros, especialmente Inglaterra e Estados Unidos. (HARWICH, Nikita, op. cit., p. 16).

<sup>115</sup> Desde a chegada de Hugo Chávez ao poder e o rompimento do pacto entre as elites venezuelanas, que garantiu a estabilidade política no período de 1958 e 1989 (o chamado *Pacto de Punto fijo*), a figura de Bolívar alcançou um novo patamar do culto. A despeito das diferentes correntes ideológicas que alimentam o ideário chavista, é certo que a alusão a Simon Bolívar representa uma força discursiva, sobretudo, política. Para Rafael Duarte Villa (VILLA, Rafael Duarte. Venezuela: “mudanças políticas na era Chávez”. *Estudos Avançados*, n. 19, 55, 2005. p. 153-172), o apelo a Bolívar por parte de Hugo Chávez transcende o apelo simples – que não era novidade – e atinge o *ancestralismo*. Nessas condições, a figura do general das independências não é tomada apenas como elemento supra-histórico aglutinador

mas, na realidade uma resposta que a qualifica, seria a consideração de que Bolívar permanece na memória latino-americana não por ser o Libertador, como heróica e romanticamente consagrou-se, mas pelas *apropriações* que o seu ideal de liberdade permite. Cabe registrar que as apropriações se tornam possíveis porque a figura de Simón Bolívar, construída ainda em vida por esse ator missivista, responde aos elementos que constituem, no imaginário ocidental, os heróis: singularidade, exemplaridade, abnegação, desengano, proscricção e, por fim, vitória gloriosa.

Em outra formulação, o que quero ressaltar é: no momento em que o título de Libertador, conferido ainda em vida para o general, foi adotado pelos analistas, ele passaria a ser ressignificado em conjunto com as interpretações sobre as atividades de Simón Bolívar. Presente em manifestações que escapam ao enquadramento histórico e historiográfico, Simón Bolívar torna-se o Libertador primeiro por suas ações e suas palavras, tão valiosas como a espada<sup>117</sup>; segundo pelo efeito inebriante que o ideal de

---

da nacionalidade venezuelana, mas como um instrumento concreto da política. Bolívar é ressuscitado como homem capaz de colocar em andamento as ações políticas de Chávez, que se transforma em sua encarnação. Um exemplo interessante dessa reflexão pode ser encontrada no artigo do analista político venezuelano Armando Frontado, intitulado “Enfeitado por Bolívar”. Segundo Frontado, o correspondente norte-americano em Caracas, ao relatar sobre o culto a María Lionza, uma deusa da selva venezuelana, informa que os fiéis que, antes invocavam Bolívar em sessões espíritas na selva, estão preocupados com o seu desaparecimento. As invocações não funcionam mais. A explicação encontrada para tal evento foi a de que a liderança das independências reencarnou em Hugo Chávez. Essa notícia não deve ser motivo de piada, mas sim de alerta, pois, tal como escreve Frontado, “Chávez é uma figura messiânica e nisso reside seu maior perigo. Não é um farsante como querem alguns, mas um nativo que crê na reencarnação e não só sabe de memória as mais importantes citações de Bolívar, mas em muitas ocasiões repete as palavras do fundador da pátria sem aspas, como se fossem suas” (FRONTADO, 2009, s/p). Disponível em: <http://www.analitica.com/va/politica/opinion/2575406.asp>. Acesso em: 15/06/2009.

<sup>116</sup> Carrera-Damas chamou a atenção para o modo como a historiografia articulou a correlação entre a vida de Simón Bolívar e o destino da própria América. A vida de Bolívar, ou melhor, a narrativa sobre a sua vida, *condensaria e exemplificaria* os caminhos trilhados por parte da América do Sul no decorrer do processo de emancipação – essa vinculação era exatamente que explicava o desastre da emancipação. Esse tipo de explicação histórica durou até o início da década de 1970 (CARRERA-DAMAS, op. cit.). Junto disso, essa historiografia subordinou-se excessivamente às primeiras edições de documentos, herdadas do século XIX, de caráter bolivariano, posto que as compilações foram produzidas por partidários de Simón Bolívar. Todo esse quadro reforçou um viés interpretativo do processo de independência que se apoiava na enumeração das batalhas. Dessa maneira, a historiografia tradicional lidava com um tipo de história política, também tradicional, marcada pelo belicismo. Por conta do anterior, uma historiografia ocupada com os aspectos econômicos e sociais do processo emancipador era novidade na década de setenta do século XX. Aliás, mais do que novidade, essa abordagem ainda dava os primeiros passos, perdida em meio à extensa documentação e às hipóteses ensaístas. Apesar de aspectos econômicos e sociais aparecerem em obras marcadamente tradicionais como, por exemplo, a de Rafael María Baralt, *Resumen de Historia de Venezuela desde o ano de 1797 hasta 1830* (Paris, 1841), “esses temas encontram-se dissolvidos no corpo da narração político-militar e merecem do autor, em todas as circunstâncias, menor consideração” (CARRERA-DAMAS, op. cit., p. 129).

<sup>117</sup> Num prefácio datado de 1960, escrito por ocasião do lançamento de “Bolívar visto por sus contemporâneos”, livro de autoria de Luis Busaniche, o historiador Mariano Picón-Salas aponta: “A palavra de Bolívar era mais eficaz do que a sua própria espada. O mesmo homem que conversava da forma mais plena com seus soldados e lanceiros, enquanto se repartia a carne assada no acampamento, transforma sua linguagem e sua postura quando chega um visitante estrangeiro, a quem acolhe com a

liberdade produz em meio à memória coletiva. Identificado a projetos distintos, o ideal de liberdade torna-se uma vigorosa referência que, discursivamente, assume o poder de mobilizar corações e mentes. Thomas Carlyle, o importante historiador e biógrafo do século XIX, em suas conferências polêmicas, argumentava que o heroísmo devia ser narrado, de forma elogiosa, em suas palavras: “o culto do herói existe para sempre, em toda parte.”<sup>118</sup> Sobre Simon Bolívar, ele escrevera: “Na verdade, como Ulisses, sua história mereceria tinta especial para ser escrita, isso se houvesse aparecido um Homero para fazê-lo.”<sup>119</sup>

Diante desse argumento, é muito apropriado dizer que Bolívar é um herói para todas as causas já que sua figura permite as mais controversas interpretações. Sobre as ressignificações, tanto da idéia de “liberdade” como a de “soberania”, “nacional”, “nacionalismo”, “liberalismo”, é importante dizer que elas fazem da pesquisa em torno das narrativas produzidas pela geração das independências um caminho fundamental para se compreender as imagens construídas sobre a América e como essas imagens afirmaram uma “cultura política”. Se a escrita da história, especialmente a matriz herdada do século XIX, não soube separar história e política, para a América Latina, a permanência dessa articulação representou uma fórmula de compreensão. Não se tratava apenas de fazer da historiografia o meio para alcançar o poder, embora esse fosse um dos objetivos também. Nessa região, a historiografia descobria uma “vocação”: a de ser representante de uma identidade latino-americana, que lhe era negada externamente. Nesse sentido, o lugar privilegiado concedido às histórias nacionais representava muito mais do que importação mecânica do modelo de História européia. Pode-se criticar o resultado desse esforço, mas não podem ser esquecidos os liames de historicidade dessa historiografia, que ultrapassam o caráter histórico para alcançar o desejo de instituir um lugar referencial para a América Latina.

O recurso metodológico eficaz, nesse caso, seria revisitar criticamente essas narrativas, sem deslumbrar-se, de imediato, com o apelo identitário que delas exalam e nem promover a possibilidade de uma história universal alheia à compreensão das

---

mais exigente cortesia britânica ou francesa. Aproximar as normas da civilização ocidental a esse mundo semi-bárbaro que emergiu com a Revolução da Independência, foi um dos desejos mais constantes daquilo que poderíamos chamar da pedagogia bolivariana”. Ver: PICÓN-SALAS, Mariano. Bolívar entre muchos testigos. In: BUSANICHE, Jose Luis. *Bolívar visto por sus contemporáneos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. pp. 07-10.

<sup>118</sup> CARLYLE apud GAY, Peter. O traço comum. In: *O coração desvelado: a experiência da Rainha Vitória a Freud*. V. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 176.

<sup>119</sup> HARWICH, op. cit., p. 10.

armadilhas da “construção nacional”. Ao invés de designarmos as diferenças por meio de um discurso “arrumadinho” pela busca legítima de um “modo de ser latino-americano”, a releitura dessas fontes pode nos permitir enxergar as lutas históricas cotidianas que formalizaram disputas políticas e identitárias, que acabaram ocultadas por uma historiografia que advoga a singularidade latino-americana ora como corte abrupto com os longos anos de colonização, ora como a expressão de uma universalidade deformada.<sup>120</sup>

Por fim, cabe reforçar que a novidade deste trabalho esteve na lide com a fonte. A carta não foi tomada como um escrito subalterno para permitir a simples conferência de dados frente a outras fontes e nem para tecer a rede de sociabilidade da elite *criolla* oitocentista, embora seja um bom material para esse objetivo também. A narrativa epistolar assumiu a centralidade. A prefiguração da linguagem e a representação que o missivista propõe de si e dos outros, marcas dessa narrativa, não puderam ser desprezadas. A convivência da narrativa com as falhas e os enganos indicou como o universo da criação narrativa está circundado por escolhas orientadas pela realidade daquele que escreve. Assim, termino essa exposição destacando a necessidade de encontrar e aplicar novos procedimentos em fontes tais como as cartas, os diários e as autobiografias. O relato de minha experiência, associado aos comentários que demonstram a particularidade da fonte manuseada, quis alertar para a riqueza dos epistolários. Desde que munidos de um novo olhar, que busque mais do que confirmar dados e tomar as missivas como fonte complementar, os historiadores têm uma fecunda

---

<sup>120</sup> Aqui a crítica se dirige aos encaminhamentos dados pelos estudos pós-coloniais que, acredito, escaparam, inclusive, dos objetivos iniciais das correntes heterogêneas que compunham esse campo. Em fins dos anos 80, uma proposta transdisciplinar (porque envolvia teoria literária, psicanálise, história, filosofia e política, dentre outros), com forte presença no interior dos “estudos culturais”, propôs-se a repensar as narrativas consideradas “atreladas ao poder”. Ao partir do pressuposto de que o Ocidente produziu narrativas legitimadoras de sua dominação e efetivou uma condição colonial, era tempo de “desconstruir essas narrativas”, trazendo à cena “novas identidades”, propugnadas por novas reflexões em torno das condições de raça, classe, gênero, nação, entre alguns exemplos. Em síntese, pretendia-se, então, deslegitimar as “antigas autoridades”, alicerçadas pelo mundo colonial. Até aí, nenhum problema, a proposta era audaciosa e sedutora. O problema adveio quando o pós-colonialismo transformou-se em projeto político, corroborando com uma inversão paradigmática que apenas patrocinou o “deslocamento da autoridade”, sem apontar sua relação íntima com aqueles que passaram a ser considerados “vítimas” de um processo inexorável. Desse projeto político, emergiu uma nova reflexão sobre as identidades, acentuando-se as diferenças e pregando as fatalistas “dívidas históricas”. Não que as diferenças devam desaparecer por uma mágica homogeneizadora, mas a fórmula da inversão em nada resolveu ou iluminou o problema dos despossuídos ou colonizados. Colocá-los em evidência não é o mesmo que dar-lhes validade histórica. Eu compreendo que é possível operar com uma *episteme* que enxerga a rasura e o desvio, mesmo quando a narrativa é construída pelo poder. Desse modo, não há porque desprezar as míticas (e reveladoras) narrativas nacionais, o fundamental é compreendê-las.



seara para investigar muitas problemáticas abertas com a disseminação das práticas da leitura e da escrita.

### **As fontes consultadas**

LECUNA, Vicente (Org.). *Cartas del Libertador (1799-1817)*. 2. ed. Caracas: Fundación Vicente Lecuna; Banco de Venezuela, 1964. Tomo I. 485 p.

LECUNA, Vicente (Org.). *Cartas del Libertador (1818-1820)*. 2. ed. Caracas: Fundación Vicente Lecuna; Banco de Venezuela, 1964. Tomo II. 578 p.

LECUNA, Vicente (Org.). *Cartas del Libertador (1821-1823)*. 2. ed. Caracas: Fundación Vicente Lecuna; Banco de Venezuela, 1965. Tomo III. 559 p.

LECUNA, Vicente (Org.). *Cartas del Libertador (1824-1825)*. 2. ed. Caracas: Fundación Vicente Lecuna; Banco de Venezuela, 1966. Tomo IV. 568 p.

LECUNA, Vicente (Org.). *Cartas del Libertador (1826-jun.1827)*. 2. ed. Caracas: Fundación Vicente Lecuna; Banco de Venezuela, 1967. Tomo V. 529 p.

LECUNA, Vicente (Org.). *Cartas del Libertador (jul.1827-1828)*. 2. ed. Caracas: Fundación Vicente Lecuna; Banco de Venezuela, 1968. Tomo VI. 606 p.

LECUNA, Vicente (Org.). *Cartas del Libertador (1829-1830)*. 2. ed. Caracas: Fundación Vicente Lecuna; Banco de Venezuela, 1969. Tomo VII. 649 p.

## Uma introdução ao conceito de identidade

Maria Lígia Coelho Prado  
Departamento de História - USP

O tema das identidades – nacionais, culturais, raciais, políticas ou de gênero – se encontra no âmago das pesquisas deste Projeto Temático, demandando reflexão especial. Nesse sentido, este texto tem um objetivo precípuo e delimitado. Pretende oferecer um mero roteiro de leituras para uma introdução à questão.

Como bem lembrou Ulpiano Bezerra de Meneses, em artigo sobre o tema, a raiz da palavra identidade é grega: *idios* que se refere a “mesmo”, “si próprio”, “privado”. O derivado “idiota” indica a *mesmidade*, a impossibilidade de um indivíduo compreender o que se passa além de sua experiência privada.<sup>121</sup>

As identidades são construídas pelo discurso e constituem o real, integram o jogo conflituoso dos imaginários e das representações e, ao mesmo tempo, tocam os corações e despertam a sensação de pertencimento do indivíduo a uma coletividade. Os indivíduos que se sentem identificados estão afirmando suas particularidades culturais, raciais, de gênero, de religião, de classe e estão declarando sua existência diferenciada ao mundo.<sup>122</sup>

Para se construir identidades é imprescindível apagar as diferenças, ocultar os conflitos e as hierarquias, escamotear as diversidades e, sobretudo, as contradições. Pois, apenas assim ocorre uma adesão homogênea, harmoniosa e coletiva em oposição a um “outro” imaginado.<sup>123</sup>

Nessa mesma perspectiva, Bezerra de Meneses afirma:

“Se a identidade tem como foco a semelhança, ela produz, em contrapartida, a diferença: a afirmação de semelhança necessita

---

<sup>121</sup> Cf. Ulpiano T. Bezerra de Meneses. “A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento)” In.: *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*. São Paulo, nº 1, 1993.

<sup>122</sup> Cf. Bronislaw Baczko. *Les imaginaires sociaux*, Paris, Payot, 1984.

<sup>123</sup> Os historiadores têm trabalhado de forma mais consistente, nas décadas recentes, com o conceito de “outro”. Ver o já clássico trabalho de Tzvetan Todorov, *La conquête de l'Amérique. La question de l'autre*. Paris, Seuil, 1982.

da oposição do que não é semelhante. A identidade não apenas deriva das diferenças, mas precisa explicitá-las e exacerbá-las. O semelhante é inofensivo, inócuo. É o diferente que encerra risco, perturba.”<sup>124</sup>

Desse modo, ao lado das afirmações de homogeneização positivas, produzem-se perspectivas que ignoram, desdenham, discriminam, excluem, atacam o “outro”, o diferente. Assim, identidade/alteridade forma um par indissolúvel. Quando se enfatizam as diferenças com “o outro”, as identidades podem ser invocadas para fundamentar defesas e privilégios, servindo à dominação. A afirmação das identidades está vinculada à necessidade de reforço. Dessa maneira, a repetição constante de certas perspectivas identitárias expressa a tendência conservadora que lhe caracteriza.

Acompanho, mais uma vez, Bezerra de Meneses na afirmação de que a identidade não é uma substância, quintessência de valores e qualidades a priori positivos, imunes a qualquer crivo. A identidade não é uma essência, um referencial fixo, apriorístico, cuja existência seja automática e anterior às sociedades e grupos – que apenas os receberiam já prontos do passado.<sup>125</sup>

Importante enfatizar que as identidades não devem ser abordadas apenas como uma “questão cultural”. Envolvem razão e sentimento, ligando-se umbilicalmente às paixões políticas, às emoções coletivas, que supõem amor ou ódio a uma determinada causa.<sup>126</sup> As identidades nacionais, por exemplo, podem produzir decisões políticas, justificando a ação –por vezes violenta - dos indivíduos que a ela aderiram.

A reflexão teórica contemporânea sobre o tema das identidades contempla posições divergentes. Os antropólogos devem ser situados em um lugar privilegiado nesses debates, mas os historiadores também têm se preocupado com eles. Eric Hobsbawm indica um problema central entre universalidade e identidade na história. Para ele, a universalidade deve prevalecer sobre a identidade nacional, étnica ou de gênero. Critica a chamada corrente pós-modernista inglesa e norte-americana por fazer interpretações de um relativismo excessivo, não distinguindo realidade objetiva do discurso conceitual.<sup>127</sup>

---

<sup>124</sup> Cf. Ulpiano T. Bezerra de Meneses. *Op.cit.*, p. 209.

<sup>125</sup> Cf. Ulpiano T. Bezerra de Meneses. *Op.cit.*

<sup>126</sup> Cf. Pierre Ansard. *La gestion des passion politiques*. Lausanne, L'Âge d'Homme, 1983.

<sup>127</sup> Cf. Eric Hobsbawm. “Não basta a história de identidade” in: *Sobre História*. São Paulo, Cia das Letras, 2000.

Olhando a questão sob outra perspectiva, a do pós-estruturalismo, o crítico literário, Homi Bhabha, ataca de forma radical o conceito de identidade, assim como o de “comunidade imaginada” de Benedict Anderson.<sup>128</sup> Para Bhabha, é impossível a unidade da nação como uma força simbólica. Para ele, não se sustenta o par antinômico identidade/alteridade, já que as fronteiras, os limites entre as duas categorias estão sempre abertos, porosos, permeáveis. “O ‘outro’ nunca está fora, ou além de nós; ele emerge com força, dentro do discurso cultural, quando nós pensamos mais íntima e naturalmente ‘entre nós mesmos’”.<sup>129</sup> Bhabha entende que quando são quebradas as identidades, pode-se reconstruir a cultura em outros termos. Reserva, assim, um lugar privilegiado para homens e mulheres que vivem nos entre-lugares (*in-between*) e não se sentem pertencentes nem a essa nem àquela cultura.<sup>130</sup>

Numa conclusão didática, podemos afirmar que para Hobsbawm as identidades são demasiadamente relativas; para os pós-modernistas, elas são demasiadamente fechadas e centradas em desacordo com o mundo totalmente fragmentado, com fronteiras fluidas e porosas.

Por outro lado, as identidades não estão imunes a mudanças, readaptações e resignificações, passando por um processo incessante de construção/reconstrução. Em uma palavra, não estão cristalizadas. Nesse sentido, é fundamental lembrar as concepções do antropólogo jamaicano, Stuart Hall, para quem as identidades construídas estão sempre em movimento, em contínua transformação.<sup>131</sup> Desse modo, a análise das identidades supõe acompanhar o intrincado e contraditório movimento de inclusão e exclusão, de lembrança e esquecimento, de semelhança e diferença, de harmonia e tensão, atravessado por relações de poder.

Não existe identidade em abstrato. A identidade só pode ser identificada “em situação”. É preciso historicizar e analisar conjunturas precisas. Para Van Alphen:

“O outro não é a descrição, nem mesmo a interpretação da realidade, mas a formulação de uma ideal e desejada identidade.

---

<sup>128</sup> Cf. B. Anderson. *Imagined Communities. Reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres/Nova York: Verso, 1989.

<sup>129</sup> BHABHA, H. *Nation and Narration*. Londres/ Nova York: Routledge, 1999, p. 4.

<sup>130</sup> Cf. H. Bhabha. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

<sup>131</sup> Cf. Stuart Hall, Stuart. *Identidade cultural*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1997. Ver também o seu recente livro: *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. São Paulo: Humanitas, 2003.

No caso do nacionalismo, descrições do outro são fantasmas de um potencial inimigo, não interpretações de um outro real ... O outro não tem existência objetiva fora da percepção do intérprete.”<sup>132</sup>

Historicizando o tema, refletimos sobre as elites latino-americanas a partir da independência. Elas aspiravam consolidar sua dominação sobre as diversas sociedades nacionais, baseadas numa identidade homogênea que lhes garantisse a hegemonia política. Assim, postularam-se como portadoras do “espírito civilizador” e da “razão letrada” que lhes conferiam legitimidade para colocar-se acima de negros, índios e mestiços e justificar seu poder. A repetição de imagens, símbolos, valores nos discursos dominantes pretendia construir uma identidade nacional que lhes reservasse esse lugar privilegiado. A desqualificação sistemática de *los de abajo* justificou sua exclusão da esfera política e garantiu a manutenção do poder das elites. Estas, porém, jamais conseguiram fazer desaparecer esse “outro” negado e mostrado como inferior ou bárbaro. A despeito do esforço para que fossem esquecidos, os pobres, as mulheres, os índios, os negros, os mestiços emergiam e penetravam nos discursos políticos, nos romances, na pintura, indicando a heterogeneidade da sociedade. Mais ainda, os subalternos aprenderam a linguagem dos dominantes e foram capazes de formular suas reivindicações, empregando uma retórica própria - por exemplo, a do liberalismo no século XIX.<sup>133</sup> Interessante é enfatizar que, no presente, boa parte dos intelectuais trabalha com a idéia de uma América Latina cuja cultura é mesclada, mestiça, híbrida.<sup>134</sup>

Ao lado das identidades nacionais, no fim do século XIX, a concepção de uma identidade latino-americana foi elaborada em oposição a um “outro” externo, os Estados Unidos. Tal sentimento de unidade ganhou força e adeptos, pois coincidia com a

---

<sup>132</sup> Ernst Van Alphen. “The other within”. In: Corbey, Raymons & Leerssen, Joep (orgs.). *Alterity, identity, image. Selves and others in society and scholarship*. Amsterdam: Rodopi, 1991. Citado por Ulpiano T. Bezerra de Meneses. *Op.cit.*, 210 (tradução minha).

<sup>133</sup> Ver, por exemplo, a análise realizada por Mark Thurner sobre a região de Huaylas-Ancash, nos Andes peruanos: *From two Republics to one divided*, Durham/Londres, Duke University Press, 1997.

<sup>134</sup> Cf. Beatriz Sarlo. *Una modernidad periférica: Buenos Aires 1920 y 1930*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1988; Serge Gruzinski. *La pensée métisse*. Paris, Fayard, 1999; Néstor García Canclini. *Culturas híbridas*. México, Grijalbo, 1989.

inauguração de uma agressiva política externa norte-americana traduzida em intervenções armadas no Caribe e na América Central.<sup>135</sup>

Esta é uma questão candente que permanece atual e continua a mobilizar os estudiosos contemporâneos. No Brasil, Renato Ortiz se pergunta sobre a insistência em buscar uma identidade que se contraponha ao estrangeiro. Para ele, pelo fato de sermos um país pobre dentro do sistema capitalista mundial, o problema é “uma imposição estrutural que se coloca a partir da própria posição dominada em que nos encontramos no sistema internacional”.<sup>136</sup> Para Alfredo Bosi, o que mantém viva e coesa a ideia de uma América Latina “é o forte sentimento compartilhado de espoliação e domínio que une os povos ibero-americanos e os opõe, em bloco, às nações ricas do Norte.”<sup>137</sup>

Os debates em torno das identidades nacionais são também fundamentais para as pesquisas do nosso Temático. Cabe assinalar a contribuição de Montserrat Guibernau que estuda o nacionalismo a partir de dois aspectos fundamentais: a análise do fenômeno em função de seus elementos políticos, sociais e psicológicos e sua distinção entre “nacionalismo de Estado” e “nacionalismo das nações sem Estado”. Além de recuperar as teorias clássicas sobre o tema, procura dar respostas a duas perguntas-chave: qual é a relação entre nacionalismo e Estado nacional? Quais são os elos entre nacionalismo, cultura e identidade? Guibernau analisa o caráter político do nacionalismo em sua relação com os conceitos de legitimidade, cidadania e ideologia e o desenvolvimento da identidade nacional em sua relação com a cultura. Defende a tese de que a solidariedade nacional é uma resposta à necessidade de uma identidade de natureza eminentemente simbólica, na medida em que ela proporciona raízes baseadas na cultura e no passado comum, assim como oferece um projeto de futuro.<sup>138</sup>

O chamado processo de globalização torna mais agudas as divergências de análise sobre as identidades nacionais. Não se pode negar a dificuldade de apreender seus significados, traçar suas fronteiras, determinando, com clareza, os mecanismos de sua criação e contínua (re)elaboração. Mas apesar de toda crítica preliminar, é impossível deixar de reconhecer que nos contextos de reordenamento social, a força das

---

<sup>135</sup> A denominada política do *big stick*, anunciada em 1904, pelo presidente Theodore Roosevelt, entendia que os Estados Unidos tinham o direito (e o poder) de intervir militarmente na América Latina, caso os interesses norte-americanos viessem a ser “ameaçados”.

<sup>136</sup> Cf. Renato Ortiz. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 07.

<sup>137</sup> Cf. Alfredo Bosi. “O nacional e suas faces” in: *In Memoriam de Eurípedes Simões de Paula*, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 35.

<sup>138</sup> Cf. Montserrat Guibernau. *Nacionalismo. O Estado Nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

identidades nacionais pode surpreender. As reelaborações sucessivas mostram como a sobrevivência simbólica dos indivíduos e das coletividades depende da manutenção de referências identitárias. Anthony D. Smith, por exemplo, considera que a identidade nacional continua sendo, no presente, parte fundamental da vida social e política, originando comunhão e conflitos. A partir dessa constatação, o autor estuda os elementos que conformam as identidades nacionais e as formas que lhes dão sentido, abordando relações entre grupos étnicos e nação, os diferentes tipos de nacionalismos, as estratégias de criação da nação e se detém nos desafios atuais em torno das identidades nacionais, indicando possibilidades de sua superação (ou coexistência) com identidades mais específicas.<sup>139</sup>

Outros autores, como Jorge Larraín Ibáñez, chamam a atenção para o caráter seletivo e excludente do processo discursivo de construção das identidades nacionais.<sup>140</sup> As elites, segundo ele, elegeram (e elegem) alguns traços considerados fundamentais, deixando outros de lado. No caso da América Hispânica, enfatiza, por exemplo, a questão da escolha da língua espanhola como a nacional e a exclusão das demais línguas indígenas. O autor distingue dois pólos distintos no que se refere à identidade nacional; o primeiro circunscreve-se à esfera pública como discurso articulado altamente seletivo, construído de cima por instituições e agentes culturais variados. O outro pólo está constituído pela base social, como uma forma de subjetividade individual e de grupos que expressa sentimentos algumas vezes discrepantes em relação às versões públicas. De todo modo, afirma a presença e o poder das construções identitárias sobre as sociedades.

---

<sup>139</sup> Anthony D. Smith. *La identidad nacional*. Madri: Trama Editorial, 1991.

<sup>140</sup> Jorge L. Ibáñez. *Modernidad, razón e identidad en América Latina*. Santiago: Editorial Andres Bello, 1996.

## História Visual: um balanço introdutório<sup>141</sup>

Carlos Alberto Sampaio Barbosa  
Departamento de História - UNESP/Assis

### Introdução – primeiras notas metodológicas

O objetivo dessa apresentação é fazer um balanço provisório e preliminar da relação entre história e imagem. A bibliografia sobre o tema no campo histórico já é relativamente vasta. Torna-se mais ampla se abarcarmos as análises de outras áreas do conhecimento tais como História da Arte, Antropologia Visual, Sociologia Visual e Estudos Visuais.<sup>142</sup> Um panorama abrangente não é nosso objetivo e transcende a capacidade do autor. A proposta então é apresentar algumas problemáticas que envolvem a utilização da imagem como fonte histórica conjuntamente a um balanço bibliográfico, principalmente de textos produzidos ou traduzidos para o português abarcando os vários suportes imagéticos, mas enfocando especialmente a fotografia.<sup>143</sup>

A imagem ocupa, cada vez mais, um lugar de destaque nos estudos históricos culturais no Brasil. Devemos encorajar os pesquisadores, principalmente os jovens, historiadores a realizar investigações tendo a imagem como ângulo estratégico de observação da sociedade. Mas também devemos preveni-los dos perigos do trabalho com as fontes visuais. Imprevistos e armadilhas no uso de imagens como fontes são

---

<sup>141</sup> Este texto foi apresentado sob a forma de conferência na Semana de História de Guarapuava de 2006. Uma versão ampliada foi publicada no livro organizado por Ariel José Pires et al, *História, linguagens, temas: escrita e ensino da História*, Guarapuava: Unicentro, 2006.

<sup>142</sup> Para um balanço das outras áreas do conhecimento veja: FELDMAN-BIANCO, Bela & LEITE, Miriam L. Moreira (orgs.). *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas: Papyrus, 1998; e o excelente artigo de MENESES, Ulpiano T. Bezerra de, “Fontes visuais, cultura visual. Balanço provisório, propostas cautelares”, in: *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Anpuh/Humanitas Publicações, vol. 23, n° 45, 2003, pp. 11-36.

<sup>143</sup> Devo muito destas reflexões a dois cursos realizados durante o doutoramento na USP: o primeiro ministrado pelo professor Ulpiano T. Bezerra de Meneses intitulado *Fontes visuais na pesquisa histórica* no Departamento de História realizado no ano de 2001 e outro do professor Boris Kossoy *Informação fotográfica e conhecimento: Bases teóricas e metodológicas para o estudo das imagens*, realizado no ano de 2000. As informações e afirmações são da minha inteira responsabilidade.



comuns. Como afirma o historiador inglês Raphael Samuel, em grande parte os historiadores ainda são “iletrados visuais.”<sup>144</sup>

A imagem como fonte histórica demorou a ser aceita pelos historiadores. A escola positivista acreditava que o documento textual oficial possuía um *status* privilegiado, pois, segundo tais autores, estas fontes desfrutavam de um estatuto de verdade que praticamente possibilitava um contato direto com o passado não contaminado por intermediários. Já as imagens eram vistas como demasiadamente subjetivas e assim ficariam sob o encargo dos historiadores da arte. Hoje, entretanto, cada vez mais, os historiadores percebem o quão valiosas como documento são as fontes visuais para algumas problemáticas.

Entretanto, não devemos vê-las como a panacéia universal, elas são apropriadas para algumas problemáticas e campos específicos. Elas permitem atingir o conhecimento de diversas experiências do passado, afinal elas foram objetos de devoção, de informação e fontes de prazer. Permitem também atingir certas dimensões da representação visual de sociedades passadas que outras documentações não abarcam.

As imagens são mudas e traduzir seus testemunhos em palavras é, muitas vezes, difícil e perigoso. Seu uso sozinho é quase impossível, afinal, como qualquer outro tipo de fonte, exige seu cruzamento com outros recursos. Devemos salientar também que a crítica historiográfica da utilização da imagem como fonte histórica não se encontra tão bem estabelecida quanto a crítica documental de textos, o que causa certos ruídos, problemas de contextos e interpretações. Lembremos, ainda, que existe uma grande variedade de imagens e seus suportes: pinturas, vitrais, gravuras, esculturas, fotografias, fílmicos, história em quadrinhos, propagandas. Isto dificulta ainda mais o trabalho do historiador. Afinal, devemos dominar minimamente cada uma dessas linguagens para utilizá-las.

As imagens ainda se inserem dentro do problema do que se convencionou chamar de Arte. O termo “arte” apenas começou a ser usado no Ocidente no Renascimento. O seu entendimento atual surgiu particularmente a partir do século XVIII, implica valores estéticos de uma obra. Durante muito tempo aqueles que mais trabalharam com as imagens como documentos foram os Historiadores da Arte e estes especialistas se preocuparam muito mais com a questão da autoria, da relação artista e

---

<sup>144</sup> SAMUEL, Raphael. *Theatres of memory* – Vol. 1: Past and present in contemporary culture. London: Verso, 1994.

arte do que com o potencial cognitivo e histórico das mesmas.<sup>145</sup> Ao contrário do historiador da Arte, para o historiador, que não está preocupado apenas com as obras e autores considerados excepcionais, nem com a qualidade estética, qualquer imagem pode servir como fonte histórica.

Devemos lembrar também que a percepção é algo construído historicamente, ou seja, é culturalmente contextualizada. Cabe aos historiadores tratar da historicidade desta imagem, suas condições de produção, circulação e apropriação, até porque se assim não o fizermos elas serão reificadas. Caso contrário, ao invés dos valores se darem nas inter-relações entre os homens, vão se dar entre as coisas, e as coisas não se inter-relacionam. Os seres humanos é que fazem circular e dinamizam os objetos. Para analisarmos as imagens temos, então, que entendê-las na sociedade e não fora ou acima dela. Isso pode parecer uma obviedade, mas não é. Afinal, não vai ser apenas entendendo a produção material das imagens que vamos conhecê-las e compreendê-las. Devemos investigar a produção social da imagem, suas qualidades materiais, como ela circulou e como foi apropriada. Também não devemos cair em outro equívoco de buscar, pois não existe, um momento privilegiado das origens, visto a partir do apogeu do momento único. Então, quando falamos de apropriação estamos dentro do campo da História Cultural, ou seja, da história das apropriações culturais, que também é entendida como uma produção.

Existem propostas para a interpretação da imagem. Normalmente, estes métodos procuram o sentido universal da imagem. Tal concepção, em grande medida, é *ahistórica*. Não existe um sentido universal da imagem. A imagem ao longo de sua existência é apropriada por diferentes indivíduos, grupos, classes sociais e governos e ao longo da história recebe vários sentidos. Outra questão diz respeito à inversão que vários pesquisadores fazem ao definir a problemática das investigações a partir das fontes. As fontes não podem definir a problemática de uma pesquisa, os documentos não produzem problemas históricos, mas, sim, o historiador é quem deve definir a sua problemática.

Equívoco comum que ouvimos constantemente é que uma imagem vale por mil palavras. Grave engano, se não soubermos fazer as perguntas certas, as imagens serão mudas. Também não existe história feita apenas com um tipo de fonte, isto é

---

<sup>145</sup> Veja uma excelente síntese sobre a relação da História e a Imagem no livro de BURKE, Peter. *Eyewitnessing: the uses of images as historical evidence*. New York/Ithaca: Cornell University Press, 2001. Existe uma tradução para o português, *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: Edusc, 2004.

impossível. Devemos nos cercar de vários suportes documentais, principalmente quando trabalhamos com imagens.

Enfim, o melhor caminho é assumir a perspectiva de uma História que trabalha com uma dimensão visual da sociedade. Pois, como afirmou Regis Debray, vivemos na idade da videoesfera.<sup>146</sup> Mas também vivemos numa sociedade que não acredita que seja necessário estudar para ver. Não se aprende a ver na escola como se aprende a ler. Institucionalmente não se pensa que precisamos aprender a ver e assim acabamos sendo dominados pela imagem.

## **História e Imagem**

Antes de discutirmos algumas propostas teórico-metodológicas sobre a imagem, vejamos alguns precursores nesse campo. Um dado importante é que muitos deles foram, também, precursores no estudo do que veio a ser chamado de História Cultural.

Um dos pioneiros da utilização de imagens com recurso documental foi o historiador Jules Michelet. O grande historiador francês do século XIX apresenta o potencial das tumbas como índices da transformação das atitudes do homem perante a morte. Além disso, destaca a utilização da pintura, da escultura e da arquitetura como sinais de grandes movimentos históricos.<sup>147</sup> Um protagonista não menos importante foi Jacob Burckhardt (1818-1897), que em seu livro *A cultura do Renascimento na Itália*,<sup>148</sup> publicado originalmente em 1860, trabalhou com pinturas e esculturas para recriar a cultura do Renascimento. Ele afirmava que as imagens são testemunhos dos estágios passados do desenvolvimento do espírito humano através do qual é possível ler as estruturas do pensamento e a representação do tempo passado. Outro historiador que utilizou imagens foi o holandês Johan Huizinga (1872-1945), que em seu livro clássico *O declínio da Idade Média* (o título original era o *Outono da Idade Média*, publicado

---

<sup>146</sup> DEBRAY, Regis. *Vida e morte da imagem: uma história do olhar no Ocidente*. Petrópolis: Vozes, 1993.

<sup>147</sup> Francis Haskell, “Michelet et l’utilisation des arts plastiques comme sources historiques”, in: *Annales ESC*, n° 6, nov-dic, 1993, pp. 1403-1420.

<sup>148</sup> BURCKHARDT, Jacob. *Cultura do renascimento na Itália*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

originalmente em 1919),<sup>149</sup> comparou o entendimento histórico com uma “visão” do passado.

Outro expoente importante foi o historiador da arte Aby Warburg (1866-1929) que fundou o *The Warburg Institute* em Hamburgo. Cabe, aqui, falar um pouco mais da Iconografia ou Iconologia como método de análise das imagens. A iconografia surgiu com a Escola de Warburg. O trabalho que revelou Aby Warburg foi seu estudo de um palácio em Ferrara na Itália. Nesta investigação, desvendou algumas significações misteriosas dos afrescos através da astrologia. Sua interpretação causou um grande choque no meio dos historiadores da arte na sua primeira apresentação em um Congresso realizado em Roma em 1912. Afinal, suas explicações levavam a percepção que, por trás de imagens cristãs presentes nesta pintura, existiam vários temas pagãos. Assim, Cristo na cruz bizantina seria Apolo, os anjos seriam então intermediários ou mensageiros de Afrodite. Mas coube a Erwin Panofsky (1892-1968) ser o grande organizador e divulgador dos métodos do grupo. Seu ensaio de 1939 distinguindo três níveis de significados na análise das imagens tornou-se quase um manifesto: o primeiro nível é o pré-iconográfico, o segundo, iconográfico e o terceiro, iconológico.<sup>150</sup>

Pode-se dizer que, para os iconógrafos, as imagens (pinturas) não foram feitas para serem vistas, mas para serem lidas. Segundo esta análise, seria no último nível (iconologia) que as imagens oferecem evidências para os historiadores da arte (e culturais). Panofsky procurou apresentar sua metodologia em seu trabalho de 1951 quando explora a existência de homologias entre o sistema filosófico e a arquitetura dos séculos XII e XIII.<sup>151</sup>

Os historiadores da arte empregaram o termo iconologia de diferentes modos. Segundo Peter Burke,<sup>152</sup> Ernest Gombrich utilizou-o como reconstrução de um programa pictórico, um espírito de uma época *Zeitgeist*. Eddy de Jongh, estudioso holandês, fala numa tentativa de explicitar uma representação no seu contexto histórico em relação com outros fenômenos culturais. Panofsky afirma que as imagens são parte de uma cultura e não podem ser entendidas separadamente do todo e das referências a culturas passadas.

---

<sup>149</sup> HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média*. Lisboa: Ulisseia, s/d.

<sup>150</sup> PANOFSKY, Erwin. *O Significado nas Artes Visuais*. São Paulo: Perspectivas, 1979.

<sup>151</sup> PANOFSKY, Erwin. *Arquitetura gótica e escolástica: sobre a analogia entre arte, filosofia e teologia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

<sup>152</sup> BURKE, Peter. *Eyewitnessing: the uses of images as historical evidence*. New York/Ithaca: Cornell University Press, 2001.

Hoje, os críticos consideram que esses níveis do método iconográfico como camadas superpostas evidenciariam uma hierarquia muito rígida. Alguns estudiosos criticam essa visão como muito estanque e preferem utilizar o termo dimensão para romper com essa fragmentação entre os níveis. Eles são criticados, também, por serem por demais intuitivos, especulativos e cair no chamado espírito de uma época (Zeitgeist). São criticados, também, porque, apesar de pregarem o uso de documentação alternativa, no final recorriam para a imagem. Outra falha apontada é a carência da dimensão social. Eram, em geral, indiferentes ao contexto social. Panofsky era notoriamente indiferente, se não hostil, à história social da arte. O objetivo era descobrir o significado da imagem sem ao menos perguntar: significado para quem? Seu método acabou sendo utilizado basicamente para a pintura e não para uma variedade maior de imagens.<sup>153</sup>

Apesar das críticas, o método iconográfico foi importante porque desenvolveu um instrumental valioso para os pesquisadores e os historiadores. Carlo Ginzburg fala do método indiciário aproximando-se do método iconográfico, ao afirmar que o historiador é uma mescla de Historiador da Arte, Psicanalista, Detetive.<sup>154</sup> O Historiador da Arte citado por Ginzburg é Giovanni Morelli (1816-1891), o qual afirmava que era nos detalhes que se revelava a autoria dos quadros.

Alguns autores dividem as interpretações sobre as artes visuais em análise externa e interna.<sup>155</sup> Na primeira, as obras seriam entendidas dentro de movimentos ou estilos artísticos. Podemos incluir, neste rol, autores como: Arnold Hauser, Pierre Sorlin, Ian Charles Jarvie e Roger Bastide.<sup>156</sup> Nas análises internas, as expressões artísticas teriam certa “autonomia relativa que lhes permite ser portadoras de sentido. Esse sentido, entretanto, não pode ser encontrado em outras dimensões do social, podendo ser compreendido apenas por meio da análise e interpretação das obras como *imagens*, como produtos individuais em si.”<sup>157</sup> Autores que trabalham com essa visão

---

<sup>153</sup> Para uma crítica ao método iconográfico veja o já citado livro de Burke e NEIVA, Eduardo, “Imagem, história e semiótica”, in: *Anais do Museu Paulista – História e Cultura Material*, São Paulo: USP, Nova Série, nº 1, 1993, pp. 11-29.

<sup>154</sup> GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Neste livro veja os capítulos “De Warburg a E. H. Gombrich: notas sobre um problema de método”, e “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”.

<sup>155</sup> MENEZES, Paulo. *A trama das imagens: manifestos e pinturas no começo do século XX*. São Paulo: Edusp, 1997. (Texto e Arte, 14), p.16.

<sup>156</sup> SORLIN, Pierre. *Sociología del cine*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985; JARVIE, Ian C. *Sociología del cine*. Madri: Guadarrama, 1974 e BASTIDE, Roger. *Arte e sociedade*. São Paulo: Nacional, 197. Veja a discussão em Paulo Menezes, op. cit., p. 18.

<sup>157</sup> MENEZES, Paulo, op. cit., p. 17.

seriam Pierre Francastel, Ernest Gombrich, Nicos Hadjinicolau, Annie Goldmann, John Berger e Herbert Read.<sup>158</sup> Essas divisões são sempre arbitrárias e discutíveis, mas fornecem uma base para a discussão.

## História e Fotografia

Dois momentos são considerados revolucionários do ponto de vista visual: primeiro com o surgimento da imagem impressa nos séculos XV e XVI; em segundo lugar, com o surgimento da fotografia no século XIX. Poderíamos destacar, também, o surgimento da reprodutibilidade técnica como muito bem colocou Walter Benjamin em seu famoso texto.<sup>159</sup> Pois, a reprodução em larga escala que começou com a impressão de gravuras atinge seu ponto máximo no início do século XX, com o advento da cultura de massa, o que permitiu uma revolução na informação e nas comunicações por imagens que foi extremamente facilitada. Foi o que Walter Benjamin chamou de transformação do valor de culto para o valor de exibição e a sua conseqüente perda da aura.

A fotografia, inventada em 1839, contou ao longo de todo o século XIX com vários avanços tecnológicos que tornaram a fotografia mais popular e barata. Rapidamente transformou a fotografia de um *hobby* de amadores enriquecidos em uma atividade de dimensão industrial. A fotografia, com o barateamento do produto, massificou-se e tornou-se um fenômeno comercial. Afetou profundamente as artes plásticas e modificou a percepção dos artistas. A fotografia, então, altera a natureza da arte.

A ambigüidade da fotografia com relação à questão da representação é que cria o seu *status* de “veracidade”.<sup>160</sup> Essa existência como duplo do real, tornou complexo o seu entendimento dentro do campo das artes plásticas, embora este pretense realismo ou naturalismo da fotografia tivesse sido questionado desde a sua origem. A imagem

---

<sup>158</sup> GOMBRICH, Ernest. *A história da arte*. Rio de Janeiro: LTC, 1999; \_\_\_\_\_. *Arte e ilusão*. São Paulo: Martins Fontes, 1995; GOLDMANN, Annie. *Cine y sociedad moderna*. Caracas: Editorial Fundamentos, 1972; BERGER, John. *Modos de ver*, São Paulo: Martins Fontes, 1980; READ, Herbert. *Arte e alienação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, \_\_\_\_\_. *A arte de agora agora*. São Paulo: Perspectiva, 1981 e \_\_\_\_\_. *História da pintura moderna*, São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

<sup>159</sup> BENJAMIM, Walter. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, in: *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

<sup>160</sup> BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 36.

fotográfica, desde sua origem, foi aceita como um “testemunho da verdade dos fatos”, graças a esse *status* de credibilidade e foi também um poderoso instrumento de veiculação de idéias e representações da realidade.<sup>161</sup>

A tentação de realismo, de tomar uma imagem por uma realidade, é particularmente sedutora. Desde o seu início, a fotografia foi vista como um registro da história ou, como já falaram, como “olho da história”. Segundo Paul Valéry, o nosso senso de conhecimento histórico foi transformado pela fotografia tal o seu *status* de veracidade histórica. Caberia, apenas, a questão de delimitar o alcance deste estatuto. Para o senso comum, os governos, a polícia, os jornais e as revistas, a fotografia é, sem dúvida, uma evidência de autenticidade. Todos os Estados assumem tal perspectiva, pois em nossos documentos de identificação existe um retrato fotográfico. A imagem fotográfica carrega em si a conotação de ser produzida não pela mão humana, mas de forma objetiva por uma máquina. Com o seu advento e, posteriormente ao fotojornalismo, redefine-se a própria idéia de privacidade. O século XIX, além de presenciar o surgimento da fotografia, viu o nascimento do jornalismo ilustrado. Um de seus temas principais será o registro dos conflitos militares. Um dos primeiros a ser fotografado foi a guerra dos Estados Unidos com o México (1846-1848). Mas, em seguida, outros foram registrados, como a Guerra de Secessão norte-americana (1861-1865) e a Guerra da Criméia.

A Guerra de Secessão foi o primeiro evento maciçamente fotografado e originou os primórdios do fotojornalismo com o surgimento de alguns princípios básicos, tais como, a descoberta de que os leitores também queriam ser observadores (espectadores) visuais; a necessidade de uma retórica da velocidade, ou da cronamentalidade, ou seja, da percepção da importância da velocidade entre o momento da fotografia e da sua reprodução na mídia; o surgimento de uma estética da proximidade, a idéia de que é preciso estar perto do acontecimento; a emergência da noção da carga dramática da fotografia que era superior a da pintura devido principalmente ao status de “registro” do fato; e, ademais, os conflitos foram despidos de seu manto épico, foi o fim da visão heróica das guerras.<sup>162</sup>

O surgimento do fotojornalismo moderno entre as décadas de 1920 e 1930 ocorreu quase simultaneamente na França, Inglaterra, Estados Unidos e na Alemanha.

---

<sup>161</sup> KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999, p. 22.

<sup>162</sup> Sousa, Jorge Pedro. *Uma história crítica do fotojornalismo ocidental*. Chapeco/Florianópolis: Grifos/Letras Contemporâneas, 2000.

Surgiu quando ocorreu definitivamente a articulação entre texto e imagem. Cabe destacar que alguns avanços tecnológicos também foram fundamentais, como surgimento das câmeras de pequeno formato. A partir desse momento, privilegia-se a imagem em detrimento do texto. As reportagens traziam fotografias com pequenas legendas e, muitas vezes, sem texto. Outro dado fundamental foi o surgimento dos laboratórios fotográficos dentro das dependências das empresas jornalísticas, o que permitiu maior rapidez entre a realização da foto e a sua impressão nos periódicos.

Quase concomitante a esse processo temos o início da fotografia autoral que vai se consolidar definitivamente com Robert Capa e Henri Cartier-Bresson e a criação da Agência de Fotografias Magnum em 1947. Até esse momento, principalmente no fotojornalismo, o direito autoral não existia. Agora, fotógrafos, editores e redatores apresentam projetos e pautas numa relação amigável com debates de idéias e liberdade do fotógrafo na ação.

O conceito de fotografia documental surgiu no início do século XX nos Estados Unidos. Desenvolveu-se para caracterizar as fotografias de Jacob Riis (1849-1914) que chegou a trabalhar como jornalista no *New York Tribune* e foi o primeiro a utilizar a fotografia como um instrumento de crítica social para ilustrar seus artigos sobre as condições miseráveis de vida dos imigrantes nos bairros de Nova York. Seu primeiro livro *Como vive a outra metade* foi publicado ainda em 1890 e comoveu a opinião pública. Foi neste período que surgiram fotógrafos como Dorothea Lange (1895-1965) e Lewis Hine (1874-1940), este estudou sociologia na Universidade de Columbia e chamou seu trabalho de “fotografia social”. Outros fotógrafos se destacaram num projeto de campanha publicitária de reformas sociais a serviço de uma instituição, a *Farm Security Administration* (1935-1942).<sup>163</sup> As poses utilizadas por eles seguiam padrões e convenções da pintura e procuravam realçar a carga dramática com imagens em preto e branco, transmitindo uma mensagem de crua realidade.

Muitos pesquisadores que trabalham com fotografia se esquecem que, em muitas ocasiões, essas imagens faziam parte de séries e posteriormente foram separadas em fragmentos, ou seja, as fotografia que eram parte de um projeto maior, por exemplo, de um álbum nos quais estavam inseridos originalmente, passaram, enfim, para um arquivo ou museu de forma individualizada. Fato que pode alterar as interpretações dessas

---

<sup>163</sup> Freund, Gisèle A *Fotografia como Documento Social*. Barcelona: Gustavo Gili, 2001. PHOTO POCHE. *Amérique. Les années noires*: Farm Security Administration (1935-1942). Paris: Centre National de la Photographie, 1985.



imagens. Outra dificuldade presente é a idéia de encenação que já não era novidade e sempre foi discutida. Lembremos que existem relatos que, já na Guerra de Secessão, Mathew Brady mexia nos corpos de alguns soldados mortos para melhor compor a cena, sendo que algumas chegaram a ser feitas com soldados vivos que posaram para suas lentes. A polêmica em torno da famosa foto do miliciano espanhol de Robert Capa é emblemática.<sup>164</sup>

O debate teórico entre a relação memória, história e fotografia também tem sido acirrado nos últimos anos. A fotografia pode ser um excelente meio para discutir esta problemática. O registro visual das comemorações ligadas a eventos da história nacional, por exemplo, revela os rumos, que, através da elaboração de uma narrativa fotográfica do passado coletivo, determinados grupos políticos tinham como projetos para o presente e o futuro. A noção de a sua atividade (do fotógrafo) ser uma espécie de “olho da história”, de “testemunha ocular” dos acontecimentos, esteve presente na concepção de trabalho de toda uma gama de fotógrafos e editores ao longo dos tempos.

Essa noção, de uma similitude entre a história e a fotografia, já havia sido enfatizada por alguns escritores e historiadores. Segundo Paul Valéry,<sup>165</sup> o surgimento das câmeras fotográficas alterou o nosso sentido de passado e do que era "suficiente" para a elaboração de um relato histórico. Com a imagem fotográfica, incorporou-se definitivamente em nós a impressão de sermos levados para o passado, ou ao momento original. Roland Barthes diz que com a fotografia, pela primeira vez, a resistência ao passado cessa. A fotografia adquire um poder de autenticação enquanto na fotografia histórica há um “esmagamento do tempo.”<sup>166</sup>

Sigfried Kracauer,<sup>167</sup> estudioso da história do cinema, chegou a comparar Leopold von Ranke, símbolo da história objetiva, com Louis Daguerre, um dos inventores da fotografia. O autor enfatiza o papel da fotografia na interpretação dos acontecimentos e aproxima os historiadores dos fotógrafos, pois ambos deveriam selecionar e ordenar os acontecimentos, diante da “opaca massa de fatos”, aprofundando

---

<sup>164</sup> Para uma ótima discussão do papel da fotografia como documento e do debate a respeito da importância da autenticidade ou inautenticidade da imagem, ver o artigo de Ulpiano T. Bezerra de Meneses: “A fotografia como documento - Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico”, *Revista Tempo*, Rio de Janeiro: UFF, 2002.

<sup>165</sup> VALÉRY, Paul *Apud* TRACHTENBERG, Alan. *Reading american photographs: images as history* Mathew Brady to Walker Evans. New York: Hill and Wang, 1990, p. xiii e xiv.

<sup>166</sup> BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. Veja especialmente as páginas 130, 132 e 142.

<sup>167</sup> KRACAUER, Sigfried. *History: the last things before the last*. New York: 1969.

a tensão entre acontecimentos e a elaboração de seus significados. Ainda segundo os argumentos do autor, para servir a história, os fatos devem ser tornados inteligíveis, ordenados, dando sentido ao aleatório e ao fragmentário e, enquanto os historiadores empregam palavras, o fotógrafo utiliza seu visor, ambos procurando um equilíbrio entre reprodução e construção. Os fotógrafos podem utilizar, além do visor, outros recursos para dar sentido a sua narrativa: organizar as suas fotografias, arranjando-as em sequências, compondo-as em certos sentidos, acompanhando-as com títulos, textos e legendas para expressar um sentido particular.

Existe também uma relação ambígua entre fotografia e memória, como muito bem argumentou Boris Kossoy,<sup>168</sup> a fotografia pode ser uma perpetuação da memória coletiva ou individual, mas sempre é construída com base na ideologia do autor e só pode ser revelada pela interpretação do processo da criação dessa segunda realidade.

Deslocando o foco de atenção da produção da imagem para o da recepção, o historiador inglês Raphael Samuel<sup>169</sup> revelou a existência de uma espécie de escopofilia, termo retirado de Freud, que significaria o desejo de ver. Esse prazer de olhar estaria próximo do *voyeurismo* e poderia relacionar-se a desejos de um narcisismo primário e de identificação. Ainda segundo esse autor, essa linha de indagação nos levaria a entender a relação estabelecida com um passado que nunca existiu, mas que gostaríamos que tivesse existido, criando esse *pathos*, que as fotos antigas têm o poder de causar no observador. Philippe Dubois,<sup>170</sup> por sua vez, comparou a fotografia e a câmara fotográfica como uma máquina de memória, assim como Walter Benjamin<sup>171</sup> afirmou que a fotografia permitia atingir um “inconsciente ótico”.

Vejamos algumas questões teóricas metodológicas do uso da fotografia. Aqui podemos usar a divisão que Philippes Dubois utiliza em seu livro *O Ato Fotográfico*,<sup>172</sup> embora não compartilhe com todas as suas conclusões. Parafrasando Dubois, existem três abordagens sobre a questão do realismo na fotografia. A primeira que acredita que a imagem fotográfica é um espelho do real, ou seja, estabelece uma relação de reprodução

---

<sup>168</sup> KOSSOY, Boris. *História & Fotografia*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001; e \_\_\_\_\_. *Realidade e ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

<sup>169</sup> SAMUEL, Raphael. *Theatres of memory – Vol. 1: Past and present in contemporary culture*. London: Verso, 1994.

<sup>170</sup> SAMUEL, Raphael. “Palimpsestos: a fotografia como aparelho psíquico (princípio de distância e arte da memória)”. In.: DUBOIS, Phillippe. *O ato fotográfico*. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

<sup>171</sup> A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica, In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

<sup>172</sup> Veja DUBOIS, Philippe. “Da verossimilhança ao índice: pequena retrospectiva histórica sobre a questão do realismo na fotografia” in: *O ato fotográfico*. Campinas: Papyrus, 1994, pp. 23-56.

mimética e de verossimilhança com o real. Nessa categoria poderíamos citar autores como Charles Baudelaire, Hippolyte Taine e Andre Bazin.<sup>173</sup> Uma segunda abordagem vinculada a semiótica que define a fotografia como traço do real. Aqui podemos destacar Charles Peirce.<sup>174</sup> Este trabalha com três conceitos: ícone (definido como representação por semelhança), símbolo (como representação por convenção) e índice (como representação por ordem de contigüidade física). Neste último, todo seu valor é determinado unicamente pelo seu referente. Segundo Dubois, Peirce considera que a fotografia é indicial, portanto mantém um princípio quádruplo: conexão física, ou seja, uma relação de impressão; de singularidade que se remete sempre a um único referente; de designação, que a partir do anterior decorre a designação; e, por fim, atestação, aquilo que atesta a existência, mas não o sentido.<sup>175</sup>

Por fim, existem aqueles que consideram a fotografia como transformação do real, dentre os quais, eu me incluo. Ela estabelecerá uma formação arbitrária, cultural e ideológica do real. Entre os autores que se enquadram dentro desta perspectiva, poderíamos citar Rudolf Arnheim com seu livro sobre as teorias da percepção visual.<sup>176</sup> Nele, o autor afirma que a imagem fotográfica será determinada por ângulo, distância, enquadramento, redução da tridimensionalidade característica do mundo real para uma bidimensionalidade, variações cromáticas e processo de isolamento de um ponto preciso do espaço tempo.

Outro autor que trabalha com a fotografia nesta linha foi Pierre Bourdieu. Para ele, a fotografia é um sistema convencional e retém apenas algumas características dos objetos retratados, apenas as qualidades visuais. A fotografia, enfim, reduz os tamanhos, transfere os objetos tridimensionais para o plano bidimensional segundo as leis da perspectiva, ou melhor dizendo, de uma perspectiva. Segundo Bourdieu, “se a fotografia é considerada um registro perfeitamente realista e objetivo do mundo visível é porque lhe foram designados (desde a origem) usos sociais considerados ‘realistas’ e ‘objetivos’”.<sup>177</sup> Numa perspectiva antropológica, Melville Herskóvits enfatiza que a

---

<sup>173</sup> DUBOIS, Philippe. Op. cit., pp. 34-36.

<sup>174</sup> Para um excelente debate em torno da relação Imagem, História e Semiótica vejam a revista *Anais do Museu paulista – História e Cultura Material*, Nova Série, nº 1, 1993, USP. Nela consta um artigo com este título e comentários de Elias Thomé Saliba, Ciro Flamarion Santana Cardoso, Ulpiano T. Bezerra de Meneses, Eduardo Peñuela Cañizal e Lucrecia D’Alessio Ferrara.

<sup>175</sup> DUBOIS, Philippe. Op. cit., pp. 45-52.

<sup>176</sup> ARNHEIM, Rudolf. *Arte e percepção visual*. São Paulo: Pioneira, 1991.

<sup>177</sup> BOURDIEU, Pierre. “La definition sociale de la photographie”. In.: BOURDIEU, Pierre et. Al. *Un art moyen: essai sur les usages sociaux de la photographie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1965, p. 108/109.

significação da mensagem fotográfica é determinada culturalmente e, portanto, diferente de uma sociedade para outra.<sup>178</sup>

Um dos primeiros pesquisadores brasileiros na interpretação histórica das fotografias é Boris Kossoy. Segundo ele, para realizar uma pesquisa histórica partindo das fotografias é necessário a realização de duas etapas de pesquisa: análise iconográfica e a interpretação iconológica.

Já Hubert Damisch<sup>179</sup> destaca o caráter ideológico da imagem fotográfica que não faz parte do mundo natural, compreendendo-a como um produto da indústria humana, um artefato feito pelo ser humano e que não pode ser dissociado de sua significação histórica e de seu projeto necessariamente datado. Segundo o autor, para os que destacam a característica indicial ou referencial da fotografia, responde que este índice ou referente não seriam possíveis sem a intervenção direta do homem. Ainda segundo o mesmo autor, a presunção de realidade da fotografia, segundo a qual, a fotografia retém algo da realidade revelada, é uma impostura ontológica e histórica. Enfim, afirma que a convicção de que a máquina fotográfica registra a realidade de uma forma mecânica, automática, surgiu desde seu nascimento. Isto se tornou explícito, pois se convencionou falar em invenção do cinematógrafo e, no caso da fotografia, diz-se a descoberta. Mas os princípios que deram origem a esse aparelho estão ligados a uma noção convencional de espaço e de objetividade elaborada previamente a invenção da fotografia. A “arte” da fotografia é nos fazer crer que a câmara escura é neutra. Mas ela não é inocente, foi guiada por princípios renascentistas.

### **Considerações Finais**

Enfim, procuro e gosto de trabalhar seguindo as propostas que o professor Ulpiano Menezes propõe de uma História Visual.<sup>180</sup> Nessa concepção, falamos de uma

---

<sup>178</sup> HERSKOVITS, Melville J. et all. *The influence of culture on visual perception*. Indianapolis: Bobbs-Merrill Co, [1966].

<sup>179</sup> Para essa discussão veja o ensaio Hubert. Damisch, “Cinq notes pour une phénoménologie de l’image photographique”. In.: *La Dénivelée: à l’épreuve de la photographie*. Paris: Seuil, 2001.

<sup>180</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra de, “Fontes visuais, cultura visual. Balanço provisório, propostas cautelares”. In.: *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Anpuh/Humanitas Publicações, vol. 23, nº 45, 2003, pp. 11-36, veja especialmente as páginas 25-32. Veja também MIRZOEFF, Nicholas, “What is visual culture?” In.: *An introduction to visual culture*. London: Routledge, 1999: 1-33 e ROGOFF, Irit, “Studying visual culture”. In.: MIRZOEFF, Nicholas (ed.) *The visual culture reader*. London: Routledge,

dimensão visual da sociedade assim como existem dimensão social, política, sendo todas elas solidárias entre si. Existe um imbricamento dessas diversas dimensões sem hierarquias ou dimensões pré-determinadas, também sem tendências, pois não há compartimentação. A História Visual trata de um campo operacional, em que se elege um ângulo estratégico de observação da sociedade. Assim, a História Cultural, naturalmente, vai estudar a cultura visual, ou melhor, o regime visual, tomando cuidado para não cair na fragmentação das fontes e temas. Devemos procurar manter a unidade como plataforma de articulação da pesquisa e ter por eixo de desenvolvimento da investigação a problemática histórica. As imagens servem como vetores para a investigação de aspectos da organização, funcionamento e transformação da sociedade. Por fim, não são os documentos nossos objetos de pesquisa, mas a sociedade através de problemas históricos resolvidos por intermédio de fontes visuais.

---

1998: 14-26. Por último uma relação dessa perspectiva com a América Latina veja NOBLE, Andrea, "Notes on the 'New' Visual Culture from the Perspective of the 'New' Latin Americanism". In.: *The New Centennial Review*, 42, 2004, pp. 1-20.

## **Vertentes da História Intelectual**

José Luis Bendicho Beired

Departamento de História - UNESP/Assis

Este texto apresenta um balanço sintético das recentes vertentes da história intelectual. Elaborado durante as discussões promovidas pelos professores que confeccionaram a proposta do Projeto Temático *Cultura e política nas Américas: circulação de idéias e configuração de identidades (séculos XIX e XX)*, nele são delineadas as principais balizas teóricas sobre história intelectual que sustentam o projeto, na expectativa de que elas possam subsidiar as pesquisas dos seus integrantes bem como alimentar os debates dos Seminários Internos.

A história intelectual possui um lugar privilegiado nos três núcleos do projeto<sup>181</sup> em vista da sua importância para a compreensão dos fenômenos políticos e culturais a serem pesquisados. Apoiada na intersecção do político e do social com o cultural, a história intelectual oferece instrumentos para o estudo de duas dimensões do processo histórico enunciadas no próprio título do Projeto Temático, a circulação de ideias e a configuração de identidades.

Na história contemporânea, os debates em torno da definição e construção de identidades tem mobilizado um conjunto variado de personagens tais como escritores, políticos, diplomatas, filósofos e historiadores. As intervenções de tais agentes, produzidas mediante a utilização de inúmeros veículos – jornais, revistas e livros –, repercutiram com intensidade na opinião pública, e frequentemente foram acompanhadas pela manifestação do Estado e dos grupos políticos. No que diz respeito às pesquisas do Projeto Temático, a atuação desses agentes é essencial para a compreensão das identidades americanas e ibéricas em suas diversas dimensões – culturais, políticas e sociais.

Parte-se do pressuposto de que os conflitos políticos, os embates ideológicos e a produção de representações sociais e culturais sempre estiveram entrelaçados à

---

<sup>181</sup> Os seguintes núcleos compõem o Projeto Temático: a) Culturas imperiais e circulação de ideias nas Américas (século XIX); b) Identidades culturais e projetos políticos no mundo americano e ibérico; c) Artistas, intelectuais e identidades na América Latina do século XX.

constituição das identidades de coletivas, independentemente da sua escala numérica ou espacial. Tais processos de configuração das identidades foram presididos pela atuação dos intelectuais, pela instauração de debates, pela circulação e reelaboração das ideias.

A América Latina é uma região em que a participação dos intelectuais vem sendo relevante desde os processos de independência até os dias atuais por uma série de fatores cuja análise ultrapassa os objetivos deste ensaio. Uma hipótese é que a força dos intelectuais na vida pública latino-americana tem sido inversamente proporcional à capacidade de organização de outros agentes sociais. Em termos da sua relação com o ambiente internacional, os intelectuais foram os agentes mais sensíveis e que mais rapidamente reagiram aos acontecimentos políticos e aos processos ideológicos e culturais, fornecendo novas pautas para os debates públicos e para a constituição dos imaginários sociais.<sup>182</sup> Do final da década de 1970 em diante, os fenômenos da chamada história intelectual ganharam novo prestígio, de tal modo que a atenção a eles dispensada pelo Projeto Temático inscreve-se numa tendência de crescente interesse dos cientistas sociais e, em particular, dos historiadores por essa categoria social cuja importância vinha até então sendo subestimada.

Mas, afinal de contas, qual o objeto da história intelectual e quais autores constituem as nossas referências? Na França, autores tais como Jean-François Sirinelli, Pierre Bourdieu, Roger Chartier, Pierre Rosanvallon e Christophe Charle, são alguns dos nomes que contribuíram com novas abordagens e conceitos, acompanhados por historiadores do mundo anglo-saxão tais como Quentin Skinner, J. G. A. Pocock e Robert Darnton. Antes de mais nada, assinala-se a falta de consenso quanto ao próprio objeto da história intelectual. Segundo Robert Darnton, no ensaio “História intelectual e cultural”, a história intelectual não tem nenhuma problemática norteadora e seus praticantes não compartilham nenhum sentimento de possuírem temas, métodos e estratégias conceituais em comum.<sup>183</sup> Enquanto num extremo, os historiadores estudam os sistemas filosóficos, num outro examinam os rituais dos iletrados. Sugere que tais perspectivas, vistas verticalmente de cima para baixo, podem ser reunidas em quatro categorias principais: 1) A história das ideias (entenda-se do pensamento sistemático, a exemplo dos tratados filosóficos); 2) A história intelectual propriamente dita (do

---

<sup>182</sup> RACHUM, Illan. “Intellectuals and the emergence of Latin American Political Right, 1917 – 1936”. In.: *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, no. 54, June, 1993.

<sup>183</sup> DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

pensamento informal, dos climas de opinião e os movimentos literários); 3) A história social das ideias (da ideologia e da difusão das ideias); e 4) A história cultural (da cultura no sentido antropológico, incluindo as concepções de mundo e as mentalidades coletivas dos iletrados).<sup>184</sup>

O ensaio, dedicado a examinar a produção histórica norte-americana à luz da historiografia europeia, indica como a história intelectual, que ocupou um lugar de forte prestígio na academia até a década 1960, foi ultrapassada pela história social nos anos 1970, em termos de volume de produção de artigos, disciplinas acadêmicas e teses de doutorado. O ambiente de contestação dos anos 1960 nos Estados Unidos, em especial dentro das universidades, pôs em questão as tradicionais explicações, métodos e teorias, assim como forçou a abertura em direção a novas linhas de investigação que passaram a privilegiar os “de baixo”, as minorias e as lutas sociais. A história intelectual também se nutriu dessa crise criadora ao incorporar novas perspectivas que permitiram superar, por exemplo, as abordagens que desconsideravam o contexto social, ou aquelas que tomavam a cultura branca e de classe média como nacional e única.<sup>185</sup> Quentin Skinner, J. G. A. Pocock, J. Dunn e Bernard Baylin seriam exemplos dessa renovação, ao fugirem dos anacronismos e privilegiarem a linguagem nos seus contextos de produção.

No âmbito francês, o *Grupo de Investigação sobre a História dos Intelectuais*, dirigido por Nicole Racine e Michel Trebitsch publicou o livro *Pour une histoire comparée des intellectuels*.<sup>186</sup> Num dos artigos, Marie-Christine Granjon sustenta que os anos 80 possibilitaram a inovação na historiografia dos intelectuais, quando, de tradicionais juízes de seu próprio engajamento, passaram a ser considerados como um objeto histórico similar a outros passíveis de serem investigados pelos especialistas das ciências humanas.<sup>187</sup> Desde então, querelas de método têm colocado em campos opostos os herdeiros da sociologia inspirada em Pierre Bourdieu e os adeptos do

---

<sup>184</sup> DARNTON, Robert. op. cit., p. 188.

<sup>185</sup> Id. Ibdid., p. 191.

<sup>186</sup> TREBITSCH, Michel & GRANJON, Marie-Christine (orgs.) *Pour une histoire comparée des intellectuels*, Complexe, 1998.

<sup>187</sup> GRANJON, Marie-Christine. L’histoire des intellectuels: synthèse et perspectives. In.: TREBITSCH, M. & GRANJON, M. C. (Orgs.), op. cit., p. 25.



contextualismo clássico. Se a primeira vertente é serial e quantitativa, a segunda é qualitativa e voltada ao empirismo metodológico.<sup>188</sup>

A primeira perspectiva, sustentada por Bourdieu, contesta a autonomia dos intelectuais em relação ao restante da sociedade. Crítico da visão sartreana de intelectual, Bourdieu considera que essa figura não é em nenhum caso um “criador não-criado” ou um “classificador inclassificável”, mas um ser socialmente determinado em função de sua classe, ocupação, ideologia e posição no campo intelectual. Ao historiador cabe estudar as suas condições de produção e de intervenção no campo em que os intelectuais estão inseridos. Produtores de bens culturais, contribuem para elaborar as representações do mundo, as categorias de percepção e os esquemas de pensamento. Privados de poder econômico e político, eles se servem e se apóiam num capital simbólico que podem pôr a serviço seja dos dominantes, como especialistas, seja dos dominados, enquanto críticos.

Na perspectiva do sociólogo francês, os fenômenos sociais e conseqüentemente aqueles relativos aos intelectuais só podem ser explicados a partir do conceito de campo, pois suas ações e ideias apenas adquirem inteligibilidade na inserção dos atores coletivos e individuais dentro do campo. Quatro princípios regem a existência de um campo: a) a existência de interesses específicos a defender; b) a existência de regras e agentes que as obedeçam; c) a posse de interesses em comum entre todos os membros, nem que seja unicamente a manutenção da existência do próprio campo; d) a estrutura do campo específico – intelectual, jurídico, artístico – é homóloga ao campo social mais amplo, reproduzindo as suas divisões e conflitos. Com base em tais premissas, o intelectual deve ser estudado no âmbito do seu campo de atuação, o qual é concebido como universo social autônomo que funciona segundo suas próprias regras, regulado por estratégias específicas de legitimação e de consagração, e que mantêm uma relação complexa e dinâmica com o campo do poder.<sup>189</sup>

Por sua vez, a segunda vertente considera o intelectual como um sujeito relativamente livre, cujas origens sociais, trajetória, posição numa época, esclarecem as razões do seu engajamento, sem sobredeterminá-lo.<sup>190</sup> Trebitsch inclui nessa vertente

---

<sup>188</sup> TREBITSCH, Michel L’histoire comparée des intellectuels como histoire expérimentale. In.: TREBITSCH, M. & GRANJON, M. C. (Orgs.), op. cit., p. 64.

<sup>189</sup> Um historiador dessa vertente é Christophe Charle, autor de *Naissance des intellectuels (1880-1900)*, Paris, Les Éditions de Minuit. 1990.

<sup>190</sup> GRANJON, Marie-Christine. op. cit., p. 25.

historiadores tais como Michel Winock,<sup>191</sup> Jacques Juillard, Pascal Ory e Jean-François Sirinelli, inscritos não casualmente na mudança de paradigma dos *Annales* que conduziu à renovação da articulação entre o político e o cultural.

A proposta de Jean-François Sirinelli encontra-se sintetizada no capítulo “*Intellectuels*” do livro *Pour une Histoire Politique*, editado na França em 1988, sob a direção de René Rémond. Publicado num livro que, sem pretender, acabou por resultar num manifesto em favor do retorno ao político, tal artigo privilegia a dimensão política da história dos intelectuais. Trata-se de acordo com Sirinelli, menos de uma história a retomar do que uma história nascente em busca de novas problemáticas, caminhos de investigação e instrumentos específicos que se situa no cruzamento da história política, social e cultural.<sup>192</sup> Sirinelli assinala duas acepções de intelectual, frequentemente entrelaçadas, ambas presentes na famosa petição *J'accuse!*, publicada em 1898, no diário *L' Aurore littéraire, artistique, sociale* em defesa do capitão Alfred Dreyfus: a) uma ampla e social, referida à atividade profissional, englobando os criadores e os mediadores culturais; b) e outra mais estreita, fundada na noção de engajamento.

A história dos intelectuais passa pela exegese dos textos e, particularmente, dos textos impressos, primeiro suporte dos fatos de opinião, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham um papel decisivo; por outro lado, a sua história social exige a análise sistemática de elementos dispersos, com finalidades prosopográficas,<sup>193</sup> podendo-se assim reconstruir o que ele define como redes de sociabilidade. Tais redes – também chamadas estruturas de sociabilidade – constituem uma ferramenta explicativa para compreender a organização e a dinâmica do campo intelectual com suas amizades e inimizades, vínculos e tomadas de posição. Assinala ainda a relevância do estudo das revistas, salões e manifestos para a análise dessas redes, ao que se deve articular os conceitos de circulação, de reelaboração ideológica e de geração para compreender as filiações e as rupturas no espaço intelectual. Uma questão das mais interessantes é sua indagação sobre porque certas ideologias se aclimatam ao meio intelectual, prendem vigor em certas circunstâncias e se enfraquecem em outros momentos.<sup>194</sup>

---

<sup>191</sup> Michel Winock. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

<sup>192</sup> SIRINELLI, Jean-François. “Les intellectuels”. In.: RÉMOND, René (Dir). *Pour une histoire politique*. Paris: Seuil, 1988, p. 201; *Intellectuels et passions françaises. Manifestes et pétitions au XXème siècle*. Paris: Gallimard, 1990.

<sup>193</sup> Idi. *Ibidi.*, p. 245.

<sup>194</sup> RÉMOND, René. *Op. Cit.*, p. 227.

Por último, propõe uma história da circulação das representações em três níveis da realidade social - idéias e ideologias, culturas políticas e mentalidades coletivas - para elucidar a relação entre as ideias produzidas e veiculadas pelos intelectuais e as representações políticas de sua época. Enquanto o primeiro nível, das ideologias, diz respeito às lutas ideológicas que perpassam o campo intelectual; o segundo nível, da cultura política, refere-se às forças políticas e à opinião pública organizada; e o terceiro nível às representações não organizadas e socialmente difusas.

Roger Chartier constitui outra importante referência para a história intelectual, por ele tomada como sinônimo de história cultural.<sup>195</sup> Seu programa baseia-se na crítica aos limites da história das mentalidades para a compreensão da dimensão simbólica na história. Segundo o autor, essa abordagem configurou-se como história serial, quantitativa, de modo a apreender as representações coletivas, o inconsciente dos agentes, dentro de uma tradição de pensamento que remonta a Durkheim. Para as mentalidades o problema não era relacionar as ideias a um grupo social, como no marxismo, mas buscar a *função* das ideias no interior dos sistemas ideológicos. Em vista disso, Chartier aponta como limites dessa vertente a desconsideração do papel do sujeito e da sua relação com os objetos culturais. Como alternativa, defende o tratamento qualitativo das fontes, em lugar dos métodos quantitativos e seriais.<sup>196</sup> Ademais, propõe um programa crítico tanto da oposição entre a alta cultura e a cultura popular - que estariam unidas por fenômenos de circulação e de apropriação - quanto entre criação e consumo, produção e recepção, sustentando que o sentido da obra também é construído por meio das suas interpretações. Dessa forma, o texto não mantém uma relação transparente com a realidade que lhe é externa. Antes expressa a historicidade de uma representação que não pode ser separada de suas condições de produção: ou seja, tanto o contexto mais imediato quanto o mais amplo, assim como a intencionalidade da sua escrita.

O conceito de *apropriação* é fundamental para a história intelectual ao objetivar: “uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (sociais, institucionais e culturais) e inscritas nas práticas sociais em que são produzidas”.<sup>197</sup> Dessa forma, o autor investe contra as formas tradicionais e descarnadas de história intelectual e propõe o estudo concreto dos agentes, das

---

<sup>195</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas representações*. Lisboa: Difel, 1990, p. 63.

<sup>196</sup> *Idi. Ibidi.*, p. 13-28.

<sup>197</sup> CHARTIER, Roger. *Op. cit.*, p. 26.

condições e dos processos relativos à produção de sentido. Somando tal conceito ao de *representação* (conceito mais determinado que o de mentalidade) e de *prática*, temos os três pilares do programa de Chartier. Em síntese, o historiador deve investigar a produção intelectual na sua relação com as outras produções culturais que lhe são contemporâneas, e, ao mesmo tempo, nas suas relações com os referentes situados em outras esferas da totalidade social (sócio-econômica ou política).<sup>198</sup>

Ao lado de Quentin Skinner, J. G. A. Pocock é um dos autores mais importantes da história das ideias políticas na Inglaterra. Ambos desenvolveram abordagens que buscam fugir do anacronismo mediante o estudo rigoroso do contexto de elaboração dos vocabulários políticos: trata-se de situar os “textos” no seu campo específico de ação ou de atividade intelectual, levando em consideração quem os maneja e com quais objetivos. São historiadores do discurso político que privilegiam os grandes autores tais como Hobbes, Maquiavel, Burke ou, ainda, os debates políticos que fundamentaram o império britânico. Pocock estabelece uma divisão da linguagem política em dois níveis: *língua (langue)* e *fala (parole)*, com o objetivo de compreender como ambos interagem ao longo do tempo. A *língua* corresponde ao contexto linguístico estabelecido sobre o qual atuam as *falas* dos sujeitos. Por meio dos *atos de fala (speech acts)* o sujeito se apropria da *língua*, seja para reafirmá-la ou então para inová-la mediante a reelaboração dos conceitos do discurso. Quando a reelaboração é bem sucedida, a *fala* incorpora-se ao próprio contexto linguístico, ou seja, à *língua*. Pocock chama a atenção para o caráter performático da linguagem, isto é, o fato de que ao se falar, escrever ou editar, visa-se não apenas expressar algo, mas discutir, interpelar e responder a outras falas. Nesse sentido, segundo Pocock, o historiador precisa “de meios para compreender como um ato de fala é efetuado num determinado contexto linguístico e, em particular, como atua e inova sobre ele.”<sup>199</sup> Portanto, a dinâmica da interação entre os atos de fala e o discurso estabelecido constitui o cerne, o objeto dessa história do pensamento político. Um exemplo próximo dessa perspectiva é o livro de Bernard Baylin, *As origens ideológicas da Revolução Americana*, que, ao analisar o discurso veiculado nos milhares de panfletos produzidos nas Treze Colônias, busca explicar o questionamento

---

<sup>198</sup> Idi. Ibidi., p. 64.

<sup>199</sup> POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003, p. 39.

ao colonialismo britânico e a formulação dos conceitos e teorias que fundamentaram a independência dos Estados Unidos.<sup>200</sup>

Como situar a proposta do grupo temático em relação às perspectivas aqui citadas? Considera-se que a perspectiva sociológica de Bourdieu se distancia da abordagem do historiador, que deve evitar as teorias pré-determinadas do pensamento e dos comportamentos dos atores. Ainda que os seus conceitos sejam realmente fecundos, a exemplo de campo intelectual – bem como a necessidade de considerar o lugar social dos agentes e as estratégias que estão por trás das suas tomadas de posição –, consideramos que eles podem ser mobilizados pelo historiador sem que este seja obrigado a aceitar todas suas premissas originais.

As perspectivas de Skinner e em menor medida de Pocock, voltadas para história das ideias, privilegiam a dimensão discursiva dos textos políticos, ao mesmo tempo em que deixam em segundo plano as práticas sociais e culturais. Por sua vez, a teoria da interação entre os atos de fala e o contexto linguístico não deixa de ser em alguma medida o equivalente no plano da linguagem ao fenômeno de circulação e apropriação trabalhado não só por Chartier, mas também por Sirinelli. Nesse sentido, embora entendamos que as perspectivas abertas por Sirinelli e Chartier sejam as mais afinadas com a investigação dos objetos do Projeto Temático, reconhecemos a relevância das questões levantadas por Skinner e Pocock para a compreensão da dinâmica da história não só das ideias políticas, mas também de outras modalidades de representação.

### **Comparação e Linguistic Turn**

Vale complementar estas reflexões sobre a história intelectual com a discussão de mais dois tópicos, um relativo à questão do método comparativo e outra sobre o lugar da chamada *linguistic turn* nas ciências históricas.

Iniciemos pela comparação. Esta tem sido uma abordagem frequentemente elogiada, embora pouco praticada pelos historiadores. Consideramos de que a comparação dos fenômenos políticos e culturais, incluindo a história intelectual, consiste num método fecundo para avançar na reflexão de questões tais como as

---

<sup>200</sup> BAYLIN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. Bauru: Edusc, 2003. A primeira edição em inglês é de 1967.

dimensões identitárias da história americana e ibérica. O método comparativo é pertinente para as pesquisas do Projeto Temático pois, se de um lado serão estudados fenômenos específicos no âmbito nacional, também pretende-se comparar aspectos da história latino-americana em relação à história europeia, assim como fenômenos entre os diversos países da América Latina.

Como assinalado anteriormente, Nicole Racine e Michel Trebitsch publicaram a coletânea *Pour une histoire comparée des intellectuels*,<sup>201</sup> para divulgar os resultados das pesquisas do Grupo de Investigação sobre a História dos Intelectuais, que funciona no interior do Instituto de História do Tempo Presente. Os trabalhos do livro evidenciam como a questão da comparação tem sido debatida no âmbito da história intelectual francesa. Christophe Charle entende que toda história cultural, para ultrapassar a mera descrição, não pode ser outra coisa senão comparativa, sobretudo na época contemporânea, pois toda cultura se pensa por convergência ou diferença com as outras culturas.<sup>202</sup> Entretanto, Michel Trebitsch considera aparentemente paradoxal que nesse tipo de empreendimento, ao mesmo tempo teórico e metodológico, não tenha sido estabelecido um método comparativo passível de ser estendido às inúmeras situações históricas. O motivo é que toda experiência comparativa sempre se encontra diante de uma série de escolhas que orientam ou delimitam, tanto o fenômeno observado, quanto sua escala ou níveis de análise.<sup>203</sup> Ou seja, a única saída é que cada historiador elabore o método mais adequado ao seu objeto de investigação.

Recentemente, o ímpeto da globalização tem despertado a sensibilidade e o interesse dos historiadores e cientistas sociais para as dinâmicas internacionais dos processos históricos em suas várias dimensões, conduzindo à formulação de novos padrões explicativos. Nessa direção, autores como Michel Espagne tem assinalado os limites inerentes à adoção do ponto de vista nacional pelos estudos comparativos. Como ir além? Espagne sugere a utilização do conceito de “*transferts culturels*” como instrumento para a apreensão de processos dinâmicos de circulação, apropriação e reelaboração cultural que extrapolam os quadros nacionais.<sup>204</sup> O objeto de pesquisa

---

<sup>201</sup> TREBITSCH, M. & GRANJON, M. C. (Orgs.), op. cit.

<sup>202</sup> CHARLE, Christophe, “L’ histoire comparée des intellectuels en Europe. Quelques points de méthode et propositions de recherche” in TREBITSCH, Michel & GRANJON, Marie-Christine (orgs.). op. cit., p. 56.

<sup>203</sup> TREBITSCH, Michel, “L’ Histoire comparée des intellectuels comme histoire expérimentale”, in TREBITSCH, Michel & GRANJON, Marie-Christine (orgs.). op. cit., p. 69.

<sup>204</sup> ESPAGNE, Michel. *Les transferts culturels franco-allemands*. Paris: PUF, 1999.

deve ser construído de modo a permitir a manifestação dos pontos de contato reais e não meramente formais entre duas sociedades distintas.

Tais preocupações também tem permeado as análises de historiadores do período moderno, a exemplo do francês Serge Gruzinsky e do indiano Sanjay Subrahmanyam,<sup>205</sup> os quais têm proposto o estudo das conexões históricas entre diferentes regiões do planeta como uma forma de ampliar a perspectiva nacional dominante na historiografia. Formulada por Sanjay Subrahmanyam, a concepção das *connected histories* visa questionar a visão tradicional da historiografia europeia sobre o mundo asiático. Esse historiador critica as explicações que supõem a existência de um pólo determinante e outro subordinado, segundo o qual a história da Eurásia moderna seria um mero subproduto da história europeia. No lugar disso propõe um visão mais complexa em que “centro” e “periferia” condicionam-se mutuamente. Trata-se de uma perspectiva instigante para pensar as relações da América Latina com outras partes do mundo de um modo dinâmico que converge com a crítica já estabelecida aos velhos dualismos. No entanto, em que pese a pretensão destes autores em superar os limites da história comparada, considera-se aqui que no fundo não existe contradição desta com a ênfase nas conexões, mas antes complementaridade entre ambas as abordagens em vista da crítica comum ao eurocentrismo, ao dualismo e ao ponto de vista estritamente nacional.

Por fim, cumpre indagar as relações entre a história intelectual e o que nos últimos anos tem sido chamado de *linguistic turn* ou “giro linguístico” para definir uma guinada teórica das abordagens históricas. Antes de mais nada, a questão do giro linguístico merece uma reflexão exatamente porque constitui uma tendência que surgiu inicialmente no ambiente da história intelectual antes de estender-se a outras esferas do conhecimento histórico. O primeiro autor a utilizar a expressão foi o norte-americano Martin Jay num seminário realizado na Universidade de Cornell, em 1980. O trabalho, intitulado “*Should intellectual history take a L. T?*”, foi publicado como capítulo do livro *Moder European Intellectual History*, obra coletiva, dirigida por Dominique LaCapra e Steve Kaplan, que pretendeu ser um manifesto em defesa de uma abordagem

---

<sup>205</sup> GRUZINSKI, Serge. “Les mondes mêlés de la Monarchie catholique et autres ‘connected histories’”. In.: *Annales, Histoire, Sciences Sociales*. Paris, janvier – février 2001; SUBRAHMANYAM, Sanjay. “Connected histories: notes towards a reconfiguration of early modern Eurasia”. In.: LIEBERMAN, Victor (Ed.). *Beyond binary histories. Re-imagining Eursia to c. 1830*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1999.

histórica centrada na análise do discurso.<sup>206</sup> O livro, que reuniu os trabalhos apresentados no seminário, além dos editores, contava com autores tais como Hayden White, Roger Cartier, Hans Kellner, Mark Post e Keith Baker, entre outros.

O historiador francês Gerard Noiriel analisou as características dessa corrente teórica no livro *Sur la crise de l'histoire*, com vistas a examinar a sua relação com e o impacto na historiografia francesa.<sup>207</sup> Para o autor, o seminário de 1980 constituiu uma resposta a um colóquio anterior, realizado em Wisconsin em 1977, sobre Racine, no qual a tradicional história das ideias praticadas nos Estados Unidos foi posta em questão pelos defensores da História Social, num contexto de avanço dessa abordagem quer sob o viés dos *Annales* quer sob o viés marxista. Dessa forma, tanto o seminário da Universidade de Cornell quanto o livro que reuniu os trabalhos dos participantes representaram um protesto contra o “imperialismo da história social” em favor da história Intelectual. Se fosse só isso talvez passasse despercebido. Mas, a novidade residia na crítica radical dos métodos e pressupostos dos historiadores ditos convencionais, acusados de positivismo e ingenuidade, em nome de uma nova abordagem teórica cujas referências eram os filósofos e os teóricos do discurso franceses - Foucault, Derrida, Lyotard, Barthes, Gadamer - identificados com o pós-estruturalismo, o pós-modernismo e a hermenêutica.

De acordo com a crítica de Noiriel, a nova proposta constituía um imperialismo às avessas em favor da prevalência do discurso na análise do processo histórico: uma vez que o discurso era definido como fundador da realidade, e esta não poderia existir externamente à linguagem, só restava ao historiador voltar-se ao estudo dos discursos e dos textos. Para o historiador francês, a organização dessa nova plataforma teórica deve ser encarada como estratégia de obtenção de visibilidade e de afirmação desse grupo de historiadores no seio da comunidade acadêmica norte-americana, uma vez que eles eram especialistas em História Europeia, e portanto marginais no campo da história intelectual dos Estados Unidos. Em segundo lugar, Noiriel assinala o uso recorrente de expressões pelos membros da *linguistic turn* que visavam chamar a atenção do público ao remeterem a qualidades valorizadas pelo ambiente acadêmico, a exemplo de inteligência e inovação, manifestas em termos tais como *rethinking*, *meaning*, *intellectual*, *new*, *after*, *post*, *beyond*, entre outros. Por outro lado, adverte que autores

---

<sup>206</sup> LACAPRA, Dominique & KAPLAN, Steve. *Moder European Intellectual History*. Ithaca. Cornell University. Press, 1982.

<sup>207</sup> NOIRIEL, Gérard. *Sur la crise de l'histoire*. Paris: Gallimard, 2005.



não filiados a essa corrente, como Roger Chartier, a ela foram associados de maneira indevida como forma de angariar prestígio.

O outro foco da crítica de Noiriél é centrado nas debilidades teóricas da *linguistic turn*. Em primeiro lugar, repudia a dissolução das fronteiras que separam a História de outras disciplinas, a exemplo de Hayden White que identifica o discurso histórico a outros tipos de discurso como por exemplo, o literário. Em segundo lugar, considera que a obsessão pela busca de uma nova abordagem teórica por meio da aproximação à filosofia, especialmente pós-estruturalista, cria problemas insolúveis para a construção do conhecimento histórico; não menos problemática é a leitura superficial da filosofia realizada pelos historiadores, exemplificada na tomada da expressão *linguistic turn*. Essa expressão apareceu pela primeira vez num livro do jovem Richard Rorty, filósofo que posteriormente reviu criticamente as teses ali sustentadas.<sup>208</sup> A consequência primeira e determinante da opção teórica feita pelos adeptos do giro linguístico é tornar o conhecimento histórico refém dos impasses insolúveis da filosofia em torno do problema da relação entre realidade e representação. Desse modo, nenhuma verdade poderia ser extraída da interpretação textual das fontes, pois ao radicalizar a tese de que cada leitor constrói a sua própria interpretação, nem os historiadores poderiam chegar a uma “estabilização do sentido”, isto é, um consenso relativo sobre algo que lhes é exterior.

Noiriél arremata sua crítica afirmando que as pretensões do imperialismo linguístico não conseguiram transformar-se numa prática coletiva, limitando-se a produzir mais artigos-manifestos do que grandes obras ou uma sólida corrente historiográfica. Em suma, a reflexão desse historiador evidencia o grande desacordo existente entre a citada corrente anglo-saxônica e a historiografia francesa, esta fortemente ancorada numa tradição que privilegia a unidade e a autonomia do campo historiográfico em relação a outros domínios do conhecimento. Em defesa de uma perspectiva pragmática que remonta a Marc Bloch, afirma que os atributos da disciplina histórica encontram o seu cerne essencial no *métier d'historien*, e não nas discussões teóricas sobre o objeto do conhecimento histórico. Ou seja, a História se particulariza pelo desenvolvimento de procedimentos de trabalho, linguagens e critérios de julgamento compartilhados pela comunidade de historiadores.

---

<sup>208</sup> RORTY, Richard. *The linguistic turn. Recent essays in philosophical method*. Chicago: The Chicago University Press, 1967. Cf. NOIRIEL, R. op. cit., p. 170 – 172.

Embora o estudo de Noiriél ultrapasse o campo da história intelectual, ela é pertinente para este balanço, pois permite situar as perspectivas anteriormente discutidas. Nesse sentido, considera-se que os autores que constituem as referências do Projeto Temático, apesar de lidarem com a história intelectual, não se filiam à *linguistic turn* na medida em que eles não se restringem à análise do discurso, não propõem a dissolução das fronteiras entre os campos de conhecimento e nem buscam na filosofia as soluções para os problemas da disciplina histórica.

## **Reconfigurações identitárias, meios de comunicação de massa e cultura jovem na América Latina na segunda metade do século XX.**

Tânia da Costa Garcia

Departamento de História - UNESP/Franca

Esta apresentação pretende abordar as reconfigurações das identidades nacionais, na América Latina, a partir da análise dos usos e apropriações da denominada cultura popular por diferentes setores sociais e de sua veiculação pelos meios de comunicação de massa. Particularmente, sobre o conceito de identidade, teço apenas alguns comentários introdutórios, considerando que foi tema do último seminário realizado por este grupo de pesquisa.

A ideia de nação está tão imbricada à modernidade que a impressão que se tem com relação a esse sentimento é de que tal identificação precede a própria história. Isto é, a história da nação, no caso dos países do continente americano, é narrada desde sua “origem”, qual seja o descobrimento, passando pelo processo de colonização até a conquista da independência, como um devir conhecido. A história da nação transforma-se, assim, na história contra seus opressores.

Entretanto, é somente a partir desta autonomia política, conquistada através de acordos e/ou rupturas, que se coloca a necessidade de dar sentido a tal unidade. Desde então, são identificados laços comuns entre aqueles que habitam o mesmo território. Tal construção integra o imaginário, lugar habitado pelas paixões e desejos humanos, que por sua vez compõe o real. Através de laços identitários, pré-existentes e/ou inventados (imaginados) – conjunto de valores, símbolos, lembranças e mitos disponíveis – define-se a identidade nacional.<sup>209</sup>

Tais prefigurações fundadoras de um nacional, fundamentadas no social e no político, foram e são constantemente reinterpretadas pelas sucessivas gerações. Em cada época, utiliza-se dos suportes disponíveis para a produção, difusão e fixação de um

---

<sup>209</sup> SMITH, Anthony, “Comemorando a los muertos, inspirando a los vivos. Mapas recuerdos y moralejas en la recreación de las identidades nacionales”. In *Revista Mexicana de Sociología*. vol. 60, no.1, 1998, p. 61-80.

universo simbólico comum. No século XX, para a produção e reprodução das identidades nacionais – diferentemente do século XIX em que predominou o uso da imprensa escrita e, portanto, da cultura letrada – fez-se largo uso do rádio, do fonograma, do cinema e da televisão, a fim de promover um conjunto de imagens e símbolos capazes de integrar a nação. Na América Latina, o papel de tais veículos foi demasiadamente importante, uma vez que a escrita, mesmo quando iniciado o século XX, era ainda de domínio restrito. Como bem observa Martin-Barbero, diferentemente da trajetória europeia, praticamente saltamos da cultural oral para a midiática, sem assentarmos lastro na cultura escrita, que, entre nós, desenvolveu-se paralela e concorrencialmente àquela propagada pelos meios de comunicação de massa<sup>210</sup>.

Assim, exercer algum tipo de influência e controle sobre os meios de comunicação e seus conteúdos passou a ser de fundamental importância para o Estado-nação, frente às novas demandas sociais. No subcontinente, o desenvolvimento dos meios de comunicação na sua primeira fase coincidiu com a intensificação da migração do campo para a cidade entre os anos 20 e 30, com a chegada de levas de imigrantes em decorrência das crises econômicas da Europa do pós guerra e com o desenvolvimento da industrialização, resultando numa configuração social mais complexa do espaço urbano, o que exigiu uma nova organização política, sustentada em novos laços de solidariedade. Carecia-se de uma reconfiguração do simbólico nacional capaz de integrar estes novos atores sociais à nação.

### **O nacional, o popular e o massivo**

Esse processo de construção e reconstrução das identidades nacionais resultou, desde então, em diferentes apropriações da denominada cultura popular.

A relação entre identidade nacional e cultura popular teve seu começo com os estudos folclóricos surgidos na Europa do século XIX, animados pela necessidade de constituição de uma identidade para a nação. Em busca da “essência do povo”, os folcloristas nomearam o mundo campesino como depositário de um passado comum capaz de representar o espírito nacional, em detrimento do universo urbano degradado,

---

<sup>210</sup> MARTIN-BARBERO, J. *Dos meios as mediações*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997.

corrompido, visto como ameaça a esta unidade. O que interessava era o “passado em vias de extinção”.<sup>211</sup> Apesar das polêmicas internas entre os folcloristas, foi, basicamente, esta concepção de folclore que alcançou o século XX, norteando os debates em torno dos critérios para se definir a cultura nacional.

Nas primeiras décadas do século passado, ao se promover a integração das manifestações culturais dos *de baixo* ao universo simbólico da nação, procedeu-se não só uma seleção – incluindo ou excluindo, no plano do simbólico, determinados grupos e ideologias do poder – como também uma re-apropriação destes elementos, atribuindo-lhes novos significados e descartando outros. Esse foi o caso, por exemplo, da música culta nacional inspirada nos motivos populares.

O popular tornou-se também uma denominação para diferenciar a cultura produzida de forma espontânea no meio urbano, daquela letrada, de origem iluminista institucionalizada como a “verdadeira cultura”.<sup>212</sup>

Contudo, apesar do reconhecimento ou não desse universo pelos grupos que associavam o nacional à “alta cultura”, os meios de comunicação, associados à liberdade de consumo inerente às sociedades capitalista, forjaram uma realidade paralela em congruência com as transformações sociais do período. O popular urbano, endossado pelos interesses de mercado, via meios de comunicação, passava a integrar o jogo político.

Reconhecendo o poder persuasivo dos meios, as ditaduras populistas não demoraram em se apropriar destes instrumentos como forma de cooptação e de coerção – desde a propaganda política ao aliciamento de intelectuais e artistas, até a censura e a perseguição sistemática – a fim de adequar e disciplinar os elementos oriundos deste universo à ideologia de Estado. As reações foram as mais diversas, desencadeando negociações entre o poder e a sociedade. Esta perspectiva predominou em diferentes países da América Latina, entre os anos 30 e 40, elegendo o popular como lugar de luta e de conflito.

Como bem analisa Stuart Hall, “não existe uma cultura popular íntegra e autônoma situada fora das relações de poder e de dominação cultural”.<sup>213</sup> Seu “princípio

---

<sup>211</sup> ORTIZ, R. *Românticos e Folcloristas: cultura popular*. São Paulo. Ed. Olho d'água, 1993. p. 23-38.

<sup>212</sup> HALL, S. *Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte, Ed. da UFMG/Brasília, Representação da UNESCO no Brasil, 2003. p. 248.

estruturador não consiste dos conteúdos de cada categoria – os quais insisto, se alteram de uma época para outra”.<sup>214</sup>

Entretanto, em regra, a relação entre identidade nacional e cultura de massa é estudada a partir do domínio, exercido pelo Estado, sobre os meios de comunicação, tendo em vista o controle das mensagens veiculadas, paralelamente à difusão de um discurso uniforme e centralizador via propaganda. Respalgadas pelas análises da escola de Frankfurt, supervaloriza-se o êxito dos meios de comunicação em impor o discurso emanado do poder como único válido para toda a sociedade.

O uso totalitário que se fez das tecnologias de comunicação durante o Terceiro Reich, certamente tiveram grande efeito sobre o trabalho destes estudiosos alemães, cujos primeiros escritos publicados datam de 1947.

A cultura de massa – em diálogo com as proposições sustentadas pelos frankfurtianos – é também percebida como um lugar dominado pelas regras do mercado, “sujeita pela lógica do número e da semelhança sobre o particular”. Este tipo de abordagem tão pouco reconhece a cultura massiva como uma possibilidade de abertura democratizadora, evidenciando somente sua capacidade de produzir a massificação da cultura através da manipulação e da suspensão da reflexão crítica.

Desenvolvendo o conceito de indústria cultural afirma Adorno:

“A indústria cultural é a integração deliberada, a partir do alto, de seus consumidores. Ela força a união dos domínios separados há milênios, da arte superior e da arte inferior. Com prejuízo para ambos. A arte superior se vê frustrada de sua seriedade pela especulação sobre o efeito; e a inferior perde, através de sua domesticação civilizadora, o elemento de natureza resistente e rude, que lhe era inerente enquanto o controle social não era total. (...). O consumidor, não é o rei, como a indústria cultural gostaria de fazer crer, ele não é o sujeito desta indústria e sim seu objeto”.<sup>215</sup>

Outro teórico da escola de Frankfurt, com um olhar menos preconceituoso para a cultura de massa, é Walter Benjamin. Umberto Eco, em seu livro *Apocalípticos e Integrados*, estabelece uma diferença entre aqueles teóricos que surgem da leitura *sobre*

---

<sup>213</sup> Idi. *Ibidi.*, p. 254.

<sup>214</sup> HALL, S. *Idi. Ibid.*, p. 257.

<sup>215</sup> COHN, G. (org.) *Theodor Adorno*. São Paulo. Ed. Ática, 1986, p. 93.

a cultura de massa, aos que denomina *apocalípticos*, e os que leem textos *da* cultura de massa, os *integrados*. Atribui aos apocalípticos a responsabilidade pela reprodução de “conceitos fetiches” como o de indústria cultural que, na sua opinião, não facilita a discussão senão que a impossibilita.”<sup>216</sup> Benjamin estaria entre os integrados.

Para esse autor, as transformações técnicas produzem uma modificação tanto da percepção como da recepção. Isto é, os meios de comunicação são concebidos como um suporte para a expressão e difusão da cultura nas sociedades modernas, e terminando por formatá-la e ser formatado por ela, atribui um novo sentido aos seus objetos. Para Benjamin, ao contrário de Adorno, a perda da aura não constitui um problema:

“Na época da reprodução técnica, (...) a técnica reprodutiva desvincula o reproduzido do âmbito da tradição.” Isto é, a reprodução técnica libera a arte da categoria da autenticidade. “E confere atualidade ao reproduzido, ao permitir sair, desde sua situação respectiva, ao encontro de cada destinatário”.<sup>217</sup>

Concordo com Zubieta, em seu livro *Cultura popular e cultura de massa: conceitos recorridos e polémicas*, quando afirma que

“A diferença fundamental entre ambas as posições de Frankfurt está apoiada na eleição do sujeito histórico que suporta essa cultura e essa felicidade. No caso de Adorno e Horkheimer, o sujeito eleito é o sujeito crítico, o sujeito da arte de vanguarda. O rechaço da cultura de massa e de suas operações políticas é a tarefa central do crítico. Enquanto que Benjamin elege o proletariado, o homem histórico que dá corpo a essa nova forma de sujeito, a multidão das grandes metrópoles”.<sup>218</sup>

A acusação de que os meios de comunicação e a cultura de massa constituem uma ideologia a serviço do poder ou dos interesses do mercado, e a defesa da alta cultura como a única capaz de manifestar a complexidade humana, promovendo rupturas através da estética ou de um discurso objetivamente crítico, supostamente autônomo, livre dos ditames do mercado e das instituições, locupletam-se com a defesa

---

<sup>216</sup> ECO, U. *apud* ZUBIETA, M. *Cultura popular y cultura de massa: conceptos recorridos y polémicas*. Buenos Aires, Paidós, 2004. p. 124.

<sup>217</sup> BENJAMIN, W. *apud* ZUBIETA, M. *Ibid.*, p. 121.

<sup>218</sup> ZUBIETA, M. *Ibid.*, p. 123.

da tradição e do autêntico. Isto é, parte-se do pressuposto de que o que é veiculado perde sua legitimidade a favor de uma representação formatada pelos meios. Ignora-se que a cultura de massa possa ser condição da comunicação entre os indivíduos nas sociedades modernas, significando uma nova forma de produção social do sentido.

Não proponho, com essa afirmativa, fazer a defesa ampla e irrestrita dos meios de comunicação e seus conteúdos, alinhando-me aos *integrados*. Mas, sim, pensar nos usos e nas apropriações, que se faz destes suportes e de suas mensagens. O que, necessariamente, exige que se examine caso a caso, discurso a discurso dentro de suas especificidades históricas.

Prefiro, nessa perspectiva, aproximando-me das visões de Martin Barbero e Garcia Canclini sobre o problema, pensar o discurso do poder como hegemônico e não como dominante. Embora se reconheça que um setor da sociedade detenha o controle preferencial sobre os meios de comunicação, permanecem espaços onde os setores subalternos desenvolvem práticas que nem sempre são favoráveis à reprodução do sistema.

### **Sociedade de consumo e cultura jovem**

Tal liberdade de negociação torna-se mais presente na América Latina após a Segunda Grande Guerra. Com o intenso processo de urbanização vivido, desde os anos 50, com a verticalização das cidades e o estabelecimento de uma sociedade de consumo, assiste-se a passagem de uma cultura predominantemente rural para outra de tipo urbano, com a população das cidades tornando-se superior a do campo.

Se nas tradicionais sociedades rurais predominavam “grupos com estilo de vida previamente definidos e manifestos na escolha de roupa, atividade de lazer, padrões alimentares, bens de consumo e comportamentos em relação aos quais as escolhas individuais encontravam-se subordinadas e condicionadas”<sup>219</sup>; nas sociedades urbanas ocorre a ruptura com tais convenções. A diversidade ofertada pelo mercado, conferindo uma profusão de signos à vida moderna, incentiva a experiência do novo, manifestado no exercício da liberdade individual.

Com relação a este livre arbítrio, é preciso levar em conta que

---

<sup>219</sup> BARBOSA, L. *Sociedade de Consumo*. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 2004, p. 20.



“(...) embora a liberdade de escolha seja um valor central nas sociedades contemporâneas ela não flutua em um vácuo cultural. Gênero, classe social, grupo étnico, entre outras variáveis estabelecem alguns parâmetros no interior dos quais a minha escolha e a minha identidade se expressam”.<sup>220</sup>

Barbosa em *Sociedade de Consumo* esclarece que

“Consumir e utilizar elementos da cultura material como elemento de construção e afirmação de identidades, diferenciação e exclusão social são universais. Mais ainda, o apego a bens materiais não é nem uma característica das sociedades contemporâneas, nem daqueles que possuem materialmente muito. Ambos elementos estão e já estiveram presentes de forma intensa em outras sociedades e segmentos sociais. (...) O consumo é central no processo de reprodução social de qualquer sociedade, ou seja: todo e qualquer ato de consumo é essencialmente cultural. As atividades mais tribais e cotidianas, (...) reproduzem e estabelecem mediações entre estruturas de significados e fluxos da vida social através das quais identidades, relações e instituições sociais são formadas, mantidas e mudadas ao longo do tempo”.<sup>221</sup>

Entretanto, com as inovações tecnológicas e a consequente intensificação da produção e circulação de mercadorias, o ato local e mundano de consumir foi se sofisticando, ao ponto de transbordar seu território de origem, promovendo e, em seguida, descaracterizando culturas regionais e nacionais, trazendo para o cotidiano aspectos que, de outra forma, estariam sempre distantes.

O surgimento de uma cultura jovem nos anos 50 estaria, portanto, em sintonia com esta dinâmica que confunde as identidades, ao mesmo tempo em que as supera e reconfigura.

O novo surto de desenvolvimento tecnológico, o progresso urbano, o crescimento das camadas médias e dos trabalhadores, bem como a massificação do consumo, ao promoverem uma tensão entre o tradicional e o moderno, colaboraram também para um conflito geracional. A proposição de um “novo homem” foi

---

<sup>220</sup> BARBOSA, L. op. cit., p. 24.

<sup>221</sup> Idi. Ibidi., p. 12 e 13

protagonizada pelos jovens, categoria até então inexistente. Uma nova forma de estar no mundo e relacionar-se com ele passaria a relativizar o peso da tradição.

Como bem afirma Montesinos, em *La juventud domesticada*, “(...) Somente com a crise econômica das nações ocidentais após a Segunda Guerra nos anos 50, e com o desenvolvimento de um modelo de consumo e a cultura pop nos 60, a juventude começa a aparecer como categoria dissociada e ativa, (...).”<sup>222</sup>

Antes disso, é inconcebível falar, por exemplo, de uma moda jovem. Até esse momento os jovens eram simplesmente adultos, como seus pais.<sup>223</sup> A cultura jovem aparece como uma expressão a mais da individualidade, do desejo de liberdade manifestada em oposição a convenções sociais.

“Com a contracultura, o pop, o underground, o *movimento* ou como queiramos chamar, desenvolveu-se no Ocidente uma linguagem de reivindicação da alteridade, de auto-afirmação dos *outros* da história que não havia sido possível de constituir-se – sobretudo – como uma linguagem de jovens. (...) A cultura juvenil conseguiu por em questão os juízos de valores mais indiscutidos de uma sociedade que necessitou dos jovens – assim como das mulheres, dos gays e dos negros – para perceber sua própria crise”.<sup>224</sup>

A cultura jovem encontra-se, dessa maneira, atrelada a cultura de consumo como forma de construção de sua identidade e difusão de seus valores, a despeito de todos os discursos de oposição à sociedade capitalista, derivados deste movimento controvertido que foi a contracultura.

Inegável também é a exploração constante desta identidade pelo mercado ao apropriar-se do discurso de liberdade, de autonomia e rebeldia, como forma de agregar valor às suas mercadorias, incrementando os signos de distinção. Nesta direção, segue as considerações de autores que concebem a cultura do consumo como a cultura da sociedade pós-moderna, como Jean Baudrillard e Zygmunt Bauman. Para Baudrillard, o consumo manipula signos. “E a superprodução de signos e reprodução de imagens leva a uma perda do significado estável e uma estetização da realidade na qual o pastiche se

---

<sup>222</sup> MONTESINOS, D. *La juventud domesticada*. Madrid. Editorial Popular, 2007. p. 7

<sup>223</sup> HOBBSAWM, E. “Revolução Cultural” In.: *A Era dos extremos. O Breve século XX*. SP. Cia das Letras, 1995.

<sup>224</sup> MONTESINOS, D. op. cit., p. 10.

torna mais real que o real, se torna hiper real.”<sup>225</sup> Bauman, reproduzindo a síntese que Barbosa faz do pensamento deste autor, diz que

“a característica distintiva da sociedade de consumo não é o alto grau de consumo em si, mas a desvinculação deste de qualquer função pragmática ou instrumental. (...) Na sociedade de consumo contemporânea “necessidades” adquiririam uma nova plasticidade, que nos eximem de justificá-las por referência a qualquer critério.”<sup>226</sup>

Este tipo de enfoque, entretanto, concordando com Barbosa, muitas vezes perde de vista “os processos reais de consumo que revelam respostas complexas e diferenciadas por parte de audiências distintas.” E esquecem que “a linha entre persuasão e controle é muito mais difícil de definir na esfera do consumo do que na produção.”

Numa abordagem próxima a de Barbosa, isto é, disposta a avaliar as condições reais, concretas em que se operam as relações de produção, circulação e consumo, sem generalizações e determinismo *a priori*, situam-se os teóricos ligados aos estudos Culturais Ingleses como Raymond Williams, Stuart Hall e E. P. Thompson para citar alguns.

Segundo Raymond Williams em *Television: technology and Cultural Forms*,

“(...) para se compreender os meios de comunicação – sua tecnologia e sua produção - se deve *historicizar*, se deve considerar sua articulação com o conjunto específico de interesses dentro de uma ordem social específica através do tempo. (...)”<sup>227</sup>

Para o autor, “nenhum modo de produção, nenhuma ordem social dominante e, portanto, nenhuma cultura dominante inclui verdadeiramente ou esgota toda a prática humana, toda a energia humana e toda a intenção humana.”<sup>228</sup>

---

<sup>225</sup> BARBOSA, L. op. cit., p. 39

<sup>226</sup> Idi. Ibid., p. 46

<sup>227</sup> WILLIAMS, *apud* ZUBIETA, M. op. cit., p. 146.

<sup>228</sup> Idi. Ibid, p. 149.

Em *Cultura, Mídia e Linguagem*, Stuart Hall afirma que “a produção e a recepção da mensagem televisiva não são idênticas, mas estão relacionadas: são momentos diferenciados dentro das totalidades formadas pelas relações sociais do processo comunicativo como um todo”<sup>229</sup>. Para Hall é possível

“... identificar três hipotéticas posições a partir das quais a decodificação de uma mensagem televisiva pode ser construída: a *posição dominante-hegemônica*, a *posição negociada* e a *posição oposta*. Na realidade a mais usual é a leitura negociada, que concorda com a posição privilegiada da definição dominante dos eventos ao mesmo tempo que se reserva o direito para produzir uma mais negociada aplicação nas condições locais. A posição oposta implica que o leitor mal entende a leitura preferencial, totalizando a mensagem dentro de algum sistema alternativo”<sup>230</sup>.

Em comum estes autores, revendo a teoria marxista, partem do pressuposto de que a superestrutura não é determinada pela estrutura, isto é, a cultura não é simplesmente resultado de um modo de produção, de tecnologias que moldam a sociedade impondo modelos de conduta e comportamentos. Os Estudos Culturais Ingleses entendem que há uma interação dinâmica entre a estrutura e a superestrutura, descartando o domínio de uma sobre a outra. Partem da existência de uma experiência anterior, que reage de forma plural a tais estruturas, e cujos desdobramentos não se podem prever.

Numa concepção aproximada aos Estudos Culturais Ingleses, situam-se autores ligados a História Cultural Francesa como Roger Chartier e Michel de Certeau. A quarta geração de historiadores dos *Annales* entendem a *mentalidade* como um determinante básico da realidade histórica. Como afirmou Chartier,

“a relação assim estabelecida não é de dependência das estruturas mentais quanto às suas determinações materiais. As próprias representações do mundo social são componentes da realidade social. As relações econômicas e sociais não são anteriores às culturais, nem as determinam; elas próprias são campos de prática cultural e produção cultural”<sup>231</sup>.

<sup>229</sup> HALL, *apud* ZUBIETA, M., *Ibid.*, p. 152.

<sup>230</sup> ZUBIETA, M. *Ibid.*, p. 157.

<sup>231</sup> HUNT, L. *A Nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1992, p. 9

O conceito de apropriação em Chartier segue nesta direção. Para o autor a “apropriação visa uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que o produzem.”<sup>232</sup> Analisando a circulação dos textos impressos na sociedade do Antigo Regime, afirma o autor: “os livros não são absolutamente escritos. São produzidos por copistas e outros artesãos, por operários e outros técnicos, pelas máquinas de imprimir e outras máquinas.”<sup>233</sup> E ainda vendidos em diferentes espaços e consumidos por diferentes leitores que deles, em determinadas condições, se apropriam.

Para De Certeau, em *Invenção do cotidiano: artes de fazer 1*,

“... a uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, corresponde outra produção qualificada de consumo, astuciosa e dispersa, esta não se faz notar com produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante”.<sup>234</sup>

E continua:

“A presença e a circulação de uma representação (...) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam. Só então é que se pôde apreciar a diferença ou a semelhança entre a produção da imagem e a produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização”.<sup>235</sup>

Pensando em cultura de massa, o consumidor, ao mesmo tempo o último e o primeiro desta cadeia produtiva, é também agente nesta relação. Ele interage nesse processo e interfere na mensagem veiculada ao apropriar-se desta a partir das especificidades históricas de seu universo.

---

<sup>232</sup> CHARTIER, A *Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 68.

<sup>233</sup> *Ibid.*, p.71.

<sup>234</sup> DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1994, p. 39

<sup>235</sup> DE CERTEAU, M. *op. Cit.*, p. 40.

Assim, ao examinar o comportamento da juventude latino-americana nos 50 e 60, percebe-se que, consciente ou não de seu papel transformador, esta encontrou na cultura de massa, um lugar para sua expressão. Daí ser possível – concebendo o papel ativo do produtor/consumidor neste mercado de bens culturais – relacionar a produção e o consumo cultural dos anos 60 e 70 à cultura jovem e aos meios de comunicação de massa como suporte para o registro e canal de difusão de novas proposições.

No Brasil, os chamados Centros Populares de Cultura da UNE, cuja redação do Manifesto data de 1962, entendiam que o papel do artista deveria ser o de luta contra a alienação. A conscientização, levada ao povo através de uma “arte popular revolucionária”, seria a forma de romper com a dominação e com o subdesenvolvimento. Nesse sentido, a mensagem deveria ser acessível ao público, de preferência próxima ao seu universo simbólico. O ponto de partida era, portanto, a cultura popular, apropriada de forma didático-pedagógica pelos intelectuais e artistas de esquerda. Tal apropriação visava a, por um lado, fazer a crítica de dentro dos valores e comportamentos dos setores populares, desconstruindo crenças e atacando tradições, a fim de promover a desalienação, politizar as massas e trazê-las para a causa da revolução. Se, num primeiro momento, estes artistas jovens se relacionaram com um consumidor imediato, com valores ideológicos e políticos comuns, logo em seguida se dirigiram a um público mais amplo, utilizando-se, para tanto, dos meios de comunicação de massa. O mercado, como bem afirma Marcos Napolitano<sup>236</sup>, seria o caminho trilhado pela arte engajada, sobretudo no campo da música popular. Datam desta época iniciativas como show “Opinião”, inspirado no disco homônimo de Nara Leão (1964), “O Fino da bossa” (1965), espetáculo que resultou num disco e depois num programa de televisão apresentado por Elis Regina e Jair Rodrigues, e os festivais da canção que, também veiculados por emissoras de televisão, tornaram-se um espaço especialíssimo para difusão de uma música de protesto brasileira.

No Chile, para citar outro exemplo, as representações do nacional-popular foram disputadas e apropriadas por diferentes grupos. Durante toda a década de cinquenta, muitos foram os discursos que pretenderam preservar a música folclórica nacional, *museificá-la*, a fim de evitar deturpações e desvios que a descaracterizassem. No entanto, o repertório que se tornou conhecido como música típica chilena era

---

<sup>236</sup> NAPOLITANO, M. “A arte engajada e seus públicos (1955-1968)”, In.: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, no. 28, 2001.

basicamente aquele veiculado pelo rádio e pelo disco. Nos anos 60, a juventude apropriou-se deste repertório, conferindo-lhe uma nova roupagem na intenção de atualizá-lo frente às novas demandas sociais. Buscava-se a fusão desta música folclórica tradicional com tendências musicais do pop internacional, originando o chamado *Neofolclore*. O *Neofolclore*, inicialmente, abrigava distintas inovações musicais do período, entretanto foram grupos como *Los Cuatro Cuartos* que terminaram caracterizando o movimento. Este grupo resultou de um projeto comum entre o produtor musical Camilo Fernandez, proprietário do selo discográfico Demon, e uma turma de músicos dispostos a renovar o folclore massivo chileno. De dentro do *Neofolclore* destacaram-se compositores como Rolando Alarcon e Patricio Manns, que definiram de início o tipo de composição – letra e música – e de interpretação que caracterizariam, posteriormente, a *Nueva Cancion Chilena*. A *Nueva Cancion Chilena*, apesar de não ter na mídia o mesmo espaço que possuía outros repertórios menos politizados, obteve difusão nacional e internacional, alcançando não só os países vizinhos, mas também, a Europa, sobretudo depois da queda de Allende, com o exílio daqueles artistas que participaram da campanha presidencial e depois de seu governo.

O alcance do discurso do nacional-popular e de uma identidade latino-americana, ambas encampadas por jovens artistas engajados, comprometidos com as ideologias de esquerda, encontra-se, portanto, estreitamente relacionado à disponibilidade dos recursos tecnológicos e à consolidação de um mercado consumidor na região, após a Segunda Grande Guerra.